



Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

**MESTRADO EM TURISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM TURISMO DE
NATUREZA E AVENTURA**

**AS ATIVIDADES EDUCATIVAS DE
EXPLORAÇÃO NA NATUREZA NO
DESENVOLVIMENTO DE
COMPETÊNCIAS PESSOAIS E SOCIAIS
NOS JOVENS E NA PROMOÇÃO DO
TURISMO NA NATUREZA RESPONSÁVEL**

MANUEL HENRIQUE TOMÉ BILRO

20-10-2015

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

As atividades educativas de exploração na natureza no desenvolvimento de competências pessoais e sociais nos jovens e na promoção do turismo na natureza responsável

Manuel Henrique Tomé Bilro

Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para a obtenção do grau de Mestre em Turismo, Especialização em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura.

Orientação

Professor Doutor Francisco António dos Santos da Silva

Outubro de 2015

O caminho faz-se caminhando.

(provérbio alentejano)

À Ana.

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento de um estudo empírico que associa turismo, natureza e educação é, desde logo, uma tarefa que se apresenta complexa e demorada e cuja realização não poderia ser feita sem o precioso auxílio e disponibilidade de diversos outros intervenientes além do autor.

Ao Professor Doutor Francisco António dos Santos da Silva, pela orientação coerente e criteriosa ajuda no desenvolvimento deste trabalho, e sobretudo pela constante preocupação em não deixar arrefecer o ímpeto da investigação. Por vezes foi da sua parte que surgia novo ânimo, face a um conjunto de adversidades com as quais me deparei durante o processo, pela motivação extra e pelo seu exemplo de dedicação e compromisso que não me deixava cruzar os braços durante demasiado tempo.

Aos professores Jorge Umbelino, Luís Portugal e Mário Silva, pelo rigor, síntese e importante contribuição na elaboração e revisão do questionário.

À Cátia Samora e à Sílvia Correia Balsas pelo indispensável contributo na adaptação do questionário à faixa etária em estudo, pela disponibilidade e pela ajuda a caracterizar a capacidade de interpretação dos jovens.

Ao Bruno Ribeiro por ter sido um elemento vital na investigação, o elo de ligação com o centro Pedra Amarela Campo Base, colaborando nesta iniciativa de todas as vezes que a ele recorri, e à sua equipa de monitores de atividades pela preciosa ajuda na implementação dos inquéritos.

Ao Tiago Lopes, amigo de aventuras, que além do apoio académico também foi uma importante fonte de apoio moral constante.

Aos amigos de longa data que acompanharam este processo, aturando as dúvidas, os passos à frente e atrás, as fases de desmotivação, sentindo a minha ausência mas sem nunca me deixar desistir.

Ao pai José e à mãe Antónia, que sempre acreditaram, mesmo nos momentos difíceis, e cuja força e exemplo é maior do que imaginam.

À Ana, porque sim.

RESUMO

O turismo na natureza pode ser utilizado como uma ferramenta ao serviço da educação, potenciada através de centros de atividades que permitam aos jovens a possibilidade de conhecer outros lugares em contacto direto com os recursos naturais das áreas protegidas. Simultaneamente, importa compreender a pertinência das atividades educativas de exploração na natureza como potenciadoras da procura de formas de turismo na natureza responsável.

A longo prazo, a aquisição de competências de âmbito pessoal e social nas atividades em meio natural pode conduzir a alterações na forma como crianças e jovens lidam com os problemas, como interagem, cooperam e comunicam. Paralelamente, é possível estimular nos jovens a valorização do meio ambiente e a sua conservação, promovendo para o futuro práticas turísticas mais responsáveis.

O presente estudo tem como base uma investigação empírica consubstanciada através da inquirição de jovens que usufruem de atividades de exploração na natureza do centro de atividades Pedra Amarela Campo Base, situado no Parque Natural de Sintra-Cascais. Pretende-se analisar as suas perspetivas enquanto visitantes numa área protegida e participantes em atividades educativas de exploração na natureza, e verificar a existência de sensibilização para a procura de áreas protegidas como espaços privilegiados de lazer no âmbito do turismo na natureza responsável.

Palavras-chave

Turismo, turismo na natureza responsável, educação, atividades na natureza, desenvolvimento pessoal e social.

ABSTRACT

Nature tourism can be used as a tool in the service of education fostered by activity centers in order to provide children the chance to discover other places in direct contact with protected areas' natural resources. At the same time, it is important to understand the relevance of educational exploration activities in nature as they can potentiate the demand for responsible nature tourism.

In the long run, acquiring personal and social skills in activities in the natural environment can lead to changes in the way children deal with problems, how they interact, cooperate and communicate. Also, it is possible to stimulate young people's appreciation of the environment and its preservation for the future by promoting more responsible tourism practices.

This study is based in an empirical investigation through inquiring children who attend Pedra Amarela Campo Base's nature exploration activities, which is situated in the Sintra-Cascais Natural Park. It intends to analyze their outlook while visitors to a protected area and participants in educational exploration activities in nature. It also intends to verify the existence of awareness about protected areas as privileged settings for leisure within responsible nature tourism.

Keywords

Tourism, responsible nature tourism, education, outdoor activities, personal and social development.

LISTA DE SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AEEN	Atividades educativas de exploração na natureza
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ATL	Atividades de tempos livres
CDN	Carta de Desporto Natureza
CMC	Câmara Municipal de Cascais
CMS	Câmara Municipal de Sintra
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
ICRT	<i>International Centre for Responsible Tourism</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Instituição Pública
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
PACB	Pedra Amarela Campo Base
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PNSC	Parque Natural de Sintra-Cascais
PNTN	Programa Nacional de Turismo de Natureza
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
TN	Turismo na natureza
TNR	Turismo na natureza responsável
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNWTO	<i>United Nations World Tourism Organization</i>

ÍNDICE GERAL

Resumo	VII
Abstract	VIII
Lista de siglas, acrónimos e abreviaturas.....	IX
Índice Geral	X
Índice de Figuras	XII
Índice de Quadros	XIII
1. Introdução.....	1
1.1. Enquadramento geral	1
1.2. Objetivos.....	4
1.3. Problemática da investigação	5
1.4. Abordagem metodológica.....	7
1.5. Estrutura da dissertação	8
2. Turismo na natureza	11
2.1. Turismo e lazer	11
2.2. O turismo, a natureza e a sustentabilidade	16
2.3. Turismo na natureza em áreas protegidas.....	22
2.4. O turismo na natureza responsável	24
3. Turismo e educação.....	29
3.1. O turismo enquanto fenómeno educativo	29
3.2. O turismo e a educação na natureza	33
3.3. As atividades educativas em áreas naturais	37
4. O Parque Natural de Sintra-Cascais	41
4.1. Território do PNSC.....	45
4.2. Recursos e património do PNSC	46

4.3.	Gestão do PNSC.....	47
4.4.	O centro de atividades Pedra Amarela Campo Base.....	49
5.	Metodologia	53
5.1.	Instrumento de inquérito	54
5.2.	Definição de variáveis.....	55
5.3.	Definição da amostra.....	56
5.4.	Definição do questionário	56
5.5.	Observações	60
6.	Apresentação e análise dos resultados	63
6.1.	Caracterização geral dos inquiridos	64
6.2.	Caracterização de opiniões e atitudes	70
6.3.	Perspetivas sobre o contributo das atividades no PACB	73
6.4.	Síntese da análise dos resultados.....	78
7.	Conclusão.....	85
7.1.	Limitações e desenvolvimentos futuros	88
8.	Referências bibliográficas	89
9.	Anexos	95
9.1.	Anexo I – Mapa do PNSC.....	95
9.2.	Anexo II – Questionário.....	96

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Conceptualização do turismo educativo segundo uma abordagem de segmentação.....	31
Figura 2 Ciclo de aprendizagem através de experiências educativas na natureza.....	36
Figura 3 Localização geográfica de Portugal continental.....	41
Figura 4 Mapa da RNAP de Portugal em outubro de 2015.....	42
Figura 5 Localização geográfica do PNSC e enquadramento na Área Metropolitana de Lisboa.....	45
Figura 6 Enquadramento geográfico do PACB.....	50
Figura 7 Enquadramento do PACB em extrato da Carta Militar.....	51
Figura 8 Q1 – Idades	64
Figura 9 Q2 – Género	65
Figura 10 Q3 – Distribuição por ano de escolaridade	65
Figura 11 Q4.1 – Concelho de residência.....	66
Figura 12 Q4.2 – Distribuição por zona de residência	66
Figura 13 Q5 – Local habitual de férias; e Q6 – Local preferencial para passar férias.....	67
Figura 14 Q7 – Regularidade na prática de atividades de lazer.....	68
Figura 15 Q8 – Com quem passa férias.....	69
Figura 16 Q9 – Participação em atividades na natureza.....	70
Figura 17 Q10 – Perspetivas sobre as atividades na natureza	71
Figura 18 Q11 – Comparação de ideias sobre atividades na natureza.....	72
Figura 19 Q12 – Contributo das atividades no PACB.....	73
Figura 20 Q13 – Distribuição de dados da Questão 13	75
Figura 21 Q14 – Distribuição de dados da Questão 14	75
Figura 22 Q15 – Oportunidades potenciadas pelas atividades na natureza.....	76
Figura 23 Q16 – Distribuição dos dados da Questão 16	77

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Impactos negativos da atividade turística.....	14
Quadro 2 Características do turismo na natureza	18
Quadro 3 Multiplicidade de configurações no TN	19
Quadro 4 Benefícios do turismo na natureza em áreas protegidas.....	23
Quadro 5 Benefícios associados à educação em contexto natural.....	35
Quadro 6 Atividades de exploração na natureza de âmbito educativo no PACB	52
Quadro 7 Estrutura do questionário.....	59
Quadro 8 Abreviaturas e símbolos usados na análise estatística.....	64
Quadro 9 Q7 – Regularidade na prática de atividades de lazer.....	68
Quadro 10 Q10 – Perspetivas sobre as atividades na natureza	71
Quadro 11 Q12 – Contributo das atividades no PACB	73
Quadro 12 Q13 – Antes da atividade no PACB	74
Quadro 13 Q14 – Depois da atividade no PACB	74
Quadro 14 Q15 – Oportunidades potenciadas pelas atividades na natureza	76
Quadro 15 Q16 – Atitudes pós atividade no PACB	77
Quadro 16 Análise estatística da <i>Relação A</i> – parte I	81
Quadro 17 Análise estatística da <i>Relação A</i> – parte II	81

1. INTRODUÇÃO

“Mudanças recentes no lado da procura em turismo conduziram a um aumento do interesse na educação e aprendizagem como parte importante das experiências turísticas”

(Ritchie, 2003: 29)

1.1. ENQUADRAMENTO GERAL

O turismo afirma-se como uma atividade económica transversal a vários outros setores de atividade, refletindo-se numa forte interdependência (Buhalis, 2001). A evolução e peso do turismo enquanto atividade económica estão bem patentes nos dados da UNWTO: à escala global, o turismo contribui com um em cada onze empregos, com 6% das exportações, e 9% do PIB (UNWTO, 2013).

Segundo McKercher (1993a), pelo impacto na economia, bem como agente de interação cultural, o turismo apresenta-se como um inevitável fator de desenvolvimento social. Sendo uma atividade que pressupõe a interação entre agentes, populações e culturas, importa salientar a característica intrínseca do mesmo: o contacto direto entre a pessoa e o meio envolvente do local que visita. Este contacto processa-se a nível social, económico e cultural, e é desse contacto, processado a diversos níveis, que surge a experiência do local visitado, que, sendo inerentemente subjetiva, não deixa de ser um fator condicionante para a formação de opiniões, as quais, por sua vez, conduzem a reinvenções em termos de oferta turística, ou até mesmo a alterações de fundo no setor do turismo (Poon, 2003).

Na medida em que a sociedade evolui e são modificados comportamentos e atitudes face ao território e sua gestão, também no que diz respeito ao turismo os paradigmas de procura e oferta se têm transformado com o tempo (Mehmetoglu, 2007). O mesmo autor argumenta que, com efeito, o que no passado era sobretudo uma oferta massificada, condicionada e uniforme no contexto da experiência, é hoje uma oferta bem mais diversificada, onde a individualidade da experiência acompanha a

preocupação pelo impacto da mesma, culturalmente e ambientalmente. Este aspeto é da maior relevância, na medida em que a maior procura de experiências não massificadas conduziu inevitavelmente à procura de espaços alternativos aos ambientes urbanos e às praias, como é o caso dos espaços predominantemente naturais, com ênfase nas oportunidades de aprendizagem enquanto turista (Falk *et al.*, 2012)

A procura de novas formas de experimentar espaços e culturas acentuou a valorização da sustentabilidade, isto é, da preocupação com os efeitos da atividade turística nos espaços e populações. Ainda que a sustentabilidade seja, em última análise, um assunto questionável do ponto de vista do desenvolvimento turístico, onde diversas variáveis como a escala e a abrangência do turismo internacional, as características do sistema de produção em turismo ou a ênfase dada às políticas de desenvolvimento centradas no turismo podem prejudicar o potencial desenvolvimento sustentável através do turismo (Sharpley, 2000), ela é atualmente um paradigma incontornável, reforçado quando se trata de turismo na natureza (TN).

No entanto, o turismo na natureza responsável (TNR) assume a necessidade de garantir que os impactos da atividade turística sejam minimizados, e promove a fruição dos mesmos de forma equilibrada com retorno para as comunidades e ambientes locais (Pfueller *et al.*, 2011). Desta forma, fazendo uma gestão local e adaptada às diversas realidades naturais, suas características e sua procura, é possível que os espaços naturais sejam territórios privilegiados para a atividade turística.

A importância que o TN vem adquirindo é igualmente reflexo da crescente urbanização das sociedades, especialmente nos países desenvolvidos, como é o caso de Portugal, que se tem refletido no abandono das zonas interiores e rurais em prol das zonas urbanas, maioritariamente no litoral. Se por um lado as famílias procuram melhores oportunidades no mercado de trabalho, por outro afastam-se das riquezas naturais e das mais-valias que elas permitem desenvolver. Este aspeto é tanto mais importante quando se aborda a temática da educação. Alunos que tenham como realidade única o espaço urbano adaptam as suas aprendizagens formais e informais ao condicionalismo da sala de aula (Gustafsson *et al.*, 2012). Porém, ao dar a oportunidade de complementar a educação da sala de aula com experiências de contato com a natureza, a educação é potenciada, não só pelo caráter *in loco* da aprendizagem, como

pelas restantes competências pessoais e sociais que podem ser desenvolvidas no âmbito de atividades de aprendizagem não formal¹ (Passarelli *et al.*, 2010).

O contato com a natureza permite estimular os jovens para a importância das ações de preservação do património natural, ao mesmo tempo que coadjuva na educação para a cidadania (D'Amato & Krasny, 2011). A educação não formal encontra nos espaços naturais o palco ideal para levar a cabo o estímulo de competências que se adquirem através da interação com os outros membros de uma sociedade. Este tipo de educação, através do enfoque na experimentação e interação com diversos agentes, sejam eles naturais ou humanos, mas com o propósito de aprender pela experiência pessoal e social, nem sempre é possível nas escolas dos grandes centros urbanos.

Por essa razão, a oportunidade de levar a cabo uma visita de estudo ou uma saída de campo a um espaço predominantemente natural, sobretudo se se tratar de uma área natural protegida, é extraordinária do ponto de vista do conhecimento empírico e da promoção da sua conservação (Lugg & Slattery, 2003).

Existem condições no território português para criar uma oferta turística, onde alunos poderiam passar uma ou mais noites alojados no interior de uma área protegida. Dessa forma, uma situação se apresenta: a necessidade de existência de atividades curriculares que promovam a descoberta do território, ao mesmo tempo que explorem conteúdos educativos, associados aos currículos escolares. É nas empresas de animação turística e nos centros de preservação associados às áreas naturais que a oferta poderá existir, presentemente, ainda que não se encontre estruturada à medida desse mercado, e poderá apresentar potencial para ser adaptada.

Estes elementos conjugados permitem que os jovens experienciem os territórios naturais segundo uma abordagem mais pedagógica e de desenvolvimento da pessoa, ao mesmo tempo que os desperta para a necessidade da preservação desses espaços na procura de uma sustentabilidade local. Por outro lado, as experiências agradáveis na natureza induzem a vontade de repetição, o que por sua vez leva a uma maior sensibilização para o impacto que essas atividades poderão ter no futuro (Ballantyne *et al.*, 2011). É possível, deste modo, desenvolver atividades de exploração na natureza no

¹ Para efeitos do presente trabalho, considera-se a educação não formal, ou aprendizagem não formal, como a transmissão ou aquisição de conhecimentos fora do contexto de sala de aula, através de experiência pessoal, no quotidiano e sujeito à interação social (Palhares, 2009)

presente para estimular a prática de atividades de TNR no futuro. Os jovens em idade escolar que sejam sensibilizados para a procura deste tipo de atividades são geralmente bastante dependentes das famílias, as quais, por sua vez, serão levadas pelos jovens a experimentar o que eles tiveram oportunidade de vivenciar. Verifica-se, assim, a partir do impacto na experiência pessoal dos jovens, o potencial de transformação nas experiências dos adultos que lhes são próximos, e, eventualmente, na sociedade (Higgins, 2009). Através do TNR é assim possível dar resposta a esta procura.

1.2. OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo geral o estabelecimento de bases de investigação que permitam compreender a pertinência do TNR como fator de desenvolvimento pessoal e social positivo nos jovens e potenciador de hábitos de turismo sustentável. Paralelamente, são identificados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o estado da arte referente à relação de complementaridade entre o TN e a educação;
- Definir variáveis de análise que permitam quantificar o potencial educativo do TNR no contexto do Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC);
- Caracterizar o enquadramento e os recursos educativos do centro de atividades Pedra Amarela Campo Base (PACB) como complemento educativo para a cidadania;
- Analisar as perspetivas sobre o TNR como ferramenta de educação não formal e de desenvolvimento social nos jovens que realizam atividades no PACB;
- Analisar as atividades de exploração na natureza num contexto educativo como elementos construtores de hábitos de lazer responsáveis em áreas naturais, tomando como cenário as atividades no PACB;
- Estabelecer um ponto de situação relativo ao impacto real das atividades de exploração na natureza no PACB e seu contributo para a procura do PNSC no âmbito do TNR.

1.3. PROBLEMÁTICA DA INVESTIGAÇÃO

A educação em espaços naturais é uma ferramenta ao serviço da cidadania, ao mesmo tempo que desenvolve nos jovens competências complementares às que são estimuladas em contexto escolar (Passarelli *et al.*, 2010).

Em espaços naturais, o foco da educação assume um caráter não formal, que pode ser potenciado através de atividades de exploração na natureza. Contrariamente à sala de aula, onde os espaços fechados e uniformizados convidam sobretudo à educação formal, o espaço aberto permite uma outra abordagem educativa (Ballantyne & Packer, 2005). Este tipo de atividades permite que os jovens, em grupos escolares, possam partir de premissas educativas dos respetivos currículos e explorá-las num contexto diferente, aprendendo através do contato direto com a realidade.

Em países como a Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos da América, e também no Reino Unido, a prática deste tipo de atividades na natureza, simultaneamente enriquecedoras ao nível educativo e de contato com a riqueza natural das regiões, é prática comum nos currículos escolares.

As áreas protegidas constituem assim um local privilegiado para este tipo de complemento educativo. Tratando-se de áreas com importância ao nível da ecologia e da preservação ambiental, encerram em si uma enorme riqueza em termos de património natural, e a sua exploração pode mesmo contribuir para uma experiência educativa que proporciona o desenvolvimento de variadas competências nos jovens.

É no sentido de estabelecer uma ponte de ligação entre o conhecimento das áreas predominantemente naturais em Portugal e o estímulo da educação nesses territórios que o TNR tem o potencial de assumir uma enorme importância. Atuando ao nível da oferta de experiências locais de descoberta do património natural é, ao mesmo tempo, um complemento educativo.

Na presente dissertação toma-se como caso de estudo o PACB, uma estrutura de promoção e apoio a atividades na natureza, que se localiza no PNSC. É um espaço privilegiado, já que possui uma vasta riqueza natural a cerca de 40 quilómetros de uma grande área urbana, como é Lisboa, capital de Portugal. Nesta área protegida, o PACB

promove atividades de exploração e preservação, algumas das quais destinadas a públicos escolares.

O turismo em Portugal continua a assumir uma dinâmica assente, maioritariamente, no turismo de massas, sendo o Algarve, durante os meses de verão o exemplo máximo dessa tipologia de oferta turística (INE, 2013). Porém, nas últimas décadas têm-se vindo a disseminar outras tipologias de turismo, que cativam cada vez mais turistas no mercado nacional. O TN e ecoturismo têm vindo a ganhar uma margem significativa no que diz respeito à evolução do turismo nacional, e esta mudança está diretamente relacionada com a mudança do paradigma turístico, ao mesmo tempo que reflete novas preocupações com o impacto local da procura turística (THR, 2006).

Aproveitando esta mudança, importa capacitar os jovens para serem cidadãos informados e conscientes do seu lugar na sociedade, dado que serão os futuros turistas em busca de novas experiências e locais. Se a exploração na natureza em contexto educativo permite, por um lado, levar estes futuros turistas a conhecer melhor o património natural do país, permite por outro sensibilizá-los para a procura de formas de turismo que preservem esse mesmo património.

As atividades de exploração na natureza possuem, deste modo, um carácter de complementaridade: podem ser palco de experiências educativas mais enriquecedoras, principalmente ao nível do desenvolvimento pessoal e social dos jovens, ao mesmo tempo que contribuem para sensibilizar para a sua importância, despertando para práticas de preservação e fomento de um turismo mais responsável.

De forma a melhor compreender as relações entre turismo, natureza e educação, tendo como realidade o PACB, e, sendo este parte integrante de uma área protegida (PNSC) na qual a importância da preservação é preponderante, assim como também é importante desenvolver metodologias de sustentabilidade do seu património natural, o presente trabalho tem como fundamento a seguinte pergunta de partida:

Será possível estabelecer e relacionar bases de investigação que permitam compreender a pertinência da interação entre o turismo, a natureza e a educação, e estudar essa relação num quadro de fruição de atividades em contexto natural no PNSC, verificando se uma das possíveis consequências indiretas é o efeito potenciador da procura de formas de turismo responsável na natureza por parte dos jovens?

Nesse sentido, estabelecem-se como hipóteses de estudo as seguintes proposições:

- O turismo pode ter um impacto positivo na preservação do património natural, o que pode ser conseguido em parte através da sensibilização dos jovens para a importância de práticas de TNR;
- O contato com a natureza, através de atividades de exploração enquadradas em meio escolar, permite capacitar os jovens com competências pessoais e sociais que são complementares à educação formal escolar;
- As atividades de exploração na natureza constituem-se como uma ferramenta educativa, ao mesmo tempo que dão a conhecer outras realidades através do contato direto com espaços naturais;
- As atividades de exploração na natureza no tempo presente têm o potencial de, no futuro, contribuir para a procura de formas de turismo mais sustentáveis, nomeadamente no que diz respeito ao TNR;
- A promoção da inclusão deste tipo de atividades, ao nível nacional, nos currículos escolares, poderá fomentar uma forma diferenciada de turismo nas áreas protegidas em Portugal – o turismo escolar na natureza.

Aprofundar estas questões, no sentido de procurar de que forma as atividades de exploração na natureza, concretamente no PNSC (realidade local), se revelam uma mais-valia para os jovens, é um primeiro passo relevante no estudo da relação entre TNR e educação não formal em espaços naturais.

1.4. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A presente dissertação pretende estudar de que forma as atividades de exploração na natureza contribuem para o desenvolvimento de capacidades pessoais e sociais nos jovens, e em que medida despertam nos mesmos o interesse em assumir práticas de TNR, tendo como cenário o PNSC, e, mais concretamente, o centro de atividades PACB.

A metodologia da presente dissertação compreende quatro etapas. A primeira apresenta o atual estado da arte no que diz respeito ao TNR e sua complementaridade com a educação, identificando as características, os conceitos principais e a sua aplicabilidade nas áreas protegidas.

A segunda etapa pretende caracterizar a realidade em estudo: o PNSC e o centro de atividades PACB, no sentido de estabelecer o conhecimento sobre o património natural e as atividades de exploração na natureza levadas a cabo para o público em idade escolar.

A terceira etapa é uma investigação empírica, realizada recorrendo à aplicação de questionários, direcionados aos jovens que realizam atividades no PACB. Este questionário tem por objetivos: *(i)* conhecer em primeira mão a perspetiva individual sobre o contributo das atividades na natureza para o seu desenvolvimento; *(ii)* conhecer os hábitos turísticos dos jovens e associá-los com a experiência de contato com áreas naturais; *(iii)* perceber de que forma as atividades de exploração na natureza sensibilizam os jovens para o TN.

A quarta etapa surge através da conjugação de todos estes dados, e nela serão apresentados os resultados que refletem o impacto presente das atividades de exploração na natureza no PACB.

Posteriormente, e com base nas conclusões, serão tecidas algumas considerações sobre possíveis caminhos de evolução para estudar esta complementaridade entre turismo e educação, tendo como cenário as áreas naturais em Portugal.

1.5. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está dividida em sete capítulos, estruturados de acordo com a metodologia adotada.

No primeiro capítulo introduz-se a temática que é alvo de investigação, sendo apresentados os objetivos, a problemática da investigação, a abordagem metodológica e a estrutura da dissertação.

No segundo capítulo é apresentado o TNR enquanto produto turístico, o seu enquadramento, as suas características e práticas associadas, quer em termos globais, quer em termos de especificidade no território português.

No terceiro capítulo estabelece-se a relação entre o turismo e a educação, fazendo-se referência à educação não formal e sua aplicabilidade em contexto de espaços naturais, e assinalando-se o desenvolvimento de competências pessoais e sociais em atividades na natureza, estabelecendo o ambiente natural como instrumento educativo e também potenciador de aprendizagens.

No quarto capítulo será levado a cabo o enquadramento do território de investigação da dissertação, que é o PNSC.

No quinto capítulo será apresentada a metodologia e características da investigação empírica, que servem de base à presente dissertação.

No sexto capítulo serão apresentados e discutidos os resultados da investigação através da análise e interpretação dos dados obtidos empiricamente.

No sétimo capítulo será apresentada a conclusão decorrente da análise da investigação, em complementaridade com o estado da arte.

2. TURISMO NA NATUREZA

“O fora do habitual é uma parte imperativa das experiências turísticas, de modo que os turistas são atraídos para a natureza na medida em que esta pode representar algo sagrado, que pode trazer equilíbrio ao quotidiano.”

(Vespestad & Lindberg, 2011: 570)

2.1. TURISMO E LAZER

O turismo afirma-se como uma das áreas de atividade económica com maior expressividade a nível mundial, quer em termos económicos, quer sociais. Atualmente, em média, 1 em cada 11 empregos está relacionado, direta ou indiretamente, com o turismo, e numa perspetiva global o turismo representa 6% das exportações e 9% do PIB (UNTWO, 2013). Em termos de evolução, é notório o aumento ininterrupto das viagens internacionais nas últimas décadas: 25 milhões em 1950, 278 milhões em 1980, 528 milhões em 1995 e 1035 milhões em 2012. Estima-se que o crescimento do turismo se mantenha elevado, mas que venha a abrandar, fixando-se nos 3,3% por ano até 2030, até ser atingida a marca de 1800 milhões de viagens nesse ano. Apesar de alguma volatilidade das economias mundiais recentemente, sobretudo devido à crise económica, à flutuação dos preços dos combustíveis e à instabilidade de alguns territórios (politicamente e belicamente), as previsões da Organização Mundial do Turismo (OMT), a agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) para as questões do turismo, apontam para o aumento das viagens internacionais, ainda que ligeiramente abaixo do crescimento verificado em 2012 (UNTWO, 2013), em que estas representaram 1,3 biliões de dólares em exportações. A globalização e a proliferação dos mercados turísticos, nomeadamente de países em vias de desenvolvimento que aderiram ao fenómeno turístico como fonte de receitas extraordinárias, contribuem para colocar o turismo sob um olhar atento por parte dos governos de todo o mundo, numa perspetiva de potencial catalisador de desenvolvimento. Ao mesmo tempo que se verifica este crescimento do turismo internacional, é ainda importante equacionar a

crescente valorização do turismo interno, que nos países desenvolvidos é, geralmente, superior ao turismo internacional (Sancho, 2009).

O turismo, enquanto atividade económica, envolve uma imensa diversidade de agentes. A interação entre estes e o visitante, da qual resulta o produto turístico, relaciona-se com outras atividades do foro económico, tais como os transportes, a alimentação, a construção de infraestruturas, comunicações, entre outras (Berno & Bricker, 2001). Esta interdependência, segundo Sancho (1998), transforma o produto turístico em algo verdadeiramente complexo e de difícil caracterização, tendo em conta a multiplicidade de perspetivas e variáveis que lhes estão associados. No turismo, é o mercado que se desloca em função do produto. Na realidade, o turismo é a exportação de um território ou região para o mercado de destino (Sancho, 1998). O efeito multiplicador do turismo revela a importância para as economias, no sentido de criar emprego, dinamizar o tecido empresarial, fomentar novos serviços e reforçar sinergias entre agentes locais. Ritchie (2003: 3), citando McIntosh (1995: 10), identifica o turismo como a “soma dos fenómenos e das relações que surgem da interação entre turistas, empresas, governos e comunidades anfitriãs no processo de atrair e acolher esses turistas e outros visitantes”. O mesmo autor defende que o turismo é encarado não como uma indústria, mas como um conjunto de serviços, os quais tornam a viagem mais fácil, agradável ou bem-sucedida.

Na sua essência, o produto turístico é a experiência de contacto com realidades diferentes daquelas que se encontram no quotidiano – o contacto com culturas, património e paisagens, que de alguma forma contribuem para o enriquecimento pessoal dos indivíduos (Berno & Bricker, 2001). Esta abordagem – segundo uma perspetiva em que o turismo fomenta o conhecimento de outras realidades – pode também contribuir de forma positiva para o desenvolvimento e realização pessoal (Ritchie, 2003). Tal carácter associado ao turismo deve-se a um fenómeno social: a necessidade de tempo de lazer, e sua respetiva implementação nos hábitos e leis dos diversos países. Nos dias de hoje, o turismo é um fenómeno inerente à vida das sociedades dos países desenvolvidos (Buhalis, 2001).

O lazer assume-se como um tópico de relevante importância no que diz respeito à gestão do tempo. As sociedades modernas possuem mecanismos de estímulo dos tempos associados ao lazer, e a sua exploração permitiu criar novas dinâmicas

económicas associadas à capitalização dos recursos turísticos. Porém, a disponibilidade de tempo extralaboral, que hoje em dia é contemplada na maioria desses países, é consequência da evolução social dos últimos 200 anos. Com a Revolução Industrial, a sociedade transformou-se gradualmente de forma a considerar o lazer como parte fundamental do bem-estar dos indivíduos (Towner, 1985; Falk *et al.*, 2012). Antes da liberalização do tempo dedicado ao lazer apenas os mais ricos tinham oportunidade de realizar viagens.

O *Grand Tour*, designação pela qual ficou conhecido o fenómeno precursor do turismo tal como o consideramos nos dias de hoje, deveu-se não só à disponibilidade, quer financeira quer em termos de tempo, por parte da alta aristocracia inglesa, mas também ao interesse despertado pelo conhecimento obtido nas viagens a outros países, por forma a enriquecer os estudos da época (Brodsky-Porges, 1981).

No início do *Grand Tour*, o interesse estava direcionado sobretudo para as grandes capitais do conhecimento da época, cidades onde estavam localizadas as mais importantes universidades e centros culturais. Cidades como Paris, Veneza, Viena, entre outras, eram apelativas pela arte, pela língua, pelos costumes e pela distância, ao mesmo tempo que apresentavam aos *tourists* – nome dado aos indivíduos que viajavam neste contexto – uma exclusividade pela experiência vivida nos locais. De acordo com Towner (1985), o fenómeno do *Grand Tour*, contemporâneo da Revolução Industrial, sofreu uma disseminação generalizada, que o transformou em algo que já não estava apenas ao alcance dos mais ricos, mas também de uma nova burguesia abastada. Nos finais do século XVIII surgiram as primeiras publicações de itinerários, e surgem também companhias dispostas a oferecer “pacotes” de viagens, onde toda a experiência se encontrava organizada e formatada, sendo comercializada em larga escala. Desta forma, o interesse da classe alta, que procurava exclusividade, encontrou nesta massificação a oportunidade para procurar novos destinos. O mesmo autor sustenta ainda que surgiram então as áreas naturais como principais focos de interesse para o *Grand Tour*: o propósito era não só conhecer outras culturas, mas também vivenciar o que de mais único a natureza apresentava em cada região. Trata-se de uma abordagem completamente diferente, já que o que antes era a procura da riqueza artística e da ostentação, torna-se agora a exploração do mundo natural e intocado, a procura da aventura e da superação dos obstáculos naturais. Desde então, tornou-se prática comum a transformação dos espaços naturais para lazer, em termos de acessos e infraestruturas,

e consequentemente a sua adaptação para o turismo, no sentido de providenciar que mais pessoas possam ter a oportunidade de fruir do património natural.

Sendo uma atividade humana que depende essencialmente do território, e que o transforma com o objetivo de tornar o património (natural e cultural) num produto, o turismo apresenta assim impactos associados a essas transformações. Os territórios e as suas populações são alvo de pressões, que muitas vezes segundo uma perspetiva de lucro rápido e expansão monopolista de recursos endógenos (McKercher, 1993b), contribuíram a partir do final século XX para a necessidade de uma nova abordagem quanto ao planeamento e políticas de gestão com vista à sua preservação (Archer *et al.*, 2001).

Na medida em que o turismo não pode existir em total isolamento da comunidade local, McKercher (1993: 13) sustenta que:

“(...) as ações dos turistas, os seus desejos de consumir produtos semelhantes aos dos residentes locais e o seu desejo em partilhar as mesmas infraestruturas resulta em que toda a comunidade possa beneficiar do desenvolvimento turístico. Mas também significa que os residentes irão partilhar, igualmente, os custos adversos do turismo.”

O Quadro 1 apresenta sucintamente a relação entre os impactos negativos do turismo, de acordo com o seu enquadramento social, económico e ambiental.

Quadro 1 | Impactos negativos da atividade turística (Adaptado de McKercher, 1993a e Lopes, 2013)

Impactos	Enquadramento
<ul style="list-style-type: none"> Os recursos utilizados no turismo não são renováveis Infraestruturas edificadas em locais sensíveis podem causar danos ambientais permanentes 	<i>Como atividade económica, o turismo consome recursos, cria lixo e apresenta necessidades específicas de infraestruturas</i>
<ul style="list-style-type: none"> Os efeitos ambientais e sociais adversos podem propagar-se e repercutir-se em vastas áreas Frequentemente as necessidades do turismo entram em conflito com as necessidades das comunidades locais 	<i>O turismo é um setor de atividade dependente, que compete por recursos para o seu desenvolvimento, e a tendência para o consumo exagerado é elevada</i>
<ul style="list-style-type: none"> As receitas e benefícios económicos do turismo nem sempre revertem para as comunidades locais As comunidades locais sofrem as consequências das atividades turísticas 	<i>O turismo gera receitas por atrair clientes e é consumido localmente</i>
<ul style="list-style-type: none"> Os turistas são frequentemente indiferentes ou ignorantes às circunstâncias das comunidades e ecossistemas Os turistas pretendem usufruir de um escape da vida diária, procurando conforto e distração 	<i>Os turistas não são antropólogos mas sim consumidores</i>

Buhalis (2001) argumenta que a evolução do turismo é de previsão impossível, dado que se trata de um sistema complexo e de caracterização difícil pelos seus aspetos multidimensionais e multidisciplinares. No entanto, e por depender fortemente da evolução cultural e social, é possível notar que o turismo está em constante mutação, e alterações de paradigmas de fundo conduzem a novas estratégias para capitalizar esses recursos (Angelkova *et al.*, 2012). Esta ideia é importante na medida em que, atualmente, se assiste a uma maior pressão em implementar estratégias no âmbito do “turismo sustentável”, isto é, que tenha em conta e promova o desenvolvimento segundo três vetores de atuação: económica, social e ambiental (Hunter, 1997). Aquilo que hoje em dia é encarado como o conjunto de motivações do setor do turismo, da componente da experiência do património natural e humano, sofreu uma diversificada evolução ao longo dos anos.

O crescimento extraordinário do turismo, verificado desde 1950, deveu-se sobretudo à comercialização de “pacotes de viagens altamente formatadas e inflexíveis para um grande número de clientes” (Arnegger *et al.* 2010: 916). Porém, contrapondo a experiência turística que se constrói segundo uma sensação de artificialidade, de “redoma”, o mercado evoluiu no sentido de devolver autenticidade e subjetividade ao mesmo. Esta evolução favoreceu o aparecimento de nichos de mercado, que são por sua vez a resposta a uma maior individualização da experiência turística (Mowforth & Munt, 1998). Para isso contribui também a maior sensibilidade e consciência crítica do turista de espaços naturais, que é mais exigente, experiente e informado, como argumenta Buhalis (2001). Por outro lado, a evolução do turismo à escala global, segundo Ritchie (2003), desperta também para os seus impactos, na medida em que são reconhecidos os problemas associados ao turismo de massas e as consequências negativas para as comunidades de destino – nesse sentido verifica-se uma crescente aposta nas formas de turismo “soft”, “sustentáveis” ou “alternativas”.

Atualmente, o TN apresenta-se como uma notória atividade económica, a qual tem evoluído mais rapidamente do que o setor do turismo em geral (Nyaupane *et al.*, 2004; Mehmetoglu, 2004). A segmentação do mercado turístico, pese embora a constante mutação da terminologia, a evolução social e dos mercados, providencia o estabelecimento de formas de turismo alternativas, no sentido de uma maior personalização das experiências, bem como de novos olhares sobre as pressões nos territórios e nas populações (Buhalis, 2001).

2.2. O TURISMO, A NATUREZA E A SUSTENTABILIDADE

Como uma alternativa ao turismo convencional (designado geralmente por “turismo de massas”), o TN pode ser integrado no que geralmente se entende como mudança no paradigma turístico, em que as preocupações ambientais se revestem de uma importância renovada, ao qual o turismo não é alheio². A degradação dos recursos e dos ecossistemas, e também a alteração do modo de vida das populações face à pressão turística – que se pode traduzir por desequilíbrios sociais, perda de identidade e migrações forçadas – tornou-se o foco de atenção para os turistas, que começaram a procurar formas alternativas de turismo (Berry & Ladkin, 1997).

Enquanto objeto de estudo, o turismo em áreas predominantemente naturais configura-se como um segmento ainda jovem, não obstante a existência de países, sobretudo europeus e norte-americanos, que têm um grande historial de procura turística associado às atividades ao ar livre (UNTWO, 2013). Nas últimas décadas do século passado, as sociedades dos países desenvolvidos começaram a procurar formas alternativas ao turismo de massas, passando a valorizar outros territórios, nomeadamente os naturais. A consciência cívica associada à preservação ambiental é, em grande escala, moldada pelas abordagens em termos de marketing que associam os conceitos de “natureza”, “eco” e “sustentável”, a uma forma mais positiva de procura turística (Archer *et al.*, 2001). Como consequência, os mercados adaptaram-se a esta alteração de comportamentos e estilos de vida das sociedades, que resultam de novas preocupações face ao tempo dedicado ao lazer (Sharpley, 2000). Esta mudança surge também como resposta à crescente globalização dos mercados, da qual o turismo é um dos grandes vetores (Archer *et al.*, 2001).

O TN tem recebido uma atenção crescente nas décadas recentes, devido sobretudo aos processos de urbanização e da rápida expansão industrial e do setor terciário, sobretudo nos países ocidentais, na medida em que esse desenvolvimento contribuiu para o aumento do valor estético e ambiental das áreas naturais (Akama, 1996). A melhoria das acessibilidades aos espaços mais remotos, o renovado interesse

² Será importante, ainda assim, sublinhar que o turismo de massas não tem, por definição, unicamente uma carga negativa e que é prejudicial para determinados locais. Pelo contrário, dever-se-á desmistificar esta presunção, voltando as atenções para a necessidade de redução dos seus impactos, promovendo “uma abordagem compreensiva, sistémica e orientada para a comunidade e o meio” (Godfrey, 1996 *cit. por* Silva, 2013), ideia fundamental por detrás do turismo sustentável.

em fugir do quotidiano, a crescente busca da simplicidade rural, entre outros fatores, afirmam o TN como uma das tipologias com maior crescimento no panorama do turismo mundial na atualidade (Arnegger *et al.*, 2010). Mehmetoglu (2007: 113) sugere ainda outra perspetiva para este crescimento: as áreas naturais selvagens e intocadas representam, para a maioria das classes sociais ocidentais, uma alternativa à sua vida diária, um afastamento em relação à “realidade associada ao stresse da existência urbana e do capitalismo industrial”.

O TN tem, por outro lado, um carácter mais exclusivo, mediante o grau de envolvimento e conhecimento do turista, que se reflete numa subjetividade mais enriquecedora, como argumenta Mehmetoglu (2007), referindo que o TN representa uma alternativa ao turismo de massas ao nível de uma maior individualidade, maior atividade e maior flexibilidade. De acordo com Vespestad e Lindberg (2011), o TN pode ser entendido como a experiência turística na natureza, baseado em atividades com diferentes níveis de envolvimento, mental e físico, caracterizadas por um elevado nível de motivação e de procura de sensações. Os mesmos autores defendem que, na medida em que o “fora do habitual” é um dos imperativos das experiências turísticas, os turistas são atraídos para a natureza como um fator que pode “representar algo sagrado, que pode providenciar equilíbrio no quotidiano” (Vespestad & Lindberg, 2011: 570)

Os espaços naturais são locais privilegiados para momentos de ócio, quer por estarem mais associados a questões de restabelecimento de saúde, quer pelo contato direto com os elementos e paisagens naturais, que estimulam a tranquilidade e permitem a fuga do quotidiano. Por outro lado, os espaços naturais configuram-se como um património bastante diversificado ao dispor do turismo. Os recursos turísticos naturais diferem de região para região, e são caracterizados por diferentes formas de geomorfologia, biologia, hidrologia e climatologia, configurando assim paisagens variadas. A fruição de espaços naturais como produto turístico pode ser entendida segundo múltiplas abordagens, desde a simples contemplação presencial mas passiva, passando pela realização de atividades de âmbito exploratório, até à realização de atividades extremas, onde o risco inerente ao contato com os elementos naturais é elevado. Ainda que não haja uma clara e generalizada definição de TN, é possível verificar que tanto a natureza, assim como um nível maior ou menor de participação em atividades em contexto de natureza, estão presentes (Fredman *et al.*, 2012). O Quadro 2

apresenta as características do TN segundo vários autores, onde são referidos os principais conceitos associados.

Quadro 2 | Características do turismo na natureza (Adaptado de Fredman *et al.*, 2012)

Características	Autores
“recreação e aventura”	Laarman & Durst, 1987
“perceção da natureza imperturbável”	Valentine, 1992
“áreas e destinos protegidos”	Lang & O’Leary, 1997
“elementos da natureza e proteção da natureza”	Hall & Boyd, 2005
“atividades diretamente dependentes do ambiente natural”	Mehmetoglu, 2007
“tempo passado em áreas naturais fora do ambiente doméstico”	Fredman <i>et al.</i> , 2009
“forma de turismo que ocorre em áreas ricas em património natural bem como atividades associadas com ambientes naturais”	Lundmark & Müller, 2010

Vespestad e Lindberg (2011: 575) defendem que o TN está associado à criação de significado através de uma “participação ativa em atividades em ambiente natural”. Os autores complementam ainda esta ideia, referindo que as experiências de consumo das atividades turísticas na natureza são afetadas pelo enquadramento cultural dos participantes, e também pela cultura do local visitado. Por sua vez, Weaver (2001) refere que o TN é uma categoria abrangente, que engloba elementos de um conjunto de outras tipologias de turismo, tais como ecoturismo, turismo aventura, turismo sustentável, turismo cultural, entre outras. Como elo comum, este segmento é associado ao contato direto com um determinado local onde a ação do Homem é relativamente reduzida, mas em que o nível de envolvimento do visitante com determinado património natural varia com o grau de dependência que as suas experiências têm em relação à natureza (Mehmetoglu, 2007a). O mesmo autor sustenta que ainda persiste o debate sobre a definição de TN, e sobre o turista na natureza, destacando como pioneira a definição de TN apresentada por Laarman e Durst, ao ser apresentado como “um tipo de turismo que contém três elementos específicos: educação, recreação e aventura” (Laarman e Durst, 1987 *cit. por* Mehmetoglu, 2007b: 112). Através da análise do quadro 3, é possível verificar a multiplicidade de dimensões do TN.

Quadro 3 | Multiplicidade de configurações no TN (Valentine, 1992)

Dimensão e variação	
Experiência	Dependência da natureza (dependente, amplificada) Intensidade da interação (dedicada, casual) Sensibilidade social (dinâmica inter-grupo) Duração
Estilo	Nível de suporte de infraestruturas (área, base) Dimensão e tipo de grupos Fator de interação cultural Duração da visita
Localização	Acessibilidade (distância) Contribuição para o desenvolvimento (cidade, aldeia) Propriedade (privados, governo) Fragilidade (sustentabilidade, capacidade)

A relação entre turismo e natureza não se esgota apenas na necessidade de espaços naturais para contemplação turística, sendo igualmente um importante palco para o turismo desportivo e de aventura (Silva, 2013). Os espaços naturais são património que importa preservar, mas também importa dar a conhecer. Neste ponto, é o turismo o agente principal na sua promoção. Muitas são as atividades turísticas que utilizam a natureza como palco da sua atividade; porém, nem todas procuram minimizar o impacto da visita do turista e providenciar que, no futuro, esses espaços continuem preservados e com interesse turístico. O TN, enquadrado numa estratégia de sustentabilidade, é a resposta do setor do turismo à crescente preocupação em promover a conservação dos espaços naturais e, simultaneamente, providenciar experiências agradáveis de fruição da natureza.

A preocupação dos mercados turísticos face às áreas naturais revelou que o turismo poderia beneficiar do equilíbrio com as mesmas, como também contribuir para a preservação ativa dos recursos naturais. A sustentabilidade tornou-se uma temática incontornável, já que a preservação dos espaços e a criação de medidas que minimizem o impacto da atividade turística assumem uma importância preponderante no turismo. No caso do TN, esta questão assume uma dimensão ainda mais relevante, na medida em que os espaços naturais são mais sensíveis à pressão turística do que os espaços rurais e os urbanizados, por um lado, e por outro os fenómenos de moda turística conduzem, muitas vezes, a uma massificação que pode colocar em risco uma área natural, (Buckley, 2000). Como referem Ahtikoski *et al.* (2011), este é um equilíbrio difícil de

atingir, na medida em que os espaços naturais precisam de ser visitados para se conhecer a sua riqueza.

Foi na década de 1980 que a atenção da comunidade internacional se voltou para a temática da sustentabilidade. Em termos ambientais, a garantia de que os recursos deveriam ser preservados para as gerações futuras revelou-se também de extrema importância no âmbito do turismo, já que são esses mesmos recursos um dos cerne do setor do turismo. O desenvolvimento não deverá mais ser guiado por motivos economicistas, mas antes pela concretização de sinergias entre os diferentes *stakeholders* com vista ao desenvolvimento sustentável. Os relatórios *World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development* (IUCN *et al.*, 1980) e *Our Common Future* (WCED, 1987), abriram o caminho para a transformação do paradigma turístico vigente. Este último relatório, também conhecido como Relatório de Brundtland, dá o primeiro passo para expressar a sustentabilidade como um conjunto de medidas de desenvolvimento que “procura satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias necessidades” (WCED, 1987). Posteriormente, já na década de 1990, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, também conhecida como Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, organizada pelas Nações Unidas em 1992, cimentou os princípios do desenvolvimento sustentável num compromisso a nível global denominado Agenda 21, focando um conjunto de medidas sociais e ambientais, as quais se manifestavam também no âmbito do desenvolvimento turístico (Berry & Ladkin, 1997).

Cada vez mais se verifica que os turistas possuem mais informação, detalhada e objetiva, sobre os espaços que pretendem visitar. Esse conhecimento permite-lhes tomar decisões mais conscientes, e também conhecer de que forma as atividades desenvolvidas são, ou não, sustentáveis (Coria & Calfucura, 2012).

Ainda que a sustentabilidade possa ser, em última análise, uma utopia (Silva, 2013), trata-se de um fator decisivo na manutenção dos ecossistemas para o seu usufruto por parte das gerações vindouras. Fala-se em utopia na medida em que, por mais rigoroso e equilibrado que seja um projeto turístico, este causará invariavelmente algum impacto negativo para os ecossistemas e que não é possível de evitar, ou a sua

minimização não se revela suficientemente capaz de compensar o dano causado (McKercher, 1993b).

A sustentabilidade dos espaços naturais é condição necessária para o desenvolvimento do TN e para a satisfação dos visitantes, sendo este um espaço privilegiado para valorizar a experiência turística que vai mais além do que a mera contemplação da paisagem. É necessário complementar a vivência de uma paisagem com atividades que nela possam criar algo diferenciador, associando o que se vê com o que se sente e se faz, e dessa forma estimular o turista a procurar “experimentar sem degradar” (Fredman *et al.*, 2012). Na mesma linha de pensamento, a da procura da sustentabilidade no turismo, e principalmente no TN, surge a preocupação de providenciar formas de sensibilizar o turista para “aprender a estar” na natureza, para que o objetivo seja a adoção de formas sustentáveis de interação com a mesma (Dolnicar *et al.*, 2008). A resposta a esta preocupação é dada pela educação em turismo, que procura dotar os turistas quer de conhecimentos, quer de práticas que permitam compreender melhor o seu papel enquanto agente transformador da paisagem e, em última análise, dos fenómenos turísticos (Hughes *et al.*, 2011).

A sustentabilidade assume uma dimensão relevante no que diz respeito ao TN, que é a preocupação ambiental. Esta preocupação não é ingénua, no sentido de procurar apenas alertar as pessoas para assumir um compromisso de preservação do meio ambiente. Ela pretende, acima de tudo, que tanto os turistas como os diversos *stakeholders*, no decorrer da atividade turística, possam contribuir para que essa dimensão da sustentabilidade de um destino seja uma consequência das suas experiências no local. Os turistas são, deste modo, os principais agentes de boas práticas no caminho para o equilíbrio dos ecossistemas e na preservação do património natural. É no âmbito dessa abordagem, por um lado mais meticulosa no enquadramento do turista no local que visita, e por outro mais enriquecedora numa perspetiva de realidade local, que surge o turismo responsável na natureza.

2.3. TURISMO NA NATUREZA EM ÁREAS PROTEGIDAS

Segundo Eagles *et al.* (2002), os níveis de educação da população estão correlacionados com a procura de atividades ao ar livre, o que induz mudanças nos padrões de recreação e lazer. Os mesmos autores afirmam ainda que com o aumento do interesse em experiências que promovam o desenvolvimento pessoal, os recursos naturais e culturais presentes nas áreas protegidas são manifestamente potenciadores de tais formas de TN. O crescimento do interesse no turismo sustentável e no ecoturismo é a resposta a essas preocupações.

As áreas protegidas configuram-se como locais de referência para tirar proveito desta tendência, na medida em que elas incorporam os valores que os novos turistas assumem. Por outro lado, o “turismo na natureza possibilita uma forma de gerar benefícios económicos tangíveis pelas áreas protegidas que compensam os custos de manutenção, sem os custos ambientais associados a indústrias extrativas como a agricultura, silvicultura e minas” (Jiménez & Ramos, 2008: 14). De acordo com estes autores, além da conservação da biodiversidade, as áreas protegidas servem uma variedade de propósitos, tais como:

- assegurar o fluxo contínuo dos serviços dos ecossistemas, tais como água e proteção de solos;
- providenciar benefícios económicos significativos para as comunidades envolventes e contribuem para o bem-estar espiritual, mental e físico;
- contribuir para assegurar a responsabilidade ética em respeitar a natureza e fomentar oportunidades de aprendizagem sobre a natureza e ambiente;
- apresentar um modelo de como as pessoas podem viver em harmonia com a natureza;
- representar paisagens valiosas que refletem as culturas herdadas por muitas gerações e possuem valor espiritual para muitas sociedades.

Segundo uma perspetiva local, de acordo com Liu *et al.* (2012: 2), a “sustentabilidade a longo prazo do turismo na natureza em áreas protegidas está fortemente dependente da sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais e para fomentar atitudes e comportamentos de conservação”.

Manifesta-se assim a necessidade de conjugar esforços por parte das entidades gestoras, das comunidades locais e dos turistas, para que o turismo seja um vetor de conservação e promoção das áreas protegidas. A OMT (WTO, 2005), defende que o turismo em áreas protegidas deve ser cuidadosamente planeado, gerido e monitorizado, para assegurar a sua sustentabilidade a longo prazo. Salerno *et al.* (2013) apresenta, através de uma análise de bibliografia, uma série de quadros de referência em termos de planeamento estratégico para áreas protegidas. Porém, é necessário ter em linha de conta os diversos agentes envolvidos, quer na gestão, quer na utilização das áreas protegidas, dado que nem sempre as estratégias e objetivos se cruzam. As áreas protegidas são palco de parcerias e associações entre inúmeras entidades, tanto públicas como privadas, bem como da população residente e das comunidades periféricas. Tal como argumentam Pfueller *et al.* (2011: 735), “os objetivos subjacentes dos parceiros revelam-se díspares, com as entidades gestoras das áreas protegidas focadas na conservação e os operadores turísticos focados em providenciar ao visitante uma experiência que resulte em vantagem económica.”

Dessa forma, os órgãos de gestão das áreas protegidas e restantes entidades envolvidas no planeamento necessitam de “ferramentas de segmentação que reflitam a complexidade do TN dos dias de hoje, mas que se configurem por um reduzido número de variáveis” (Arnegger *et al.*, 2010: 916). Tendo em linha de conta os fatores referidos, o turismo em áreas protegidas apresenta os potenciais impactos positivos indicados no quadro 4:

Quadro 4 | Benefícios do turismo na natureza em áreas protegidas (Eagles *et al.*, 2002)

Desenvolvimento das oportunidades económicas	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do emprego, em particular para residentes locais • Aumento das receitas • Estimula novas empresas turísticas, e estimula e diversifica a economia local • Promove a manufatura local de bens • Obtém novos mercados e trocas exteriores • Contribui para melhorar as condições de vida • Gera receitas fiscais • Permite aprendizagens de novas competências pelos trabalhadores • Aumenta o financiamento para as áreas protegidas e comunidades locais
Proteção do património natural e cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Protege os processos ecológicos e as bacias hidrográficas • Conserva a biodiversidade (incluindo genes, espécies e ecossistemas) • Protege, conserva e valoriza o património cultural e edificado • Cria um valor económico e protege recursos que de outra forma não teriam interesse para os residentes, ou representam mais um custo que um benefício • Transmite valores de conservação através da educação • Ajuda a comunicar e interpretar os valores do património natural e edificado e de transmissão cultural para visitantes e residentes, gerando assim uma nova geração de consumidores responsáveis • Apoia a pesquisa e desenvolvimento de boas práticas ambientais e sistemas de

	gestão para influenciar a operação do turismo, bem como o comportamento dos visitantes nos destinos
	<ul style="list-style-type: none"> • Melhora as infraestruturas, transportes e comunicações locais • Contribui para o desenvolvimento de mecanismos de auto financiamento para áreas protegidas
Aumento da qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> • Promove valores estéticos, espirituais e outros relacionados com o bem-estar • Apoia a educação ambiental para visitantes e população local • Estabelece ambientes atrativos para os destinos, tanto para residentes como para visitantes, que podem servir de base a outras atividades compatíveis • Promove a compreensão intercultural • Promove o desenvolvimento da cultura, do artesanato e das artes • Aumenta o nível de educação das comunidades locais • Encoraja as pessoas a aprender as línguas e culturas dos turistas estrangeiros • Encoraja as comunidades locais a valorizar a sua cultura e ambiente natural

2.4. O TURISMO NA NATUREZA RESPONSÁVEL

No seguimento da crescente consciencialização, quer ao nível da procura quer ao nível da oferta, de que a sustentabilidade se afirma como um princípio inegável na gestão turística, várias são as entidades internacionais que criam manifestos nos quais se defende uma abordagem mais responsável e mais adaptada às realidades locais. A UNEP, enquanto entidade dependente da UNWTO e com a pasta do ambiente, e também a ICRT, no âmbito do turismo responsável, elaboraram documentos nos quais resumem uma tomada de posição relativamente ao futuro do turismo, e por outro lado elencam uma série de ações a adotar para atingir os objetivos de sustentabilidade de destinos turísticos.

Encarando o turismo como uma forma de promover a manutenção dos ecossistemas, estas entidades revelam a importância de agir localmente, reforçando o equilíbrio entre os patrimónios naturais e as comunidades que deles dependem. A sustentabilidade é assim encarada como um meio para chegar a um fim, no sentido em que as medidas assumidas na sua implementação se enquadram numa perspetiva de projeto turístico a longo prazo. Sublinhando o carácter prático de uma das definições generalizadas referentes à sustentabilidade, a de que “é o usufruto do património no presente sem prejudicar o seu usufruto pelas gerações do futuro” (IUCN *et al.*, 1980), é imediata a assunção de que os turistas de hoje têm a responsabilidade de zelar pela integridade do património, respeitando-o ao usufruírem dele. Surge assim, naturalmente, o conceito de turismo responsável, que coloca o turista como agente ativo da

sustentabilidade, devidamente enquadrado na experiência turística, ao invés de deixar o turista como elemento passivo e maioritariamente contemplativo do património natural, como se se tratasse de um elemento externo. Recuperando a ideia de que a sustentabilidade é um ideal, dado que do contato com o ambiente natural resulta invariavelmente algum impacto negativo, por mais pequeno que seja, o turismo responsável coloca o turista em posição de assumir, imediatamente e localmente, o poder de minimizar esse impacto. Envolver o turista na comunidade e espaço que visita, levando-o a interpretar, conhecer, respeitar e promover, é o objetivo último do turismo responsável. É uma forma direta de tornar claro os pressupostos da sustentabilidade, para que não se fiquem apenas pelo planeamento de projetos turísticos, sejam eles de carácter ambiental ou social; pelo contrário, é assumir que todas as dimensões estão interligadas, desde o planeamento até ao envolvimento individual do turista na comunidade.

Não é de estranhar, portanto, que outras entidades tenham decidido levar mais longe os princípios do turismo responsável, assumindo um compromisso renovado para com as comunidades e o património natural. Em 2002, a UNEP verificava que o crescente interesse no turismo sustentável refletia uma súbita preocupação sobre a qualidade dos recursos naturais e dos efeitos do turismo nos mesmos (TRTP, 2002). Na Cidade do Cabo, na África do Sul, durante uma conferência internacional em 2002, na qual participaram 280 delegados provenientes de 20 países de todos os continentes, foram debatidas questões relevantes e decisivas no sentido de estabelecer uma base coerente e universal quanto à sustentabilidade no turismo. Esta conferência aconteceu como evento paralelo à conferência de Joanesburgo, promovida pela ONU como ponto de situação face ao foco da sustentabilidade na sociedade global. Cientes da relevância de um novo paradigma associado ao fenómeno turístico, as entidades internacionais ligadas ao turismo designaram como estratégia concertada a adoção de formas responsáveis para a sua implementação. Esta conferência internacional, a primeira sobre o Turismo Responsável nos Destinos, foi organizada pelo Western Cape Tourism, uma entidade sul-africana da Cidade do Cabo ligada à promoção do turismo, e teve representações da UNWTO, UNEP, UNESCO e de outras organizações e entidades internacionais. O grau de envolvimento destas entidades revela a pertinência deste assunto no panorama global do turismo, e as suas implicações num futuro próximo.

Nos últimos 30 anos, o crescimento expectável em conjugação com as novas tendências turísticas, colocaram este setor numa posição de destaque para promover um contributo positivo, ou então afetar negativamente, a sustentabilidade de áreas naturais protegidas, bem como das comunidades envolventes. Segundo Eagles *et al.* (2002: ix), a UNWTO sublinha que:

“O turismo pode, de fato, ser uma ferramenta importante para a conservação de tais áreas e para suscitar uma preocupação ambiental para residentes e para visitantes. Estes objetivos podem ser atingidos pela criação de recursos financeiros oriundos do turismo que podem ser dedicados a medidas de conservação, e através de informação apropriada, de programas de interpretação e educação para visitantes e residentes.”

Neste encontro foi dado um passo importante para que o turismo possa realmente, e através de medidas reais postas em prática de acordo com as estratégias de sustentabilidade locais, tornar o turista responsável pela conservação ao mesmo tempo que é sensibilizado para o impacto das suas ações. Essa estratégia passa por definir, claramente e de forma prática, o que é entendido como turismo responsável. Assim sendo, o turismo responsável afirma-se como uma abordagem ao fenómeno turístico, que assenta nas seguintes características (TRTP, 2002):

- Minimiza os impactos negativos ao nível ambiental, económico e social;
- Gera maior benefício económico para a comunidade local e promove o seu bem-estar, contribuindo para melhores condições de trabalho e acesso à indústria;
- Envolve a população local nas decisões que afetam as suas vidas e oportunidades;
- Contribui de forma positiva para a conservação do património natural e cultural, e para a manutenção da diversidade a nível mundial;
- Providencia experiências mais agradáveis para os turistas através de uma ligação mais enriquecedora com a população local, e uma maior compreensão das circunstâncias culturais, sociais e ambientais;
- Providencia acesso para pessoas com mobilidade reduzida;
- É culturalmente sensível, estimula o respeito entre turistas e comunidade anfitriã e promove o orgulho e confiança a nível local.

Porém, outro encontro mereceu também a atenção do setor do turismo, no âmbito da adoção de medidas mais concretas no que diz respeito ao turismo responsável, que

foram o resultado de um documento assinado pelos enviados das entidades participantes, como forma de compromisso para com uma gestão mais dedicada ao equilíbrio entre população residente, turistas e património natural.

A Declaração de Kerala, documento redigido no âmbito do encontro de diversos *stakeholders* (representantes de entidades oficiais de turismo, gestores, operadores turísticos, empresários, entre outros) na cidade indiana de Kerala em 2008, para a discussão de temáticas relacionadas com o turismo responsável e sua promoção a nível mundial, defende que a educação, entre outras temáticas associadas ao conceito de sustentabilidade, tem um papel importante no turismo. Por outro lado, é tida em conta neste documento a relevância dos impactos do turismo em áreas protegidas. A Declaração de Kerala surge então como compromisso para a concretização de medidas que tornem o turismo responsável não um produto passível de comercialização, mas antes uma forma de enquadrar a oferta turística num determinado espaço e comunidade. Através da troca de experiências e opiniões dos participantes, num total de 503 delegados provenientes de 29 países, e no seguimento da Declaração da Cidade do Cabo, o turismo responsável ganha novo fôlego para se assumir como contributo para a preservação do património natural e humano que é a base do fenómeno turístico. Um dos aspetos importantes, patente na Declaração de Kerala, é de que se torna indispensável ter em linha de conta as especificidades de cada território, em termos da sua riqueza natural e cultural, e adaptar as estratégias de turismo responsável para ir ao encontro do equilíbrio entre turismo e comunidade local. Este aspeto é de extrema importância, na medida em que se procura abordar mais detalhadamente de que forma a educação em turismo pode e deve contribuir para desenvolver nos *stakeholders* a consciência de sustentabilidade local.

Na sua essência, o TNR é a tipologia de turismo realizada em áreas predominantemente naturais com o objetivo de estabelecer atividades e alojamento em consonância com as especificidades de uma determinada área natural e seus ecossistemas, envolvendo os turistas como agentes ativos e não passivos da preservação, e sem que daí advenham impactos negativos em excesso na mesma. O turista responsável encara o seu impacto como algo inerente à experiência turística, mas consciente que as suas ações, responsáveis e enquadradas na vivência do espaço natural e da cultura social envolvente, devem contribuir acima de tudo para estimular a sustentabilidade dos locais.

Segundo Silva (2013: 134), citando Swarbrooke (1999), “mais importante do que apresentar uma definição de turista responsável, é o estabelecimento e descrição das suas responsabilidades básicas”, sendo elas:

- Adotar um comportamento moral e ético em consonância com o respeito das sociedades e culturas locais;
- Respeitar e cumprir as leis e regulamentos das regiões visitadas e de trânsito;
- Procurar reduzir os impactos ambientais e excluir-se de participar em atividades ou desenvolver ações que tenham impactos excessivos;
- Contribuir, tanto quanto possível, para a economia local;
- Minimizar a utilização de recursos locais escassos;
- Assumir responsabilidades extras, como colaborar em prol das sociedades ou ambiente local, por exemplo com trabalho voluntário, contributos financeiros, etc.;
- Preferir destinos e serviços de empresas e organizações que promovam práticas mais sustentáveis;
- Procurar informar-se sobre os destinos, património, culturas e boas práticas.

O TNR, no âmbito das suas interdependências entre a relação procura/oferta turística, a preservação dos recursos naturais e a fruição dos mesmos, pode potenciar o conhecimento da riqueza e importância dos ecossistemas, o seu lugar no meio natural, e também o papel do ser humano enquanto elemento da natureza. No ambiente natural, o ser humano encontra um espaço de excelência para promover ações de educação não formal (Ballantyne & Packer, 2005), tanto na sensibilização para a preservação dos recursos naturais através do turismo, como no desenvolvimento pessoal e social principalmente em crianças e jovens, conceptualizando uma nova forma de abordagem turística, um novo segmento, que coloca as crianças e jovens em idade escolar no foco de atenção (Falk *et al.*, 2012).

3. TURISMO E EDUCAÇÃO

“O crescente potencial de mercado para a indústria de viagens e turismo entre as escolas, [...] não deverá ser ignorado e necessita de melhor compreensão por parte da indústria do turismo.”

(Ritchie, 2003: 9)

3.1. O TURISMO ENQUANTO FENÓMENO EDUCATIVO

A importância do turismo enquanto forma de educação para a cidadania está presente desde o *Grand Tour* (Falk *et al.*, 2012; Ritchie, 2003). No início do turismo contemporâneo, a procura de conhecimentos e a experiência de outras culturas configuravam-se como as motivações principais para viajar. Com o passar do tempo, e como consequência da democratização do tempo de lazer, das facilidades crescentes em viajar e do desejo de escapar em férias (Ritchie, 2003), o turismo evoluiu no sentido de proporcionar experiências diversificadas, sem que, no entanto, o carácter educativo das experiências turísticas se tenha perdido. As viagens educativas podem servir uma grande diversidade de propósitos: satisfazer curiosidade acerca de outras pessoas e culturas, lugares históricos e património, e também inspirar o interesse e preocupação em relação aos ambientes naturais, paisagens, flora e fauna (Kalinowski & Weiler, 1992, *cit. por* Ritchie, 2003).

As mudanças tanto no turismo como na educação nas últimas duas décadas, segundo Ritchie (2003), resultam na convergência entre ambas, com a educação a facilitar a mobilidade, ao mesmo tempo que esta se torna uma parte importante da experiência turística. No seguimento da ideia anterior, o autor refere que “à medida que os países se tornam mais interdependentes, o seu sucesso e prosperidade económica irão depender largamente destas duas indústrias – educação e turismo – no sentido de criar caminhos que suportem o intercâmbio e a aprendizagem” (Roppolo, 1996 *cit. por* Ritchie, 2003: 1). O mesmo autor sustenta que o número de experiências educativas e de aprendizagem

no âmbito do turismo aparentam estar em crescimento, ilustrando o potencial que as formas de turismo educativo apresentam. A dimensão educativa do turismo pode acrescentar uma nova perspetiva à experiência do turista, e contribuir para que este adquira novos conhecimentos, tanto direta como indiretamente. Nesse sentido importa referir que “os espaços de lazer providenciam um importante meio pelo qual as pessoas podem adquirir informação, desenvolver ideias e construir novas visões para elas e para a sociedade” (Packer & Ballantyne, 2004). Compreendendo que na experiência turística o carácter educativo, direta ou indiretamente, acaba sempre por estar presente, na medida em que ocorre sempre um fenómeno de aprendizagem quando se viaja, é importante analisar, do ponto de vista conceptual e de segmentação, o turismo educativo.

O setor turístico, dadas as suas múltiplas dimensões e interações, apresenta inúmeras segmentações possíveis, tendo em conta perspetivas do lado da oferta ou da procura, do carácter pessoal ou institucional, entre outras. Trata-se assim de uma revisão que, apesar da sua complexidade, se mostra necessária para melhor enquadrar a tipologia de turismo que coloca o turista no espaço natural, e cuja motivação seja essencialmente a aprendizagem que advém do contato com o património natural. Assim, Ritchie (2003: 18) propõe a seguinte definição: “um turista educacional pode ser considerado como a pessoa que está fora do seu ambiente doméstico, e em que a educação ou aprendizagem são os motivos principais para a viagem ou, sendo secundários, são percecionados como uma forma importante de tempo de lazer.”

Partindo desta definição, e aplicando ao TN, importa sublinhar que o turismo educacional coloca a ênfase na aprendizagem em contexto natural, mas segundo uma abordagem informal³. Como ideia complementar, Kalinowski *et al.* (1992: 17) argumenta que o turismo educativo “vai além da curiosidade, interesse ou fascínio por um tópico particular. Envolve uma experiência de viagem na qual existe aprendizagem organizada, seja ela formal ou experimental.”

³ Este aspeto é relevante, na medida em que, como se verá posteriormente, permite enquadrar as visitas de estudo a áreas protegidas como uma forma de turismo/excursionismo.

A crescente procura por formas alternativas de turismo confirma a tendência de incluir, de uma forma mais ou menos informal, oportunidades educativas evidentes no contexto de contacto com o mundo natural. A Figura 1 revela a sobreposição entre turismo e educação, na medida em que dela resultam potenciais segmentos turísticos, de acordo com a principal motivação.

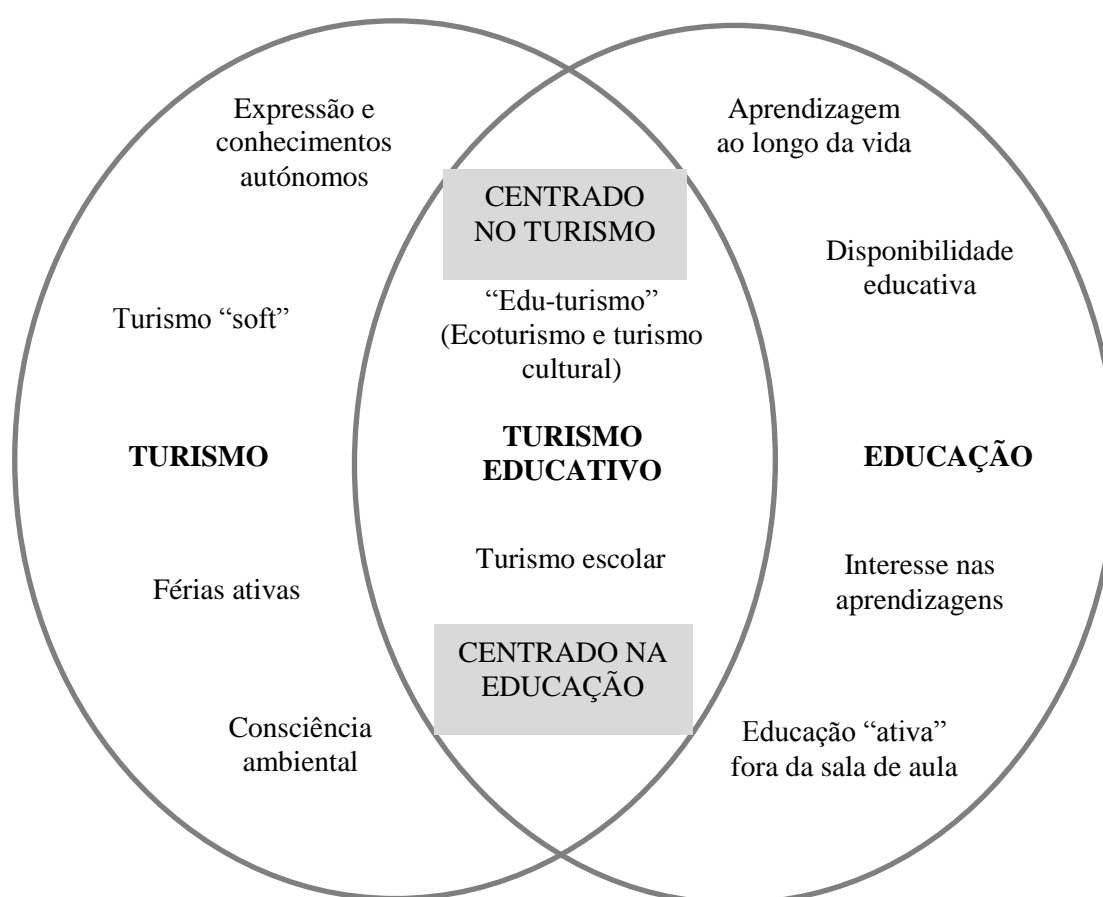


Figura 1 | Conceptualização do turismo educativo segundo uma abordagem de segmentação (Adaptado de Ritchie, 2003)

Verificam-se, de acordo com Ritchie (2003), duas tipologias-base no que diz respeito ao turismo educativo: por um lado a tipologia *tourism-first*, ou “centrada no turismo”, a qual coloca a tónica na viagem turística e as aprendizagens em segundo plano (encaradas como motivações secundárias); e por outro lado a tipologia *education-first*, ou “centrada na educação”, a qual considera as aprendizagens como motivação principal, e a viagem como o enquadramento necessário para as obter, constituindo assim uma forma de turismo. O autor dá como exemplos de segmentos “centrados na

educação” as visitas de estudo (ou excursões escolares). É nesta tipologia que se enquadram as visitas de estudo escolares como uma forma de turismo, na medida em que as viagens se realizam com o propósito de adquirir conhecimentos. As visitas de estudo escolares, de uma forma geral, destinam-se a possibilitar a aquisição de conhecimentos complementares, ou a solidificar aprendizagens, fora do contexto formal da sala de aula. Segundo Morag & Tal (2012: 746), a visita de estudo “enquanto evento de aprendizagem experimental, possibilita que os alunos se envolvam em fenómenos reais, naturais ou sociológicos, num contexto relevante”. As experiências turísticas que permitam o contacto com a natureza constituem-se como fortes e positivas mensagens educativas para os visitantes (Ballantyne *et al.*, 2011). Estas experiências são tanto mais importantes quanto maior é a urbanização e a mecanização da sociedade, fatores que induzem uma sensação de afastamento da natureza (Forestell, 1993, *op. cit.* Ballantyne *et al.*, 2011). Importa referir que estas são particularmente importantes para os alunos que vivem, estudam e passam a maior parte do seu tempo livre em ambientes urbanos (McRae, 1990, *op. cit.* Ballantyne & Packer, 2002).

Dada a necessidade de deslocamento para o local onde essa aprendizagem se realiza, um grupo de alunos pode ser considerado um grupo de excursionistas, no âmbito das definições turísticas. Se essa deslocação contemplar dormida, então verificam-se as condições para que os indivíduos que incorram nessa forma de viagem sejam considerados turistas. É dessa forma que se caracteriza o turismo escolar, um segmento turístico que possui uma relevante e importante motivação: a educação. De acordo com Ritchie (2003; 5), a partir desta perspetiva torna-se claro que o turismo educativo, e nomeadamente o turismo escolar, poderá ser encarado como um “produto, processo e função”. Estes três vetores de desenvolvimento do turismo educativo referem-se a dimensões complementares, mas o mesmo autor argumenta que existe pouco reconhecimento das necessidades destes viajantes motivados pela educação e de que forma proceder à gestão desta tipologia de turismo nos destinos. Ainda Ritchie (2003; 9) sublinha que o potencial de crescimento do turismo ao nível das escolas e outras instituições de ensino não deverá ser ignorado e precisa de ser compreendido.

A Declaração de Kerala sustenta de forma evidente a necessidade de correlacionar a educação com o turismo, com vista a estimular abordagens mais sustentáveis que minimizem os impactos negativos do turismo. O documento referido defende que “o turismo e as ideias associadas ao Turismo Responsável deveriam ser

incluídas nos currículos de ensino primário de forma a promover a inclusão social, desencorajar dependências e envolver as pessoas na gestão dos impactos do turismo.” (Kerala Tourism & ICRT India, 2008).

3.2. O TURISMO E A EDUCAÇÃO NA NATUREZA

A sociedade atual, nomeadamente dos países ocidentais, atribui uma grande importância à educação e às ferramentas educativas que possibilitem aos cidadãos uma participação consciente e ativa. Assiste-se, presentemente, ao estímulo de políticas de aprendizagem ao longo da vida, sublinhando que o processo educativo é contínuo e permeável a um vasto conjunto de experiências, e não apenas à transmissão formal de conhecimentos no meio escolar, durante um número de anos estabelecido e formatado. De acordo com a opinião de Ritchie (2003), e segundo dados da OCDE (2001), parece existir uma transição de uma sociedade baseada na indústria para uma sociedade baseada no conhecimento, na qual é dada ênfase ao prolongamento das aprendizagens para lá da escolaridade obrigatória. O autor argumenta que desta forma os indivíduos, as comunidades e os países “são capazes de melhor se ajustarem às mudanças presentes e futuras, e estão mais aptos para contribuir para a sociedade através de melhorias na inovação, desenvolvimento de formas de negócio e de crescimento económico” (Ritchie, 2003: 5). Referindo-se a um estudo, Ritchie (2003: 8) reforça a sua argumentação indicando que as mudanças nos currículos escolares europeus conduziram ao encorajamento por parte dos alunos em aprender fora do ambiente normal da escola, e que as visitas de estudo, tanto domésticas como internacionais, facilitaram as viagens e o turismo para os alunos do ensino primário e secundário.

Segundo Packer & Ballantyne (2004), *op. cit.* Moscardo (1996), a componente educativa é vital para o rápido crescimento do ecoturismo, bem como para outras formas de turismo sustentável. Estes autores consideram necessário alertar os turistas para as consequências das suas ações, ao mesmo tempo que devem ser encorajados a promover comportamentos sustentáveis. Defendem ainda que “se um dos objetivos de aprender em meios naturais é estimular os alunos a reconsiderar as suas atitudes

ambientais, então poderá haver mais benefícios em permitir que eles se envolvam emocionalmente com o ambiente, do que tentar forçar uma resposta cognitiva” (Ballantyne & Packer, 2002: 229).

Genericamente, a educação na natureza pode ser considerada como educação “no, pelo, acerca e para o património natural” (Higgins, 2009). Gustafsson *et al.* (2012: 65) desenvolve a definição de educação na natureza considerando-a como “uma abordagem educativa centrada no meio natural, caracterizada por processos de ação e aprendizagens temáticas, que envolvem a realização de atividades na natureza, e cujo objetivo é promover a educação através da interação entre emoções, ações e pensamentos, baseados na observação prática de situações reais”. Complementando esta ideia, os mesmos autores defendem que este tipo de educação permite aos alunos e professores oportunidades de aprender com base em observações, tendo o potencial de se tornar uma abordagem educativa integrativa e complementar à pedagogia tradicional.

As aprendizagens em contexto de natureza são atrativas para os alunos, e promovem a reflexão sobre o ambiente e sobre o impacto das suas atitudes e comportamentos, na medida em que os alunos, tanto do nível primário como secundário, apreciam as oportunidades de sair da sala de aula e entrar em espaços naturais (Ballantyne & Packer, 2002). Tanto os professores, como os profissionais de educação ambiental, deveriam capitalizar este interesse criando formas de introduzir atividades na natureza nos programas escolares. As visitas de estudo são geralmente organizadas pelas escolas, possuem propósitos educativos e realizam-se em cenários cativantes e interativos (Morag & Tal, 2012). As aprendizagens em espaços naturais podem ser um complemento aos currículos escolares, ao mesmo tempo que se afiguram como oportunidades de "educação turística" na medida em que a participação em atividades de exploração da natureza, enquadradas ou livres, possibilita a transmissão de valores associados ao conhecimento e à preservação do património natural, enquanto promove o desenvolvimento dos indivíduos. É nesta complementaridade que as visitas de estudo escolares a áreas naturais poderão contribuir, a longo prazo, para se constituírem como oportunidades educativas devidamente enquadradas, quer a nível educativo, quer a nível turístico, e para possibilitarem estudos nos quais sejam investigados os seus reais contributos para a sociedade.

Os espaços naturais são, simultaneamente, o espaço e a motivação para o turismo educativo. As aprendizagens fora da sala de aula assumem-se como uma metodologia de ensino não formal, que simultaneamente capacitam os indivíduos para o conhecimento do meio natural e os colocam em situações de desenvolvimento enquanto membro da sociedade. A importância das atividades educativas de exploração na natureza (AEEN) não se prende apenas pela indução de comportamentos associados à preservação ambiental. Os efeitos deste tipo de atividades também se refletem nas competências ganhas pelos alunos, tanto a nível pessoal como social. Vários estudos apontam no sentido do desenvolvimento de capacidades inerentes ao contacto social em contextos de tomada de decisão, e onde as aprendizagens informais fomentam também a autoestima, a autoconfiança, controle e comunicação (Allison & Thorburn 2011; D'Amato & Krasny 2011; Rickinson *et al.* 2004). Estas oportunidades educativas colocam os alunos em situações não familiares e em espaços desconhecidos, onde a interação com o meio envolvente e a formação de comunidades temporárias conduzem ao desenvolvimento de novas formas de lidar com a realidade. Sejam as atividades mais ou menos físicas, tenham um risco associado mais real ou mais percecionado, as atividades na natureza criam uma alternativa à rotina, e também ao meio escolar formal, no qual os alunos desenvolvem competências pessoais e sociais que seriam mais difíceis de obter na rotina da educação formal. Morag & Tal (2012) apresentam um conjunto de benefícios associados à educação em contexto natural, assinalados no Quadro 5:

Quadro 5 | Benefícios associados à educação em contexto natural (Morag & Tal 2012)

Categoria	Descrição
Cognitiva	Conhecimentos, competências intelectuais
Afetiva	Sentimentos, autoestima e autoconfiança
Social	Interação com outros, comunicação, cooperação
Física	Experiências senso motoras
Comportamental	Atitudes e pró-atividade

É importante assinalar, ainda assim, tal como indicam Ballantyne & Packer (2005), que a avaliação dos resultados em contextos não formais é complicada, dado que não existem procedimentos de avaliação objetivos, que a aprendizagem também envolve características afetivas e comportamentais, e que as experiências, pela sua subjetividade inerente, variam de aluno para aluno. Porém, estudos confirmam que os alunos que tomam parte de programas educativos não formais em contexto natural assumem maior

interesse pelo ambiente e adotam atitudes mais positivas quando comparados com alunos que apenas foram expostos a questões ambientais em contexto de sala de aula ou alunos que foram expostos apenas a fontes informais, tais como os meios de comunicação (Morag & Tal, 2012). Segundo Hughes *et al.* (2011), verifica-se que através de programas adequados e bem desenhados, as atividades de TN apresentam o potencial de incrementar os conhecimentos do meio natural que visitam, ao mesmo tempo que desenvolvem atitudes pró-ambientais. A Figura 2 ilustra o ciclo de aprendizagem que o turismo educativo na natureza possibilita.

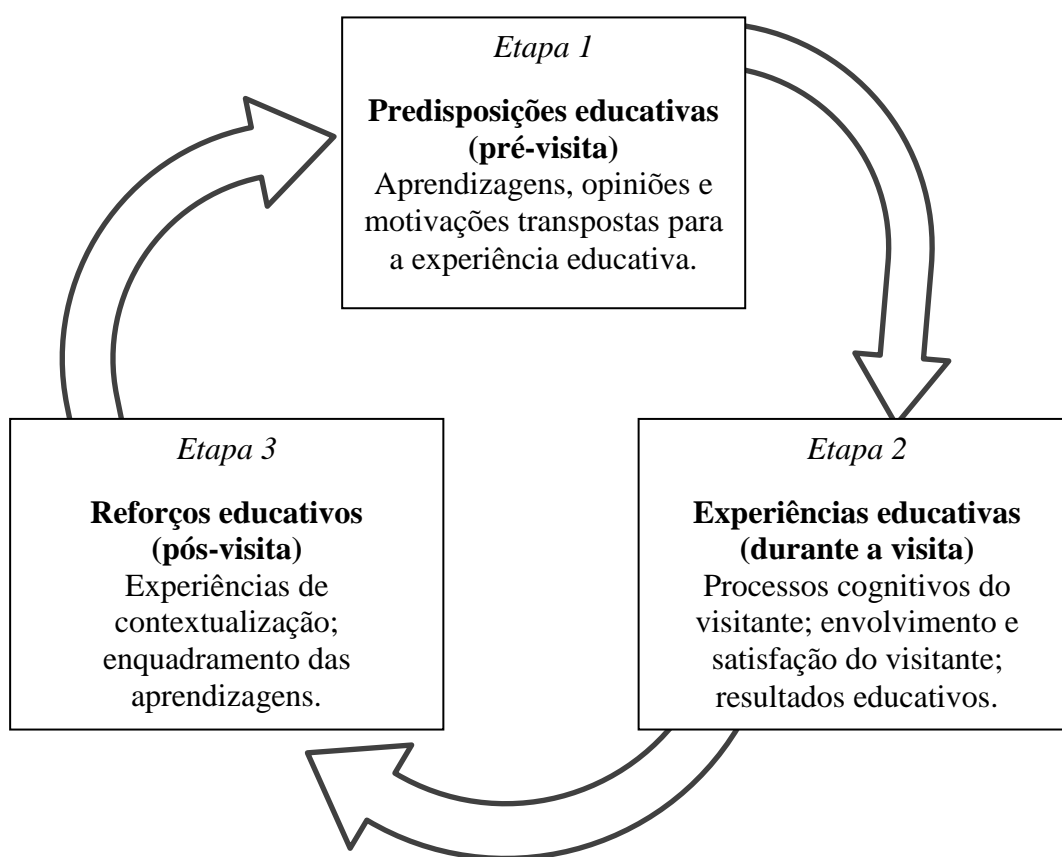


Figura 2 | Ciclo de aprendizagem através de experiências educativas na natureza (Adaptado de Ballantyne & Packer, 2011)

Estes benefícios são elucidativos do potencial educativo da inclusão de atividades na natureza enquadradas nas atividades escolares, nomeadamente nas visitas de estudo. De acordo com Morag & Tal (2012), mais do que qualquer outra atividade, a

visita de estudo na natureza revela o potencial de estimular comportamentos pró-ambientais e o reconhecimento da necessidade de promover a sua conservação. Os mesmos autores sustentam que estas viagens permitem “treinos em resolução de problemas e tomadas de decisão, num cenário real, e contribuem para que os alunos se envolvam cognitivamente e emocionalmente com o meio ambiente” (Morag & Tal, 2012: 746). A educação na natureza, enquanto conjunto de oportunidades educativas contínuas, apresenta-se assim como um ciclo de possibilidades de aprendizagens, as quais conduzem os alunos quer nos processos cognitivos de aquisição de conhecimentos, quer na promoção de boas práticas ambientais. Através da integração de experiências de aprendizagem que incluam a livre-escolha e a aquisição de conceitos é possível não só dotar os indivíduos de atitudes sustentáveis mas também explorar e desenvolver a sua relação com o meio ambiente durante a sua vida (Ballantyne & Packer, 2005).

A educação na natureza assenta sobretudo na sensibilização para promover hábitos associados à preservação dos espaços visitados. É através dela que as crianças e jovens, enquanto turistas educacionais, podem adquirir práticas, no presente, que lhes permitam encarar a preservação de espaços naturais não como uma obrigação da sociedade, mas sim como um contributo pessoal para o desenvolvimento da mesma.

3.3. AS ATIVIDADES EDUCATIVAS EM ÁREAS NATURAIS

No sentido de providenciar uma experiência mais enriquecedora de visita, novas abordagens educativas e interpretativas serão necessárias para educar os turistas e as comunidades locais. Esta ideia vem no seguimento da opinião de Page e Dowling (2002: 67), que defendem que “a educação no âmbito do ecoturismo pode influenciar os comportamentos do turista, da comunidade e dos serviços no sentido de providenciar uma sustentabilidade a longo prazo das atividades nas áreas naturais”. Estes turistas são, muitas vezes, alunos, cuja atividade turística se sobrepõe à atividade educativa. Nesse âmbito, a visita a áreas protegidas e parques naturais afigura-se como uma forma de encontrar a natureza, principalmente para as escolas dos meios urbanos, cujo

distanciamento às zonas naturais é assinalável. Professores e educadores muitas vezes realizam visitas a estes locais como forma de apoio e extensão dos programas ambientais escolares (Ballantyne & Packer, 2005), desenvolvendo atividades de acordo com a oferta das entidades que gerem essas áreas naturais. A forma mais eficaz de envolver os alunos na preservação das áreas naturais é conduzi-los em experiências de grupo, às quais também estão associadas matérias curriculares, que permitam reconhecer os impactos dos problemas ambientais na vida selvagem, nos habitats e nos seres humanos (Ballantyne & Packer, 2002). Geralmente, estas atividades são “particularmente efetivas em influenciar as aprendizagens dos alunos sobre o meio ambiente bem como em facilitar o papel dos alunos como catalisadores na mudança de hábitos ambientais nas suas casas e comunidades” (Ballantyne & Packer, 2005: 286). Segundo Sandell & Öhman (2010), a natureza não é um “local ou fenómeno que está separado do mundo humano”, na medida em que nas AEEN os alunos desenvolvem uma abordagem integrada, que os coloca como detentores de direitos e deveres para com as áreas protegidas. Este reconhecimento possibilita que do contacto com o património natural em contexto de turismo escolar, as crianças e jovens possam transmitir aprendizagens e atitudes no seio familiar, e que desse intercâmbio de experiências resultem ações no sentido de novas experiências turísticas, mais sustentáveis e responsáveis.

Dada a sua importância, tanto ao nível da preservação do património natural como ao nível de constituírem locais privilegiados para o turismo educativo escolar, as áreas naturais deverão assegurar uma gestão e um conjunto de experiências turísticas que sejam fundamentalmente educativas, e delineadas segundo uma estrutura baseada em práticas de TNR (Ballantyne, Packer & Falk, 2011). Hughes *et al.* (2011) argumenta que o acompanhamento levado a cabo após a visita em contexto de experiência educativa pode conduzir as famílias dos alunos a adotar ações de conservação após a sua visita; porém sublinham a inexistência de tentativas em investigar os impactos dessa abordagem em contexto de turismo escolar.

As visitas de estudo afiguram-se como uma oportunidade educativa, e no contexto do contacto com outras realidades distintas do recinto escolar as áreas naturais são potenciais territórios de aprendizagem. Como complemento à educação formal instituída nas salas de aula, as áreas naturais permitem outras abordagens educativas, nomeadamente no que diz respeito à educação para a cidadania, no contacto com o

ambiente natural no sentido de perceber o nosso lugar no mundo e a importância da preservação dos recursos naturais. Desta forma, as três dimensões (turismo, educação e natureza) em estudo na presente dissertação encontram um ponto em comum, justificando uma análise empírica, embora numa fase primária, que permita obter uma perspetiva real das relações entre turismo, natureza e educação tendo como território de análise e caso de estudo o centro de atividades PACB no contexto do PNSC.

4. O PARQUE NATURAL DE SINTRA-CASCAIS

“As áreas protegidas são paisagens atrativas para a crescente procura pelas atividades de ar livre em ambientes naturais. Os desafios para os gestores de áreas protegidas são assegurar que enquanto os visitantes têm a oportunidade de participar nas atividades desejadas, estes estão cientes e preservam os valores dessas áreas.”

(Eagles et al., 2002: 21)

Em Portugal, cujo território continental está representado na Figura 3, a legislação que estabelece as bases do turismo desenvolvido em áreas protegidas encontra-se no Decreto-Lei n.º 47/99 de 16 de fevereiro. Nele são apresentadas as características e definições associadas a uma vertente turística até então pouco definida no panorama nacional: o “turismo de natureza”, levado a cabo em espaços naturais da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP). Esta rede constitui o conjunto de áreas com elevada riqueza natural, como apresentado na Figura 4, e foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de janeiro.

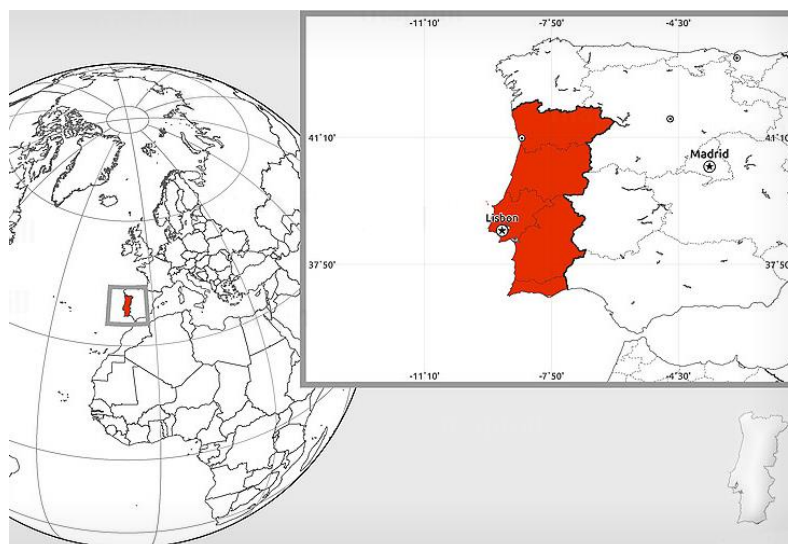


Figura 3 | Localização geográfica de Portugal continental⁴

⁴ Adaptado de <http://www.maphill.com/portugal/>, disponível a 1 de outubro de 2015



Figura 4 | Mapa da RNAP⁵ de Portugal em outubro de 2015

Promovendo uma nova abordagem à procura de espaços naturais, é estabelecida a estratégia de promoção do património natural, conjugado com as especificidades culturais e tradicionais. Posteriormente surge a Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de agosto, que dá origem ao Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN). Neste documento é sublinhada a importância dada às áreas protegidas no âmbito da oferta de experiências turísticas.

A sustentabilidade dos destinos de TN é incentivada, quer no âmbito ecológico, como também a nível social e económico. Defende-se que, apenas com estratégias e políticas territoriais promotoras de sustentabilidade, poderá Portugal afirmar-se como

⁵ Disponível em <http://www.icnf.pt/portugal/ap/rnap> a 1 de outubro de 2015

destino de qualidade e competitivo no mercado, onde novos e alternativos paradigmas de procura turística se têm vindo a afirmar. As áreas protegidas configuram-se, deste modo, como áreas privilegiadas do ponto de vista da riqueza em termos de fauna e flora naturais, que merecem um conjunto de estratégias concertadas, tanto no âmbito do ordenamento do território como na promoção turística (Laranjo, 2011).

Este enquadramento legal revela-se importante para a prática de atividades de lazer em espaços naturais; porém, à custa de algumas indefinições e da crescente procura de alternativas às formas existentes de turismo, o TN em Portugal carece de uma perspetiva mais objetiva. Isto deve-se à utilização, tanto institucional como prática, de conceito de “turismo de natureza”⁶, o qual contempla todas as atividades de âmbito turístico realizadas em áreas protegidas e em outras com valores naturais. Na legislação portuguesa encontram-se ainda outros conceitos como os de turismo em espaço rural, turismo verde, turismo ativo e ecoturismo, referentes ao alojamento e atividades de animação turística que também podem ser levadas a cabo em áreas predominantemente naturais. Para efeitos do presente estudo é considerada a terminologia “turismo na natureza” em detrimento da utilizada na legislação nacional (turismo de natureza), por se considerar esta mais adequada dada a sua maior abrangência e presença nos estudos internacionais.

No Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), apresentado em 2007 e sujeito a revisões posteriores, procurou-se enquadrar as potencialidades do turismo no território português com a evolução dos mercados internacionais, bem como implementar linhas orientadoras de acordo com os diversos segmentos turísticos. Nele é feita referência ao produto “turismo de natureza” como uma das apostas para o turismo em Portugal, face aos recursos naturais e às tendências internacionais de crescimento deste segmento

⁶ A discussão em torno da terminologia “turismo de natureza” *versus* “turismo na natureza”, referida por Silva (2013a) advém, sobretudo, da interpretação à luz da legislação nacional, que inicialmente definia o turismo de natureza como o conjunto de atividades económicas no âmbito do turismo que são levadas a cabo no interior das áreas naturais que fazem parte da RNAP deixando de fora outros territórios predominantemente naturais. Posteriormente foi alargado a outras áreas com valores naturais, ao abrigo do novo regime jurídico implementado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de julho, que contempla a criação de áreas protegidas de estatuto privado (APP). Atualmente, segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, o PNTN abrange “a) O exercício de atividades de animação turística, em todo o território nacional, que permitam contemplar e desfrutar o património natural, paisagístico e cultural; e b) A exploração de empreendimentos turísticos em áreas integradas no sistema nacional de áreas classificadas (SNAC) ou em outras áreas com valores naturais, e que disponham de um adequado conjunto de infraestruturas, equipamentos e serviços complementares que permitam contemplar e desfrutar o património natural, paisagístico e cultural, tendo em vista a oferta de um produto turístico integrado e diversificado.”

turístico (MEI, 2007). Segundo este documento, esta tipologia de turismo representa 6% das motivações principais dos turistas que visitam Portugal. Um estudo complementar (THR, 2006) apresenta também um valor para os números do TN em Portugal: estima-se que a procura de TN ronde os 500.000 turistas, dos quais 96% são relativos à procura interna. Não obstante, são identificados alguns constrangimentos, nomeadamente ao nível da “falta de aplicação ou inadequação de regulamentação das licenças para operar no sector, o que dá origem a uma certa confusão e dificulta a implementação de *standards* de qualidade na estruturação e prestação de serviços” (THR, 2006), e ao nível da oferta estruturada, “como consequência da regulamentação vigente, as empresas que operam no sector do Turismo de Natureza (chamado "turismo ativo" em Portugal) veem limitadas as suas possibilidades para estruturar e comercializar pacotes integrados, incluindo serviços como o alojamento” (THR, 2006). O mesmo estudo complementa a caracterização do turismo de natureza em Portugal fazendo referência ao défice de infraestruturas e serviços, e fazendo notar que

“nos espaços naturais protegidos prevalece uma gestão de proteção e conservação ambiental, mas não existe uma gestão turística dos espaços naturais, ainda que existam suficientes argumentos e exemplos que demonstram que, devidamente regulamentado, a utilização turística pode contribuir significativamente para gerar recursos económicos que asseguram a conservação e a manutenção destes espaços.”

Silva (2013: 141) refere ainda que, na mesma ótica de estruturação da oferta turística nas áreas protegidas, se verifica

“uma gestão muito ecocentrista, direccionada quase exclusivamente para a conservação da natureza, induzida, quer pela escassez de recursos e necessidade de estabelecer prioridades, quer pela própria sensibilidade dos seus gestores e técnicos. Consequentemente, têm vindo a acentuar-se as restrições de acesso e uso, muitas vezes sem aparente justificação, o que é bastante penalizador para os utilizadores, seja a população da região, os visitantes, ou as empresas.”

O PENT sublinha a necessidade de estruturar a oferta de TN em cinco regiões nacionais: Norte, Centro, Lisboa, Açores e Madeira. No que diz respeito à região de Lisboa o enfoque das estratégias de desenvolvimento do TN centra-se sobretudo no PNSC, área de implementação do presente estudo.

4.1. TERRITÓRIO DO PNSC

O PNSC situa-se na Área Metropolitana de Lisboa, abrangendo predominantemente uma área florestal e litoral correspondente a 14583 hectares, compreendendo propriedade pública e privada (ICNF, 2015), nos concelhos de Sintra e Cascais, (Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de Novembro). A Figura 5 apresenta a localização geográfica do PNSC, e uma caracterização mais detalhada pode ser encontrada no Anexo I.



Figura 5 | Localização geográfica do PNSC e enquadramento na Área Metropolitana de Lisboa⁷

No sentido de preservar os valores naturais da região envolvente de Sintra, contemplando a faixa litoral oeste e sul, tendo em conta as pressões urbanísticas que poderiam conduzir ao desequilíbrio do respetivo sistema paisagístico, procedeu-se à criação da Área de Paisagem Protegida de Sintra-Cascais pelo Decreto-Lei n.º292/81 de 15 de outubro. Posteriormente, o Decreto Regulamentar n.º 8/94 de 11 de março implementou a classificação de PNSC, face às recentes alterações na classificação do ordenamento do território que constituía paisagem protegida. Mais recentemente, em 2004, o enquadramento do PNSC foi regulamentado pela nova versão do Plano de

⁷ Adaptado de <http://www.maphill.com/portugal/>, disponível a 1 de outubro de 2015.

Ordenamento, no seguimento da aprovação dos Planos de Ordenamento de Sintra e de Cascais, e novas diretrizes europeias no âmbito da Rede Natura 2000.

4.2. RECURSOS E PATRIMÓNIO DO PNSC⁸

O PNSC abrange a Serra de Sintra e sua envolvente, sendo este um maciço eruptivo, que se eleva até aos 500 metros. Enquadra-se na Orla Mesocenozóica Ocidental do Maciço Hespérico, e caracteriza-se por ser uma estrutura litológica heterogénea, de origem essencialmente sedimentar (calcários e margas), onde predominam os vales mais ou menos encaixados e pelo maciço ígneo de Sintra, como resultado da intrusão e ascensão de magma nas camadas sedimentares que constituem as vertentes. No litoral é frequente encontrar arribas vivas e zonas de depósito de areia, dado que o mar e o vento são os principais agentes de erosão. Esta permitiu o aparecimento de lapiás costeiros, uma forma de relevo cársico, que se estende por vários quilómetros de costa do PNSC. Encontra-se também, além da mancha florestal e da costa recortada característica, um sistema dunar.

O PNSC possui um clima temperado mediterrâneo, de tipo oceânico, com influência atlântica. É junto ao mar que se fazem sentir temperaturas mais amenas, enquanto na zona de serra se verificam as temperaturas mais baixas. O vento ocorre durante todo o ano, sendo predominante de norte e noroeste, com maior intensidade junto ao nível do mar e nos pontos mais altos da serra. A precipitação regista valores elevados na serra, juntamente com a humidade, dado que a serra de Sintra funciona como barreira de condensação, e mais reduzidos junto à costa sul.

O PNSC é drenado por 12 bacias, das quais se destacam as bacias da Ribeira de Colares e da Ribeira das Vinhas, nomeadamente pela importância ecológica e pela dimensão. Os cursos de água são na sua maioria encaixados em pequenos vales, de fraco caudal, dirigindo-se diretamente para o litoral. A norte da serra de Sintra, os cursos de água apresentam uma orientação predominante este-oeste, desembocando em praias ou vales suspensos. A sul da serra, os cursos de água apresentam um

⁸ As informações relativas aos recursos e património do PNSC encontram-se no *Atlas do PNSC* (presente nas Referências Bibliográficas), disponível no sítio da internet do ICNF, no âmbito da caracterização do PNSC.

comportamento intermitente, isto é, de forma torrencial no inverno e forma de estiagem estival no verão. O tipo de rede hidrográfica comprova a relativa juventude do relevo quanto à transformação das características geomorfológicas pelos agentes erosivos.

Dada a diversidade de habitats da serra de Sintra, é possível encontrar uma grande biodiversidade, marcada por alguns endemismos lusitanos, e o maciço eruptivo apresenta características de “ilha biogeográfica”, concentrando algumas populações isoladas, nomeadamente do lagarto-de-água e do musaranho-de-dentes-vermelhos (Baltazar & Martins, 2005). A diversidade de aves é digna de nota: é possível identificar 179 espécies, das quais 67 são nidificantes. Destas, importa referir a presença do falcão-peregrino, águia de Bonelli, bufo-real e gavião da Europa. No que aos endemismos vegetais diz respeito, é possível encontrar rasmano (*Iberis procumbens* subsp. *Microcarpa*), verbasco-de-flores-grossas (*Verbascum litigiosum*), cocleária-menor (*Juncus valvatus*), *Coincya cintrana*, *Limonium multiflorum*; referência especial à cravinha (*Silene longicilia*), que se encontra em raras e ameaçadas populações, sobre solos derivados de rochas eruptivas granulares, e também os endemismos locais cravo-romano (*Armeria pseudarmeria*), cravo-de-Sintra (*Dianthus cintranus* subsp. *cintranus*) e miosótis-das-praias (*Omphalodes kuzinskyanae*).

4.3. GESTÃO DO PNSC

O PNSC apresenta-se como a maior mancha florestal na área metropolitana de Lisboa, e o fato de se constituir como área protegida revela a sua importância ao nível do património natural. Nele, o turismo assenta sobretudo numa ótica de TN, alicerçado na prática de atividades que defendem a sustentabilidade e a preservação ambiental.

A gestão territorial do PNSC é levada a cabo pela respetiva Comissão Diretiva e pelo Conselho Consultivo, sendo este constituído por representantes de entidades públicas, da CMS e da CMC e Juntas de Freguesia, de organismos de investigação científica e de associações de defesa do ambiente. A entidade responsável pela gestão dos recursos naturais do PNSC é o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. (ICNF). Este instituto público, integrado na administração indireta do Estado

Português, promove a gestão e articulação da RNAP, e, deste modo, também do PNSC. Trata-se de uma entidade estatal, sob alçada do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que assume as diretrizes do ordenamento do território e da proteção do património natural em áreas de relevante interesse e importância ao nível do património natural. De acordo com os estatutos do ICNF, “tem por missão propor, acompanhar e assegurar a execução das políticas de conservação da natureza e das florestas, visando a conservação, a utilização sustentável, a valorização, a fruição e o reconhecimento público do património natural” (ICNF, 2015b). É também o ICNF que regula a implementação das diretivas quanto à utilização humana das áreas protegidas, promovendo e controlando a prática de atividades de lazer nas mesmas. Um dos instrumentos de gestão existentes para tal é a Carta de Desporto Natureza (CDN), que pressupõe a atuação e envolvimento de autarquias, membros do governo responsáveis pelas áreas do desporto e ambiente e federações desportivas com estatuto de utilidade pública⁹.

A CDN do PNSC foi aprovada em 2008, na Portaria 53/2008, de 18 de janeiro. Esta Portaria legisla a criação de um documento que serve de orientação para o desenvolvimento e implementação de atividades desportivas e turísticas que estejam de acordo com as dinâmicas próprias do PNSC, e que ao mesmo tempo sirvam de meio de preservação e de fruição da natureza. Na CDN do PNSC são estipuladas as condicionantes e especificidades da prática desportiva no interior da área protegida, de forma a minimizar os impactos na flora e fauna, permitindo o equilíbrio entre as atividades de lazer humanas e a conservação do património natural. Estas práticas desportivas estão diretamente relacionada com as atividades educativas, na medida em que as primeiras servem de suporte às segundas. É nesse sentido que importa referir as atividades desportivas no contexto do presente estudo: através da integração coerente entre ambas resultam as atividades de exploração na natureza, que no presente estudo se inserem no contexto do PNSC.

Na jurisdição do PNSC que cabe ao concelho de Cascais, a entidade Cascais Ambiente assume a coordenação e gestão das atividades realizadas no âmbito do TN. Esta entidade identifica-se como a marca dos serviços prestados pela Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., cujo capital social é detido pela Câmara

⁹ Entre a RNAP, apenas o PSCN e o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros têm em vigor a CDN, apesar de tal documento ser obrigatório para todas as áreas protegidas.

Municipal de Cascais (CMC). Criada em 2012, é responsável pela gestão dos espaços verdes, incluindo a área do PNSC que se encontra nos limites do concelho de Cascais, baseando a sua atuação ao nível da preservação, qualificação e valorização dos espaços naturais do concelho (Câmara Municipal de Cascais, 2015).

No passado recente, e no sentido de proporcionar experiências de fruição da natureza que resultassem dos esforços de preservação ambiental e educação, mas também da descoberta turística, a Cascais Ambiente criou o parque temático PACB. Trata-se de um conjunto de infraestruturas e de recursos humanos, instalados em pleno PNSC, que se dedicam à elaboração e realização de programas educativos em diversos locais do mesmo.

4.4. O CENTRO DE ATIVIDADES PEDRA AMARELA CAMPO BASE

O PACB situa-se na encosta sul da Serra de Sintra. A área de intervenção do PACB encontra-se no interior do Sítio de Importância Comunitária (SIC) Sintra-Cascais, de acordo com a Resolução do Concelho de Ministros n.º 76/2000 de 5 de julho, e compreende uma área de 1,14 hectares dentro do Perímetro Florestal do PNSC. Dista 13 quilómetros de Sintra e 11 quilómetros de Cascais, estendendo-se para sul e sudeste até Chão de Batel e aos terrenos acima da barragem do Rio da Mula (TTerra Engenharia e Ambiente, 2011). O enquadramento territorial do PACB é apresentado na Figura 6 e na Figura 7.

Na sua génese, a metodologia do PACB está associada aos movimentos escutistas e à forma como estes interagem com a natureza, no sentido de ser um espaço de aprendizagem ao mesmo tempo que é um espaço de lazer. Resulta de uma aposta da CMC nas políticas de promoção de uma educação ambiental e no serviço à comunidade, através de um conjunto de atividades cuja atuação se realiza com base nos conceitos de preservação e de fruição da natureza, no contexto da prática de atividades de exploração da natureza.

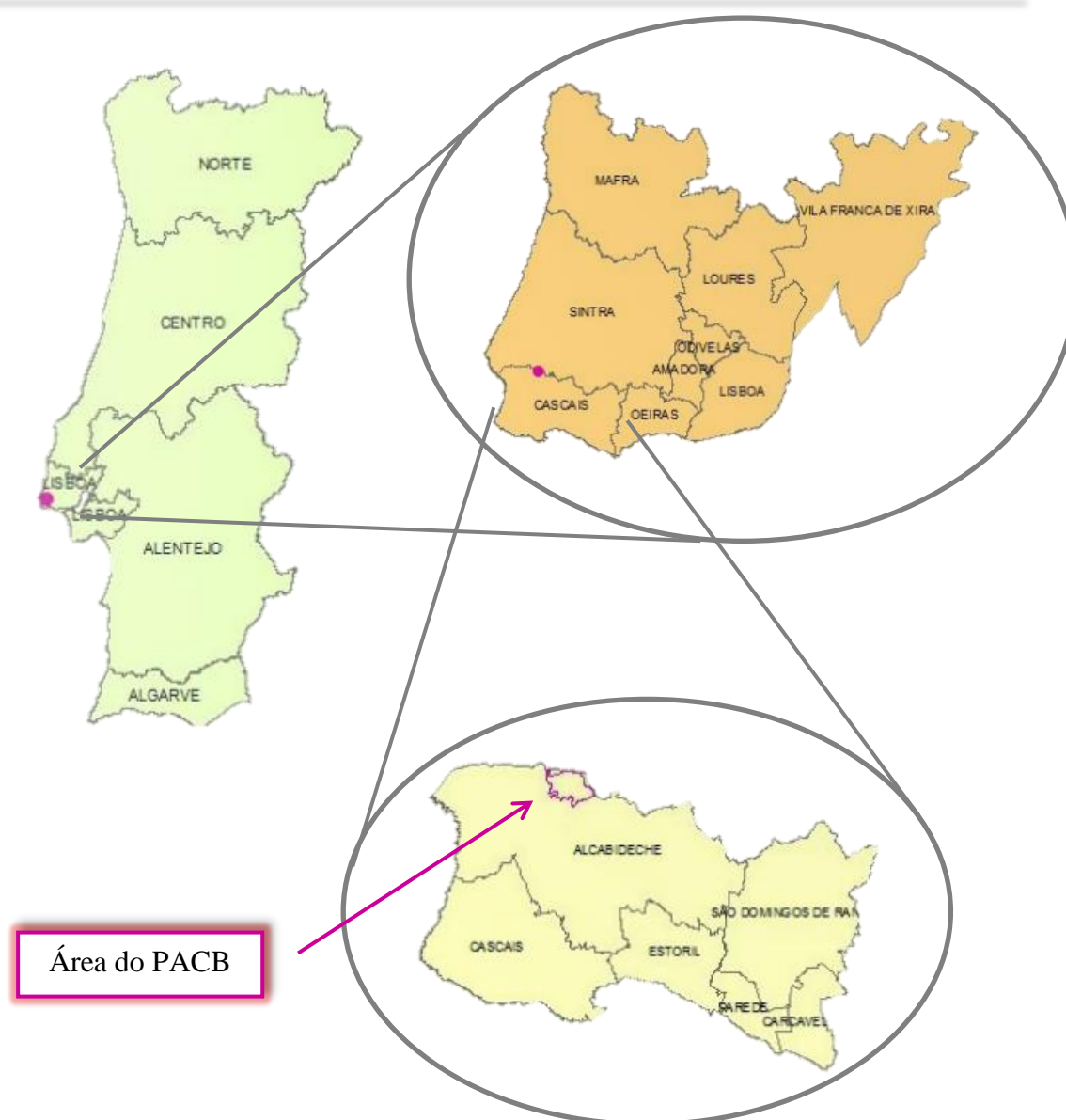


Figura 6 | Enquadramento geográfico do PACB (TTerra Engenharia e Ambiente, 2011)

Nesse sentido, o PACB apresenta-se como um centro de atividades em que a educação assume um papel de relevante importância, na medida em que está claramente vocacionado para fazer a ponte entre as aprendizagens do mundo natural real e a sensibilização para a preservação de um espaço privilegiado.

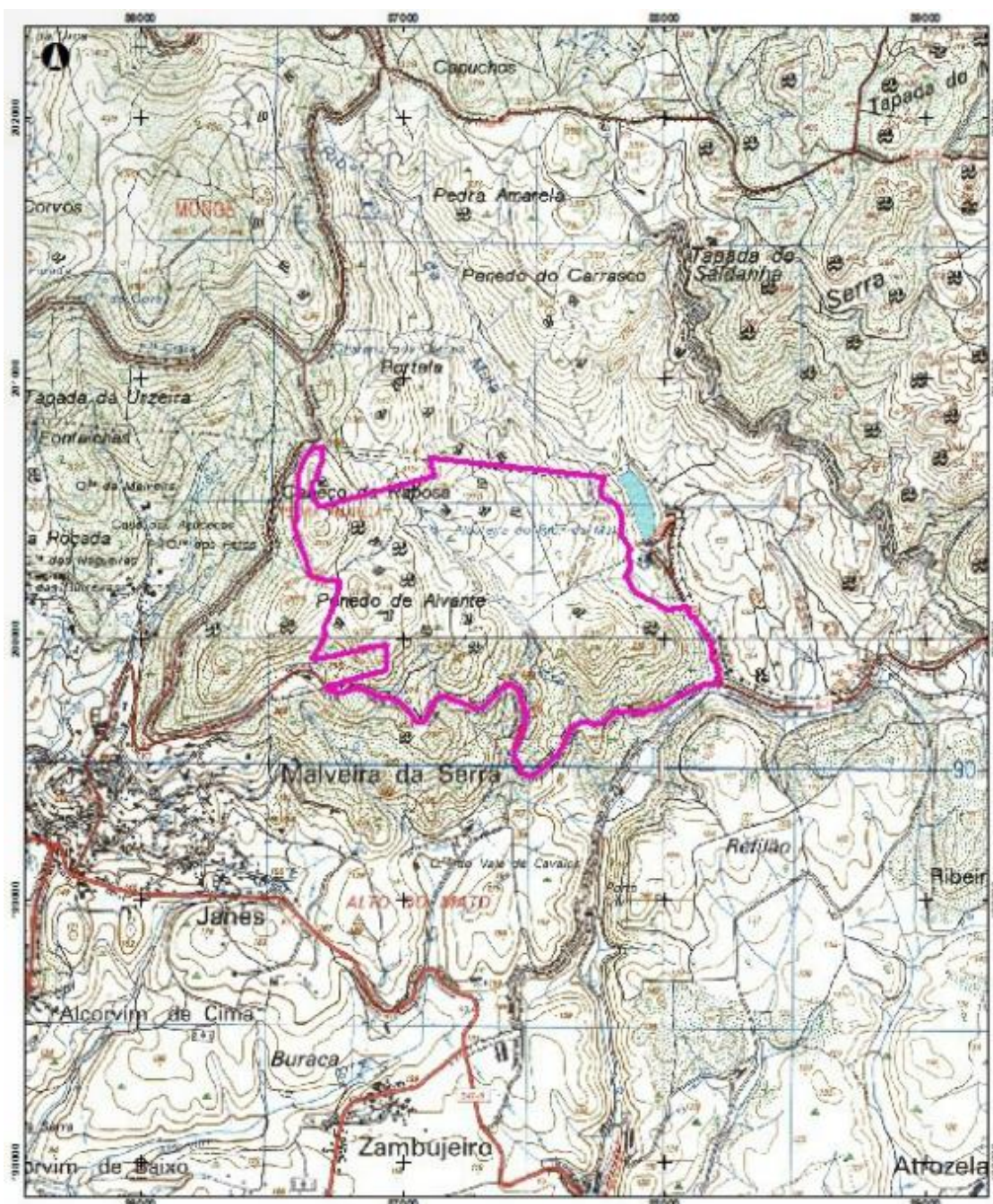


Figura 7 | Enquadramento do PACB em extrato da Carta Militar (escala 1:25000) (TTerra Engenharia e Ambiente, 2011)

De acordo com os estatutos do PACB, “o campo visa ainda o estímulo da educação ambiental no programa curricular das escolas, tal como a promoção do interesse dos jovens pelos valores ambientais através de ações de conservação da Natureza. Oferece ainda recursos educativos sobre a biologia, a geologia e a ecologia da zona”(TTerra Engenharia e Ambiente, 2011). São apresentadas no Quadro 6 algumas

das abordagens a esta complementaridade entre as atividades de exploração e os conteúdos educativos.

Quadro 6 | Atividades de exploração na natureza de âmbito educativo no PACB

Atividades de exploração na natureza de âmbito educativo no PACB	<ul style="list-style-type: none">• A natureza como sala de aula• Trilhos interpretativos• Dinâmicas de grupo• Detetives da natureza• <i>Eco-challenge</i>
---	--

É no contexto da realização destas AEEN no PACB, coerentes com as estratégias e condicionantes da CDN do PNSC, que o presente estudo pretende analisar as perspetivas dos participantes e posteriormente enquadrá-las de acordo com o TNR.

5. METODOLOGIA

“Para compreender a experiência de aprender durante o tempo de lazer, precisamos de entender melhor as perspetivas dos turistas sobre este fenómeno.”

(Van Winkle & Lagay, 2012: 343)

O presente estudo tem como objetivo o estabelecimento de bases de investigação que permitam compreender a pertinência do TNR como fator de desenvolvimento pessoal e social positivo nos jovens e potenciador de hábitos de turismo sustentável. Para tal considerou-se levar a cabo um estudo empírico no sentido de averiguar os hábitos de práticas turísticas junto de uma amostra da comunidade escolar que visita o PNSC, no âmbito das atividades na natureza de carácter educativo desenvolvidas pelo PACB, e ao mesmo tempo relacionar estas com a perspetiva de utilização futura de áreas naturais como destinos de lazer.

Após a análise das temáticas que relacionam o turismo, a natureza e a educação não formal, verifica-se a existência de um quadro comum em que as AEEN se manifestam como uma forma de turismo pouco estudada e compreendida, com alguns autores a sustentar a necessidade de mais atenção para o turismo educativo (Ritchie, 2003; Ballantyne & Packer, 2005). Porém, a pesquisa bibliográfica revela que nenhum estudo neste âmbito se encontra disponível em território nacional. Tal facto é determinante na abordagem desta investigação, que pretende assim poder ser encarada como um primeiro passo no sentido de conhecer e estruturar o turismo educativo escolar em Portugal. A necessidade de averiguar o potencial que as áreas naturais em Portugal, e principalmente as áreas protegidas, possuem para instigar novas formas de TN, marcadamente educativas e responsáveis, e cujo público-alvo se encontra em idade escolar, surge nesta investigação como um desafio complementar.

O presente estudo relaciona três dimensões, as quais são encaradas como fatores interligados nas atividades de exploração da natureza. Essas dimensões são: a natureza, a educação e o turismo. Enquanto aspetos individuais, a natureza e a educação

constituem-se como elementos associados ao turismo, quer direta quer indiretamente; enquanto temáticas relacionadas, elas podem ser enquadradas numa perspetiva holística do turismo responsável na natureza. Ao longo do processo de investigação foram tomadas como bases de referência os estudos de Ritchie (2003), Ballantyne *et al.* (2002, 2011), e Falk *et al.* (2012), que no seu conjunto sublinham o turismo educativo na natureza como uma forma de potenciar não só aprendizagens como também o desenvolvimento pessoal e social de indivíduos em idade escolar, e mais ainda, a noção de procura de formas responsáveis de TN.

5.1. INSTRUMENTO DE INQUÉRITO

No sentido de obter uma imagem objetiva e quantificável de como indivíduos em idade escolar encaram as atividades de exploração na natureza, e de que forma estas contribuem para o seu desenvolvimento e fomentam atitudes de turismo responsável na natureza, optou-se por utilizar o questionário como ferramenta de análise. A elaboração do questionário partiu da associação de alguns indicadores encontrados noutros estudos e da possível relação entre variáveis presentes nos mesmos. No entanto, o questionário foi construído de raiz, dado que nenhum outro estudo analisado na pesquisa bibliográfica identificava os pressupostos necessários para correlacionar as três dimensões em análise e que incluísse um questionário que pudesse ser adaptado. Tal tarefa requereu um cuidado redobrado na elaboração de um questionário que cumprisse dois requisitos fundamentais: *i)* ser coerente na interpretação e *ii)* ser focado na relação entre as dimensões em estudo. Ao mesmo tempo pretendeu-se identificar uma possível relação causal, preponderante no desenvolvimento da presente dissertação, que associa o usufruto das áreas naturais em contexto de atividades educativas escolares com o fomento de uma atitude de procura de áreas naturais para turismo e com o fomento do interesse pelas áreas naturais por parte dos jovens, junto das respetivas famílias, como palco das suas atividades turísticas.

Importa referir que várias pessoas estiveram envolvidas na construção do questionário, colaborando com sugestões e críticas. De maneira a tornar a investigação

mais eficaz, do ponto de vista da elaboração de um questionário coerente e sólido, foi indispensável o contributo do orientador da presente dissertação, bem como três especialistas da área do turismo, dois professores do 2º ciclo do ensino básico, dois académicos de outras áreas de conhecimento, e do gestor de atividades do PACB. Para agilizar e tornar mais eficiente a obtenção de questionários validados, contou-se com a colaboração do responsável do PACB e dos restantes dinamizadores de AEEN. A sua colaboração foi importante no sentido de melhor adaptar o instrumento de inquérito às características das atividades realizadas no PACB, em termos dos tempos adequados para implementar os questionários e também estratégias para que os inquiridos pudessem responder aos mesmos.

5.2. DEFINIÇÃO DE VARIÁVEIS

O presente estudo tem como objetivo a definição de variáveis que permitam quantificar o potencial educativo do TNR no contexto do PNSC. Desse modo, o questionário teve em conta a definição de variáveis que pudessem representar da melhor forma a relação entre a perceção das preferências turísticas dos inquiridos com as consequências motivacionais das atividades de exploração da natureza levadas a cabo no PACB. A definição de variáveis tornou-se um elemento preponderante neste trabalho, de forma a permitir criar um ponto de partida para futuros desenvolvimentos no âmbito desta temática, sem que estas fossem redutoras nem limitativas do presente estudo. No sentido de elaborar uma perspetiva da procura turística dos indivíduos inquiridos, o estudo procura comparar a atitude pré-visita ao PNSC no âmbito das atividades do PACB com a experiência vivida nessas atividades, e consequente motivação em promover a repetição de experiências semelhantes junto dos familiares. Segundo dois principais vetores pretende-se averiguar, por um lado, a proximidade da área de residência em relação ao PNSC e a sua influência na prática de atividades de lazer, e, por outro, se os hábitos de lazer dos inquiridos poderão ser influenciados pela experiência de atividades educativas de âmbito turístico com vista à promoção de formas de TNR.

5.3. DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

O público-alvo do presente estudo foi composto pelos jovens em idade escolar que participaram em atividades de exploração e conservação da natureza no âmbito da oferta educativa do PACB, no ano letivo 2012-2013, e que frequentavam entre o 5º ano e o 9º ano de escolaridade. A amostra contempla o total de indivíduos que, cumprindo os critérios mencionados, participaram nas referidas atividades durante os meses de junho, julho e agosto de 2013, e aos quais foi entregue o questionário no final das atividades no PACB.

5.4. DEFINIÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Após a concretização das variáveis e das relações entre as mesmas, e tendo em conta a necessidade de criar um questionário curto, objetivo e simples, foram levadas a cabo várias reuniões de trabalho com os agentes envolvidos na metodologia, anteriormente referidos. A troca de opiniões e sugestões levou à definição de um conjunto de critérios que seriam vantajosos no sentido de agilizar o processo de construção e de execução do questionário, nomeadamente:

- O momento de resposta ao questionário teria de ser logo após a participação na atividade do PACB, ainda no local. Este fator iria evitar intermediários e demoras no processo de implementação e obtenção dos questionários, por um lado, e contribuir para respostas genuínas, por outro, evitando que os participantes esquecessem a experiência;
- Estipulou-se que o mesmo teria de ser adaptado a ocupar apenas duas páginas A4. Tal condicionante deve-se sobretudo às opiniões manifestadas, quer pelo orientador do presente estudo, quer pelo responsável das atividades do PACB, para que o processo de resposta pudesse ser executado localmente, após a participação na atividade, como complemento ao critério anterior;

- As questões teriam de ser estruturadas na sua grande maioria para resposta fechada, facilitando a interpretação por parte dos inquiridos;
- As questões de resposta fechada teriam de ser construídas usando uma combinação de escalas de níveis de resposta, resposta dicotómica, lista de opções e resposta única, por forma a potenciar relações entre variáveis;
- Teria de ser dada a oportunidade de elaborar uma resposta aberta;
- O questionário teria de seguir uma linha condutora, desde a definição das variáveis independentes, passando pelo histórico associado à prática de atividades turísticas, e finalmente a interpretação da atividade na natureza na qual os inquiridos acabavam de tomar parte;
- O público-alvo seria o conjunto dos indivíduos que participa nas atividades educativas do PACB e que frequenta entre o 5º ano e o 9º ano, de forma a se conseguir analisar as opiniões de indivíduos pertencentes a uma faixa etária com alguma maturidade em termos de perceção individual e social, mas que fosse o mais precoce possível em termos de percurso académico;
- A linguagem não poderia ser demasiado técnica nem elaborada, sob pena de incorrer em erros de interpretação e dificuldade em elaborar respostas coerentes.

O processo de elaboração do questionário contemplou cinco fases principais: esboço, versão preliminar, versão de teste, versão validada e versão final. Em todo o processo o orientador da presente dissertação tomou parte na validação e correção das versões, até se obter a versão final.

A primeira fase, a elaboração de um esboço, prendeu-se com a necessidade de estruturar o conjunto de questões que, sendo mais relevantes para o estudo, pudessem representar variáveis dependentes associadas à relação entre as três dimensões em estudo (turismo, natureza e educação). Esta fase constituiu-se como a mais extensa, dado que foi necessário reunir vários indicadores de estudos internacionais e adaptá-los à realidade de uma participação numa atividade educativa de exploração na natureza promovida pelo PACB no PNSC. O esboço traduziu-se num conjunto limitado de variáveis, dado que um dos pressupostos da construção do questionário seria a sua

reduzida dimensão, com vista ao seu breve preenchimento. No entanto, e após reuniões com o orientador, o autor assumiu que a simplicidade do questionário se poderia conjugar bem com o intrincado das inter-relações possíveis entre as variáveis, e verificou-se assim que seria possível obter um conjunto de respostas que associavam diversas variáveis, mantendo a simplicidade sem que isso resultasse num questionário simplista. Seguidamente, o processo passou por ajustar a tipologia de resposta a cada uma das questões, de acordo com a forma como a variável dependente seria estudada. Assim concretizavam-se duas estratégias: primeiro, a variação na forma da resposta não conduziria à monotonia do ato de resposta, o que favorece uma atitude mais atenta e coerente; e segundo, algumas variáveis apresentavam um carácter dual, enquanto outras apresentavam um carácter múltiplo, e, no seu todo, esta opção por várias tipologias de resposta poderia resultar num fio condutor na interpretação da experiência.

Após a definição final do esboço, este foi analisado pelo orientador e posteriormente retificado para incluir algumas sugestões. Estas permitiram tornar o questionário mais claro, sendo que as alterações visaram sobretudo aspetos de organização das questões, do aspeto gráfico do questionário e de ajuste dos níveis das questões de resposta múltipla. As escalas de Likert passaram de seis hipóteses para cinco hipóteses, e as questões relativas à experiência no PACB foram reformuladas para permitir uma comparação mais efetiva entre o antes e o depois da atividade por parte dos participantes no inquérito.

Uma vez reestruturado o esboço, o questionário foi apresentado na sua versão preliminar a outras pessoas que poderiam contribuir de forma construtiva, nomeadamente os especialistas referidos anteriormente ($n = 8$). O envolvimento dos primeiros prendeu-se com sugestões do âmbito dos conceitos turísticos em estudo e da forma como estes são interpretados à luz da experiência turística na natureza; o envolvimento dos segundos relaciona-se com questões de linguagem e de interpretação gramatical, de forma a melhor refletir a destreza gramatical dos indivíduos da faixa etária em estudo; o envolvimento dos terceiros deve-se à necessidade de averiguar se a estrutura do questionário refletia uma construção coerente e também averiguar se o mesmo seria de fácil compreensão para quem não domina os conteúdos associados ao TN.

Esta versão foi apresentada ao orientador que, por sua vez, validou o questionário para que pudesse ser testado nos pressupostos reais do inquérito¹⁰.

Após discussão com o orientador sobre questões relacionadas com respostas do tipo temporal e comparativas, e de como as relacionar com as dimensões do estudo, elaboraram-se questões mais sucintas e claras e com menos hipóteses de escolha. Foi também discutida a viabilidade de não contemplar a hipótese “não sabe/não responde”, dado que as questões elencariam um conjunto de hipóteses abrangente, sendo que estas, de acordo com a bibliografia de base para a elaboração do inquérito, se revelam como as hipóteses com maior peso no cruzamento das dimensões em estudo. Por outro lado, o estabelecimento de um conjunto definido de hipóteses de resposta conduz o presente estudo no sentido de compreender de que forma estas se adequam à realidade local, sendo esta uma das primeiras tentativas de interpretar o contributo turístico e educativo destas atividades na natureza no contexto previamente apresentado. Quando todos os contributos, sugestões, críticas e erros foram apontados, e a evolução da elaboração do questionário terminou numa versão que cumpria os pressupostos e estava pronta para ser implementada, o orientador validou a última versão, a versão final. Esta foi impressa e apresentada ao orientador, que reviu, conferiu e aprovou a sua implementação.

No Quadro 7 apresenta-se a estrutura do questionário, o qual é constituído por 17 questões, com as seguintes características:

Quadro 7 | Estrutura do questionário

Tipo de questão	Quantidade de questões	Questões associadas
Resposta única	6	1; 2; 3; 4; 8; 9
Resposta dupla	2	5; 6
Escala de resposta	4	7; 10; 12; 15
Concordância	3	13; 14; 16
Relação de adjetivos	1	11
Resposta aberta	1	17

¹⁰ Por motivos de agenda das atividades levadas a cabo no PACB, o questionário não pôde ser testado nas condições reais, como o autor pretendia. No período de tempo estabelecido para proceder ao teste, nenhum grupo de indivíduos da amostra pretendida realizou atividades, o que inviabilizou o teste concreto e real ao questionário. Neste cenário, e dadas as contribuições e sugestões dos especialistas, a versão preliminar foi novamente revista pelos mesmos, que retificaram alguns pormenores, tais como a sequência de algumas questões, que fariam mais sentido noutra ordem. Uma vez revista a versão preliminar, e na ausência das condições necessárias para considerar testar, esta última versão foi enviada ao orientador para validação.

As questões de resposta única e resposta dupla relacionam-se com as variáveis independentes e com os hábitos turísticos, por forma a estabelecer relações objetivas e unívocas com as restantes. As questões de escala de resposta relacionam-se sobretudo com a experiência das atividades de exploração na natureza e sua interpretação à luz do desenvolvimento educativo. As questões de concordância relacionam-se com a perceção da experiência real vivida no PACB. A questão de relação de adjetivos relaciona-se com as construções mentais associadas às atividades de exploração na natureza. A questão aberta relaciona-se com o expressar por palavras próprias o resultado da experiência da atividade realizada no PACB.

5.5. OBSERVAÇÕES

A resposta ao questionário fez-se segundo os pressupostos do estudo, isto é, no momento após o término das atividades realizadas no PACB por parte de indivíduos que cumprissem os critérios da amostra. Para tal contou-se com a colaboração da equipa de monitores das atividades do PACB ao nível da entrega e receção dos questionários, na medida em que estes seriam os agentes ideais para os facultar. O autor considerou que a presença do próprio no momento de resposta poderia ter influência na imparcialidade das respostas, e também que a relação entre os indivíduos do público-alvo e a equipa de monitores potenciava uma relação de sinceridade e segurança, que poderia ter reflexo nas respostas. Foram tomadas algumas precauções no sentido de garantir a idoneidade e imparcialidade das respostas, entre elas:

- O questionário foi previamente apresentado à equipa de monitores de atividades e foi também descrito o processo de resposta, bem como possíveis soluções para dúvidas de preenchimento;
- Foi entregue à equipa de monitores de atividades o material considerado necessário para agilizar o processo de resposta, nomeadamente suportes para escrita e canetas;
- Procedeu-se à marcação de duas datas para a recolha dos questionários respondidos.

Uma vez recolhidos todos os questionários respondidos durante o período de tempo estipulado no estudo, procedeu-se a análise prévia dos mesmos para realizar uma triagem, com o objetivo de identificar questionários inválidos.

Consideraram-se como variáveis independentes as seguintes: a idade; o ano de escolaridade; o género; o concelho de residência; a característica urbana ou rural da área de residência, com quem passa mais tempo durante as férias; e quantas vezes participou em atividades na natureza nos doze meses anteriores.

O tipo de atividade (*cf.* Quadro 6) não foi tido em conta, já que o questionário não foi elaborado tendo em conta essa variável – o aspeto relevante é a participação numa atividade, não a estrutura da mesma¹¹.

O estudo não pretende concluir sobre a representatividade estatística, nem estabelecer comparações desse âmbito, dado que diversos fatores externos condicionam a realização de AEEN no PACB, mas sim apresentar um quadro conceptual sobre a perceção dessas atividades no âmbito do TN.

¹¹ Essa relação, entre o tipo de atividade realizada no PACB e o resultado da mesma em termos de perspetivas da fruição dos espaços naturais, poderá ser contemplada numa outra oportunidade de aprofundar as temáticas em análise no presente estudo.

6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

“Turismo educativo é um campo abrangente e complicado com uma pesquisa limitada no passado, a importância deste tipo de turismo deverá crescer devido às novas tendências quer do setor do turismo quer do setor da educação.”

(Ritchie, 2003: 2)

O instrumento questionário elaborado para o presente estudo, disponível no Anexo I, foi estruturado em três partes, ainda que estas não sejam claramente identificadas no mesmo. Essas partes são: *i)* caracterização dos inquiridos e da respetiva prática turística habitual; *ii)* caracterização da sua atitude e perceção face às AEEN; e *iii)* avaliação do grau de sensibilização para a prática de atividades turísticas na natureza após visita ao PACB. Esta estrutura permite não só organizar os dados segundo um critério de tipo de variáveis, como também conduzir o inquirido num processo de reflexão imediatamente após a realização da atividade no PACB. A definição de várias tipologias de resposta apresenta-se como forma de interpretar de diferentes formas as perspetivas dos inquiridos.

Para processar os dados oriundos das respostas aos inquéritos, foi utilizado o programa *Microsoft Office Excel*, juntamente com o pacote de aplicativos *Addinsoft XLSTAT*. Com estas ferramentas informáticas foram elaboradas tabelas de registo e classificação dos dados, tabelas descritivas, gráficos de barra e circulares, e caixas de bigodes; no seu conjunto, todas estas descrições gráficas dos dados descrevem os dados obtidos da forma mais objetiva e clara possível. Como complemento à descrição gráfica, considerou-se também oportuno apresentar alguns dados estatísticos relevantes, nomeadamente nas questões que dizem respeito às opiniões dos inquiridos em relação à atividade no PACB. No sentido de facilitar a leitura dos quadros e outra informação relevante no decorrer da apresentação dos resultados, o Quadro 8 identifica algumas siglas e abreviaturas usadas.

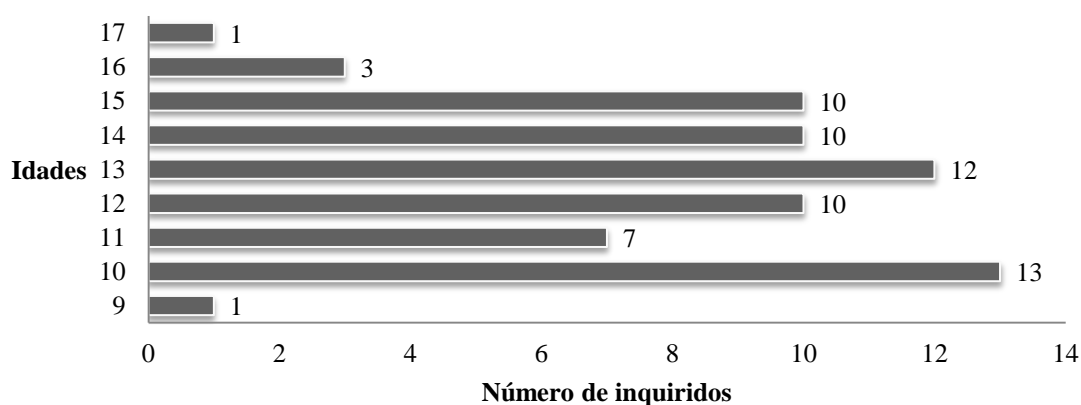
Quadro 8 | Abreviaturas e símbolos usados na análise estatística

Indicador	Abreviatura / símbolo
Número de observações	n
Moda	Mo
Média	\bar{x}
Desvio padrão	σ
Questão aberta	QA
Questão fechada	QF

De forma a simplificar a apresentação da análise dos dados, procedeu-se à organização dos mesmos segundo a estrutura anteriormente referida na construção do questionário.

6.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS INQUIRIDOS

A amostra da população em estudo é constituída por 67 inquiridos, com idades compreendidas entre os 9 anos e os 17 anos (Q1, RF; $n = 67$), com respetiva distribuição de idades presente na Figura 8.

**Figura 8 | Q1 – Idades**

De acordo com a Figura 9, a percentagem de inquiridos do sexo masculino é de 45%, e a percentagem de inquiridos do sexo feminino é de 55% (Q2, RF; $n = 67$).

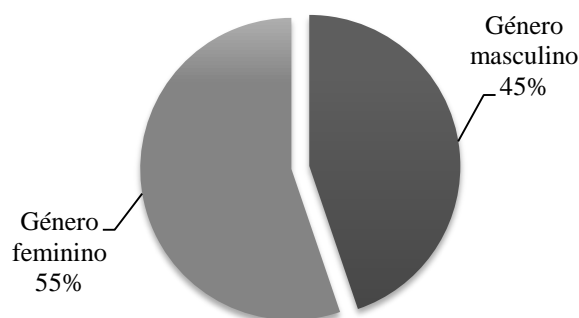


Figura 9 | Q2 – Género

A distribuição do ano de escolaridade frequentado pelos inquiridos (Q3, RF; $n = 66$) apresenta uma percentagem de 21% para o 5.º ano, 23% para o 6.º ano, 17% para o 7.º ano, 14% para o 8.º ano e 25% para o 9.º ano de escolaridade (Figura 10). Não se assinalam grandes discrepâncias na distribuição do número de inquiridos relativamente ao respetivo ano de escolaridade, fato que contribui para a homogeneidade da amostra.

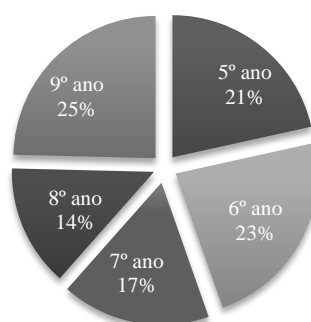


Figura 10 | Q3 – Distribuição por ano de escolaridade

A análise dos dados relativos à área de residência (Figura 11) mostra sete ocorrências distintas. Os concelhos identificados¹² pelos inquiridos (Q4.1, RF; $n = 66$) são: Sintra, com vinte e duas ocorrências; Cascais, com catorze ocorrências; Oeiras, com treze ocorrências; Lisboa, com dez ocorrências; Loures, com duas ocorrências; Amadora, também com duas ocorrências; e Mafra, com uma ocorrência.

¹² Assinala-se a ocorrência de duas situações particulares: *i*) um dos inquiridos respondeu “Estoril”, pelo que o concelho considerado foi Cascais; e *ii*) um dos inquiridos respondeu “Paço de Arcos”, pelo que o concelho considerado foi Oeiras

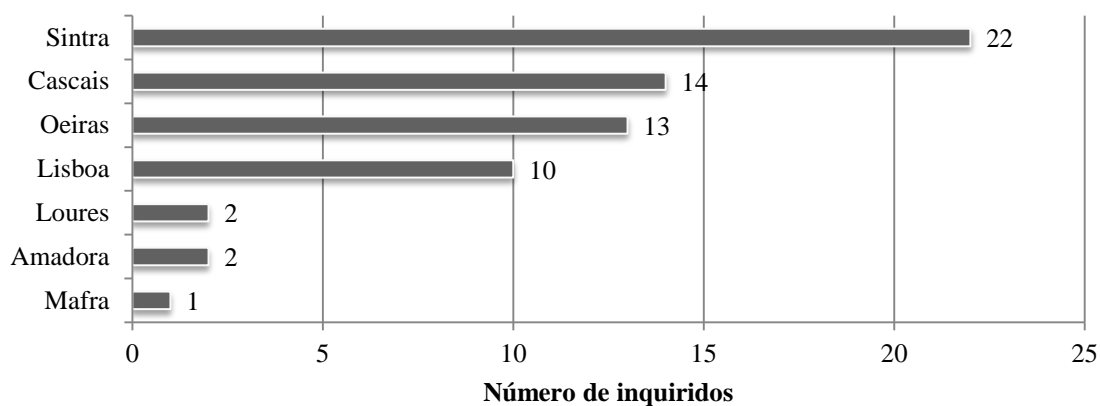


Figura 11 | Q4.1 – Concelho de residência

Os dados correspondentes à questão 4.2 (Q4.2, RF; $n = 67$) revelam que 69% dos inquiridos habitam em área urbana, enquanto os restantes 31% habitam em área rural (Figura 12).

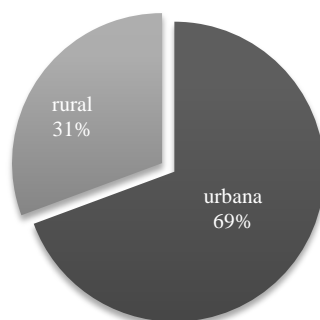


Figura 12 | Q4.2 – Distribuição por zona de residência

Quanto aos hábitos e preferências no que diz respeito aos locais para a prática de atividades de lazer¹³, assinalam-se algumas diferenças (Figura 13).

¹³ Para efeitos de simplificação da terminologia do questionário, dada a faixa etária da população em estudo, e dado que não são focadas as diferenças entre os conceitos de “lazer” e “férias”, consideraram-se os mesmos equivalentes no âmbito das Questões 5 e 6, sublinhando que a interpretação dos inquiridos se deu no sentido de considerar “férias” como o período de férias escolares de verão.

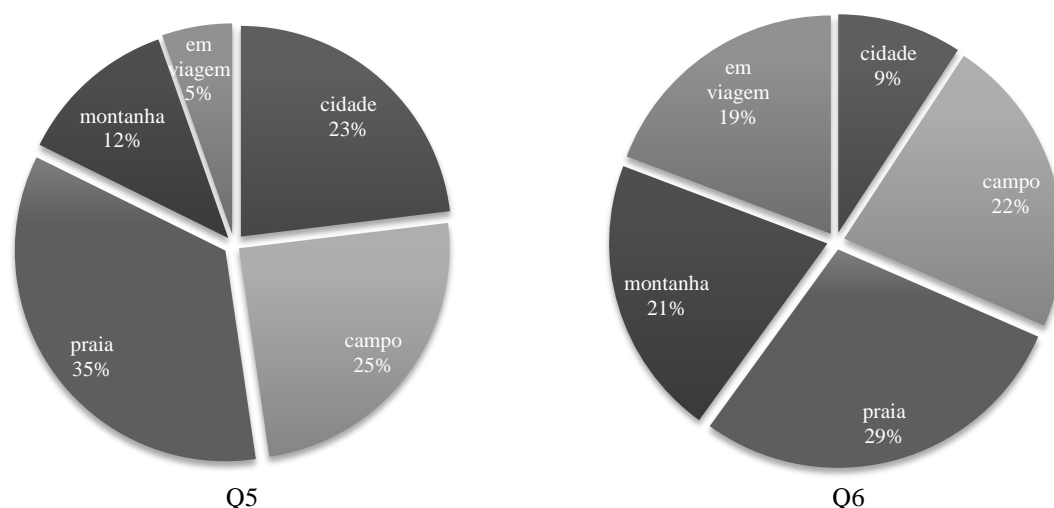


Figura 13 | Q5 – Local habitual de férias; e Q6 – Local preferencial para passar férias

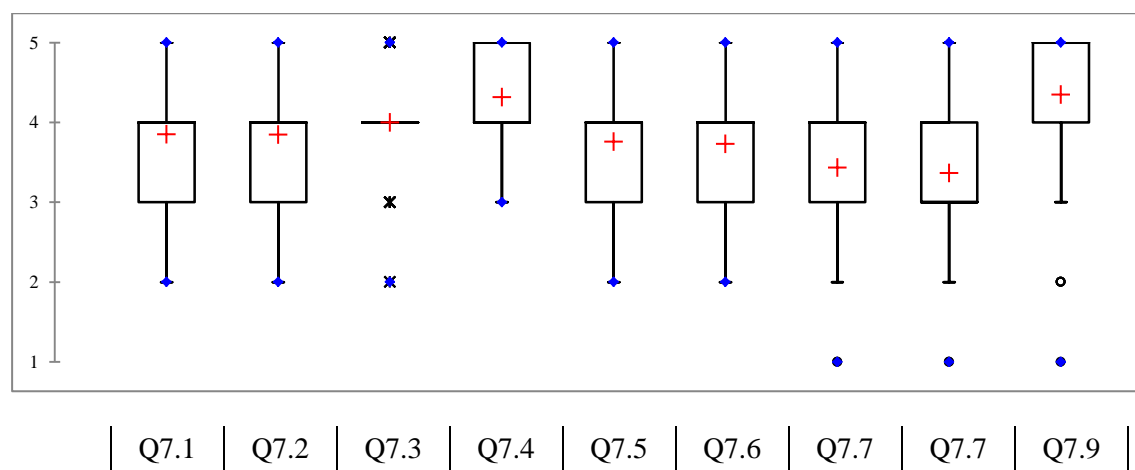
Para estas questões foi tida em conta a possibilidade de escolher duas opções, de modo a permitir uma maior abrangência de resposta (considerou-se que, caso contrário, o resultado seria indicador do espaço físico onde o inquirido passar a maior parte do tempo não letivo e não o espaço de lazer); assim, a análise deste dado é apresentado apenas sobre a forma de percentagem. O local com maior expressividade para o lazer é a praia (35%), seguido do campo (25%) e da cidade (23%), de acordo com os dados da Questão 5 (Q5, RF; $n = 67$). No entanto, quando inquiridos sobre os locais de lazer que gostariam de frequentar (Q6, RF; $n = 67$), as respostas apresentam a praia com maior percentagem (29%), seguido do campo e da montanha (22% e 21%, respetivamente), o que sugere que as áreas naturais são as que despertam potencialmente mais interesse para a prática de lazer. Para tentar compreender melhor os hábitos de lazer dos inquiridos, além do local habitual foram também analisadas as práticas de lazer mais usuais e a sua representatividade para cada indivíduo, no sentido de averiguar a regularidade das suas práticas. No Quadro 9 estão presentes as tipologias identificadas na pesquisa bibliográfica como sendo as mais presentes nos hábitos de lazer dos indivíduos da população considerada (Q7.1 a Q7.9, RF; n variável).

Quadro 9 | Q7 – Regularidade na prática de atividades de lazer

Q	Questão / variável	n	1	2	3	4	5	Mo	\bar{X}	σ
7.1	Passeios culturais nas cidades	67	0	5	16	30	16	4	3,85	0,87
7.2	Visitas a áreas naturais e/ou parques naturais	65	0	1	18	36	10	4	3,85	0,69
7.3	Desportos coletivos	66	0	3	10	37	16	4	4,00	0,76
7.4	Desportos na natureza	67	0	0	5	36	26	4	4,31	0,61
7.5	Desportos náuticos	66	0	4	19	32	11	4	3,76	0,80
7.6	Concertos e festivais	67	0	7	19	26	15	4	3,73	0,93
7.7	Acampamentos	67	2	13	16	26	10	4	3,43	1,06
7.8	Visitas a parques temáticos e parques de diversões	63	2	7	23	28	3	4	3,37	0,87
7.9	Idas à praia	66	1	4	5	17	39	5	4,35	0,97

1 – nunca; 2 – raramente; 3 – algumas vezes; 4 – frequentemente; 5 – sempre.

Assim, verifica-se que as idas à praia são as atividades mais referidas ($\bar{X} = 4,35$), seguidas dos desportos na natureza ($\bar{X} = 4,31$) e desportos coletivos ($\bar{X} = 4,00$). Estes dados são interessantes do ponto de vista do presente estudo, na medida em que identificam os desportos na natureza¹⁴ como sendo uma das atividades de lazer mais praticadas pelos inquiridos. A Figura 14 apresenta graficamente a informação estatística relevante, permitindo uma análise gráfica comparativa entre as variáveis, complementar à apresentada no Quadro 9.

**Figura 14 | Q7 – Regularidade na prática de atividades de lazer**

¹⁴ Consideram-se estes como atividades complementares às atividades de exploração na natureza, de acordo com o enquadramento das atividades de exploração na natureza.

Quando questionados sobre com quem passam as férias¹⁵, a maioria, 53%, dos participantes nas atividades do PACB inquiridos (Q8, RF; $n = 67$) assinalam que é com a família direta (pais, irmãos ou avós), como apresentado na Figura 15. Dado que o estudo compreende uma amostra de indivíduos em idade escolar, tal facto é esperado, dada a dependência dos respetivos agregados familiares. Por outro lado, este facto sustenta a proximidade entre indivíduos adultos e os indivíduos da amostra em estudo, o que pode levantar a questão da influência mútua nas decisões das atividades de lazer.

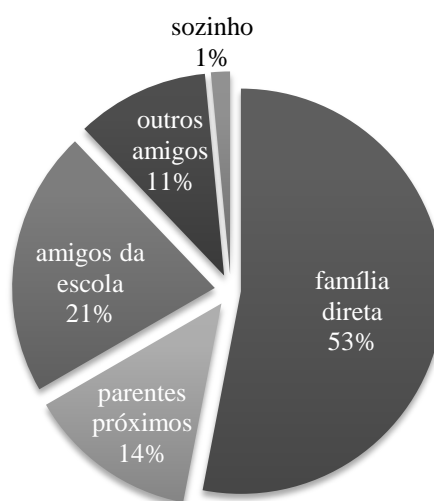


Figura 15 | Q8 – Com quem passa férias

Para finalizar a caracterização dos inquiridos, revelou-se importante considerar quantas vezes estes participaram em atividades na natureza nos 12 meses anteriores (Q9, RF; $n = 67$). Este dado configura uma primeira instância para considerar as opiniões dos inquiridos face à atividade realizada no PACB, ao mesmo tempo que apresenta informação relativa à frequência de prática de atividades na natureza, que pode ser relevante no contexto do TNR. De acordo com os dados da Figura 16, trinta inquiridos participaram entre uma e seis vezes em tais atividades no período indicado, o que corresponde, em média, a uma atividade na natureza de dois em dois meses. Dos restantes inquiridos, dezanove não participaram em nenhuma atividade nos 12 meses anteriores, dezassete participaram entre sete a doze vezes (correspondente a uma atividade por mês, em média), e apenas um inquirido assinalou ter participado em mais de doze vezes em atividades na natureza.

¹⁵ Uma vez mais, o termo “férias” deve ser entendido como o maior período não letivo dedicado ao lazer, coincidindo com o período das férias escolares de verão.

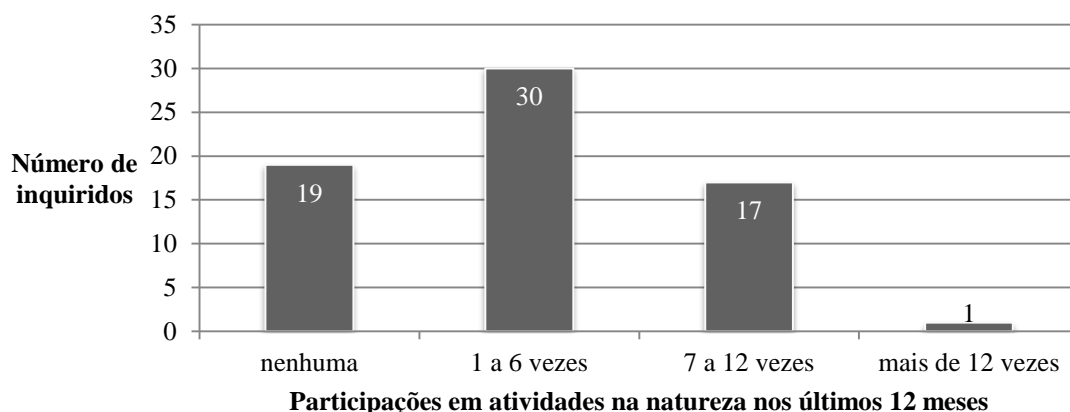


Figura 16 | Q9 – Participação em atividades na natureza

6.2. CARACTERIZAÇÃO DE OPINIÕES E ATITUDES

O presente estudo considera as perspetivas dos inquiridos sobre as atividades de exploração na natureza, quer na sua experiência e conhecimentos gerais, quer na experiência concreta da atividade no PACB. Uma das informações relevantes para o estudo é compreender como esta última é encarada pelos participantes na interpretação dos desafios e na consciencialização da importância das áreas naturais, nomeadamente para o turismo, para a educação e para o desenvolvimento pessoal.

A Questão 10 estabelece o ponto de partida para essa compreensão, apresentando uma série de ideias associadas às atividades na natureza (Quadro 10 e Figura 17). Verifica-se que os ganhos mais relevantes deste tipo de atividades, segundo os inquiridos, são a possibilidade de criar novas amizades ($\bar{X} = 4,31$) e a valorização do trabalho de equipa ($\bar{X} = 4,00$). Porém, todos os valores das médias registam uma perceção positiva por parte dos inquiridos, revelando que em todos os pontos focados há um contributo real das atividades na natureza, tanto ao nível educativo como social.

Quadro 10 | Q10 – Perspetivas sobre as atividades na natureza

Q	Questão / variável	n	1	2	3	4	5	Mo	\bar{x}	σ
10.1	Desenvolvem competências/capacidades diferentes daquelas que são desenvolvidas na escola	67	0	5	16	30	16	4	3,85	0,87
10.2	Estimulam capacidades de comunicação entre as pessoas	65	0	1	18	36	10	4	3,85	0,69
10.3	Valorizam o trabalho de equipa	66	0	3	10	37	16	4	4,00	0,76
10.4	Possibilitam criar novas amizades	67	0	0	5	36	26	4	4,31	0,61
10.5	Contribuem para o desenvolvimento pessoal das pessoas	66	0	4	19	32	11	4	3,76	0,80
10.6	Contribuem para superar medos e obstáculos do quotidiano	67	0	7	19	26	15	4	3,73	0,93
10.7	Permite compreender melhor as matérias lecionadas na escola e adquirir conhecimento práticos	67	2	13	16	26	10	4	3,43	1,06

1 – discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não discordo nem concordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente.

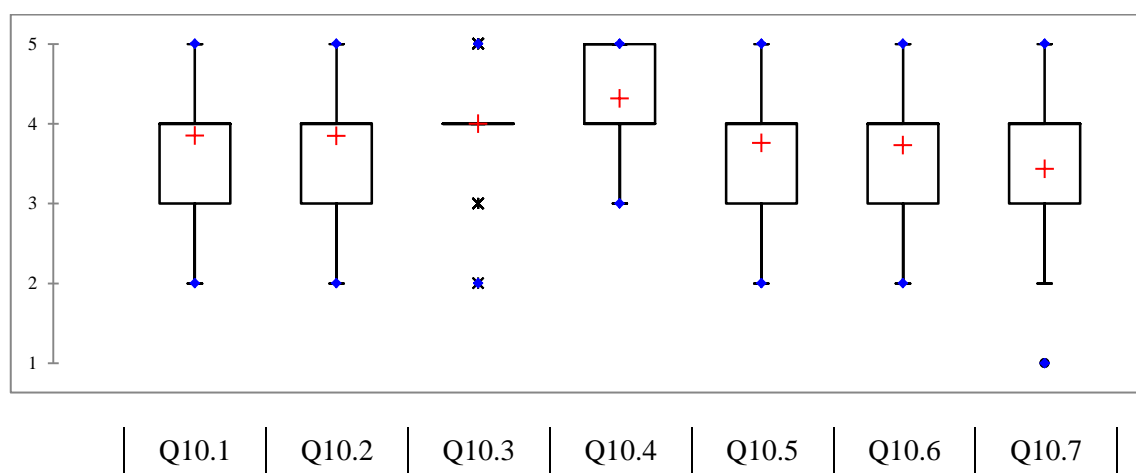


Figura 17 | Q10 – Perspetivas sobre as atividades na natureza

Os inquiridos revelam, também, na comparação de ideias antagónicas que as suas perspetivas sobre as atividades na natureza são maioritariamente positivas e construtivas (Q11, RF; $n = 66$). As respostas dos inquiridos apresentam as atividades na natureza como divertidas (92%), inovadoras (92%), agradáveis (92%) desafiantes (88%), úteis (86%), coletivas (84%), e educativas (61%). Verifica-se uma elevada aceitação destas atividades como algo diferenciador, mantendo o carácter educativo (Figura 18).

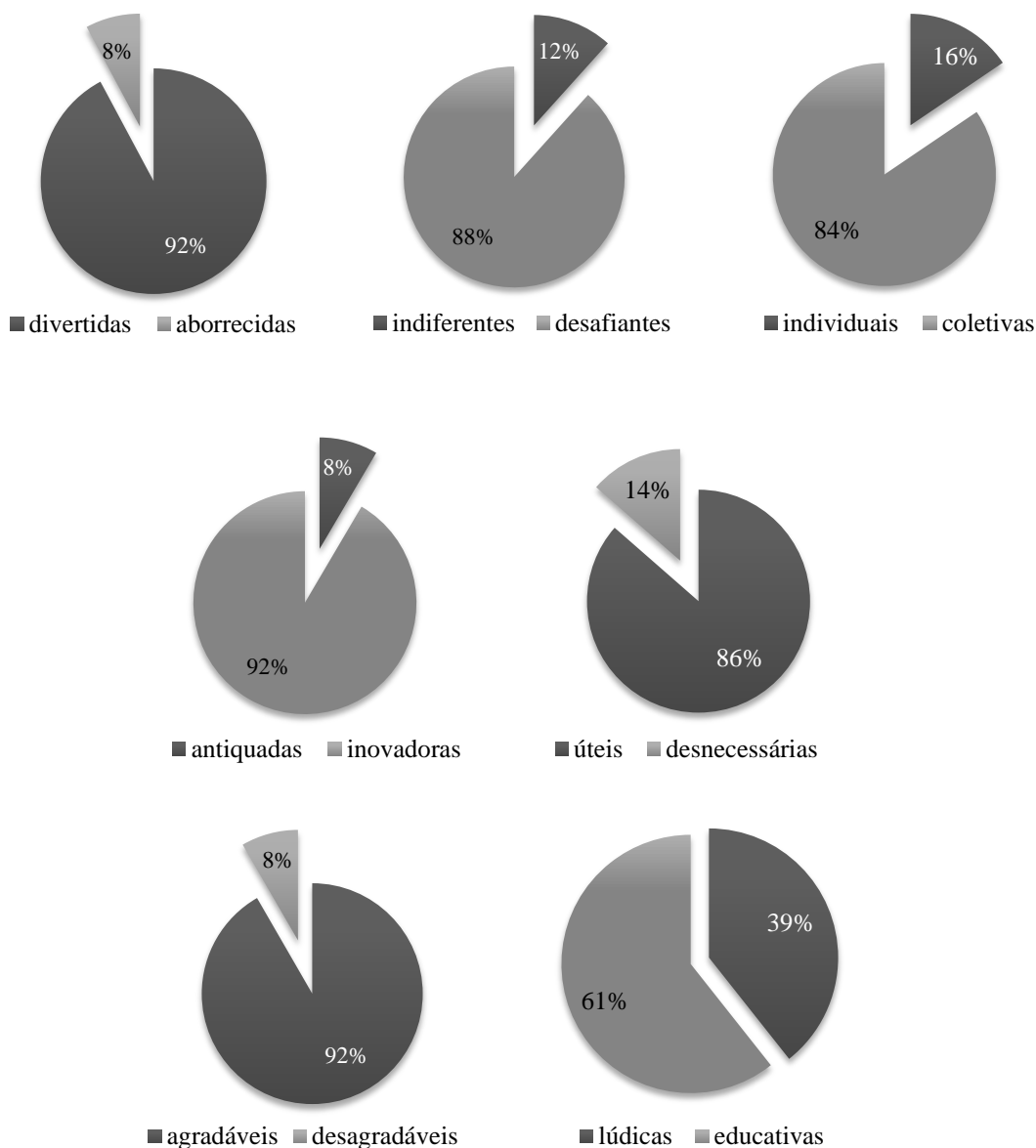


Figura 18 | Q11 – Comparação de ideias sobre atividades na natureza

Na resposta à percepção do contributo das atividades realizadas no PACB (Q12, RF; $n = 67$), cujos dados se encontram no Quadro 11 e Figura 19, os inquiridos revelam que a maior aprendizagem decorrente dessa experiência é aprender a respeitar a natureza e a preservar o ambiente ($\bar{X} = 3,97$). No entanto, importa assinalar os itens com os valores médios mais elevados seguintes, que são “superar dificuldades através da cooperação e entreajuda” ($\bar{X} = 3,95$) e “gostar de atividades de exploração na natureza e passar mais tempo em áreas naturais” ($\bar{X} = 3,85$). Estes dados sublinham a importância destas atividades no desenvolvimento social dos participantes, mas o dado mais

relevante é o contributo das atividades realizadas no PACB para a procura das áreas naturais para a prática de atividades educativas e de lazer.

Quadro 11 | Q12 – Contributo das atividades no PACB

Q	Questão / variável	n	1	2	3	4	5	Mo	\bar{x}	σ
12.1	Aprender a respeitar a natureza e preservar o meio ambiente	65	1	3	14	26	21	4	3,97	0,93
12.2	Gostar de atividades de exploração na natureza e passar mais tempo em áreas naturais	65	0	7	11	32	15	4	3,85	0,91
12.3	Desenvolver aptidões físicas	66	1	6	18	25	16	4	3,74	0,98
12.4	Superar dificuldades através da cooperação e ajuda	66	1	2	12	35	16	4	3,95	0,83
12.5	Conhecer áreas naturais em Portugal	66	2	7	18	21	18	4	3,70	1,08

1 – discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não discordo nem concordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente.

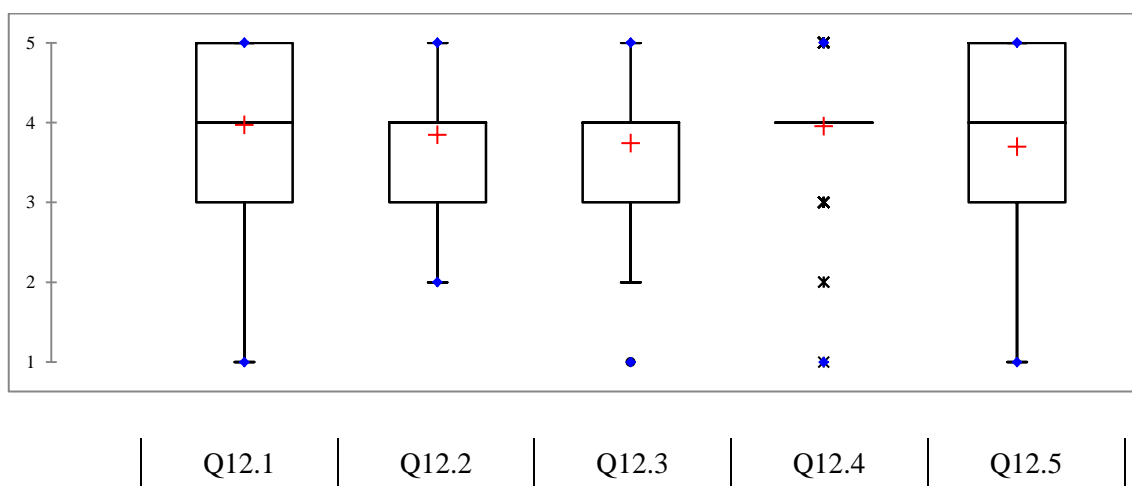


Figura 19 | Q12 – Contributo das atividades no PACB

6.3. PERSPETIVAS SOBRE O CONTRIBUTO DAS ATIVIDADES NO PACB

Tentando estabelecer um ponto de comparação entre antes e depois de participar nas atividades de exploração na natureza do PACB, a Questão 13 (Quadro 12) e a Questão 14 (Quadro 13) remetem para essa análise.

Quadro 12 | Q13 – Antes da atividade no PACB

Questão	Indique se <i>antes</i> de ir ao PACB já tinha:
13.1	Realizado atividades na natureza
13.2	Passado um dia com amigos na natureza
13.3	Feito passeios com os pais/família na natureza
13.4	Praticado desporto de aventura ¹⁶ em áreas protegidas
13.5	Conhecimento do PACB

Quadro 13 | Q14 – Depois da atividade no PACB

Questão	Indique se <i>depois</i> de ir ao PACB ficou com vontade de:
14.1	Fazer mais atividades na natureza
14.2	Explorar áreas naturais com amigos
14.3	Pedir aos pais/família para passar mais tempo na natureza
14.4	Praticar mais desporto aventura
14.5	Conhecer melhor o PACB e o PNSC

De acordo com os dados obtidos ($n = 67$), verifica-se que após a realização das atividades no PACB, os inquiridos afirmam o seu interesse e vontade de repetir a experiência de estar na natureza (nomeadamente no PACB) e de sensibilizar familiares e amigos a partilhar essa experiência. A percentagem de inquiridos que indicou ter participado anteriormente em atividades na natureza cifra-se nos 83%, e a percentagem dos mesmos que pretende realizar mais atividades similares aumenta para os 88%. Por seu lado, passar um dia com amigos na natureza aumenta de 83% para 88% nas opiniões dos inquiridos, e a sensibilização para envolver a família nas atividades na natureza aumenta de 62% para 83%. O aumento da procura da vertente desportiva em áreas naturais (88%) também se verifica nas respostas, nas quais apenas 49% dos inquiridos indica ter participado anteriormente. Finalmente, após a atividade realizada pelos participantes é despertada a curiosidade sobre o PACB e o PNSC, na medida em que os inquiridos (72%) revelam ter vontade de conhecer melhor estes espaços (Figura 20 e Figura 21).

¹⁶ Para efeitos do presente estudo, e de acordo com a metodologia, na qual se considerou minimizar os termos técnicos e conceitos turísticos para facilitar o entendimento por parte dos inquiridos, considera-se “desporto aventura” como o conjunto de atividades desportivas associadas às modalidades decorrentes do montanhismo realizadas em áreas naturais.

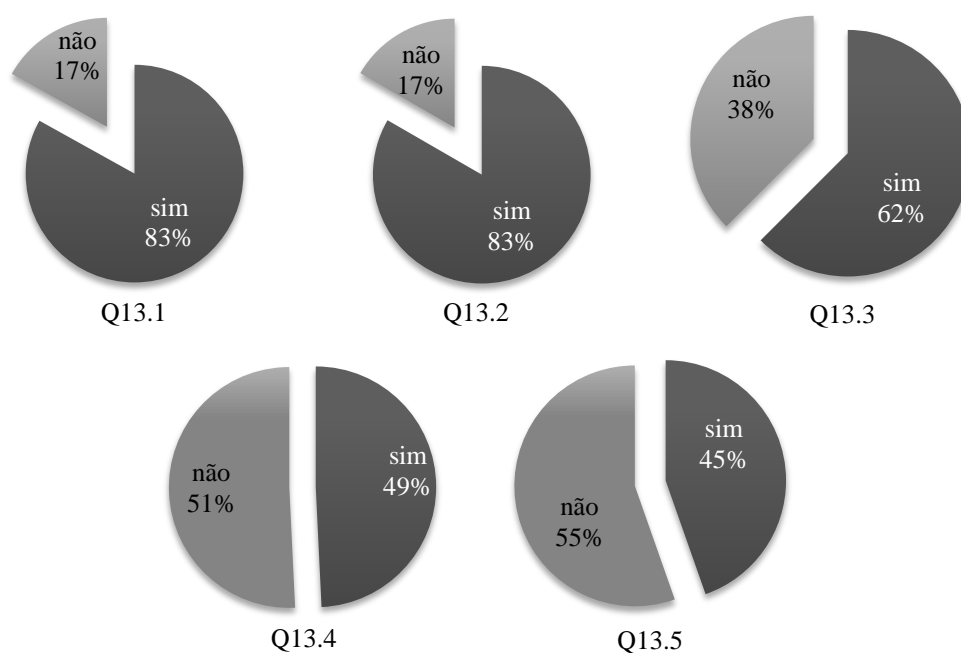


Figura 20 | Q13 – Distribuição de dados da Questão 13

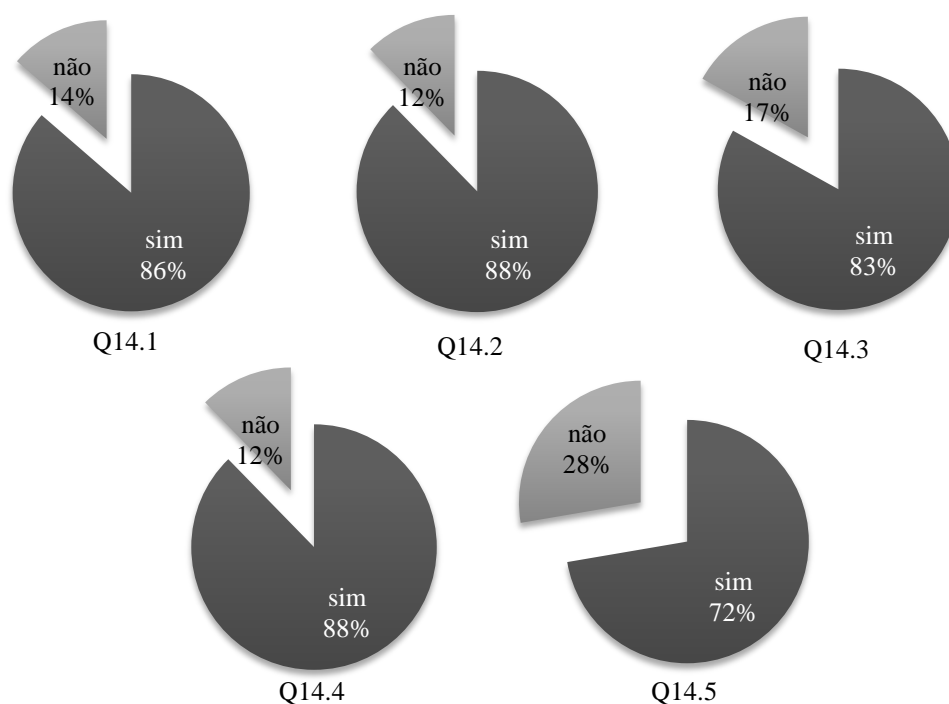


Figura 21 | Q14 – Distribuição de dados da Questão 14

Enquanto oportunidades para novas aprendizagens e novas perspetivas pessoais e sociais (Q15, RF), os dados demonstram que as experiências das atividades no PACB

se revelam propícias a experimentar novos desafios com os amigos, segundo a opinião dos inquiridos (Quadro 14 e Figura 22). Esta é a oportunidade mais referida ($\bar{X} = 4,21$) e bastante expressiva face às restantes; porém, a oportunidade de “aprender coisas novas fora da escola” ($\bar{X} = 4,07$) e de “sair da escola” ($\bar{X} = 4,05$) revelam o potencial educativo destas atividades, quando devidamente enquadradas.

Quadro 14 | Q15 – Oportunidades potenciadas pelas atividades na natureza

Q	Questão / variável	n	1	2	3	4	5	Mo	\bar{X}	σ
15.1	Sair da escola	66	2	3	13	20	28	5	4,05	1,04
15.2	Aprender coisas novas fora da sala de aula	67	0	4	13	24	26	5	4,07	0,91
15.3	Praticar desporto e desenvolver capacidades físicas	65	1	4	18	19	23	5	3,91	1,01
15.4	Conhecer o mundo natural	67	1	4	22	22	18	3 / 4	3,78	0,97
15.5	Crescer enquanto pessoa	66	2	4	19	24	17	4	3,76	1,01
15.6	Experimentar novos desafios com os amigos	67	0	2	11	25	29	5	4,21	0,83

1 – discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não discordo nem concordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente.

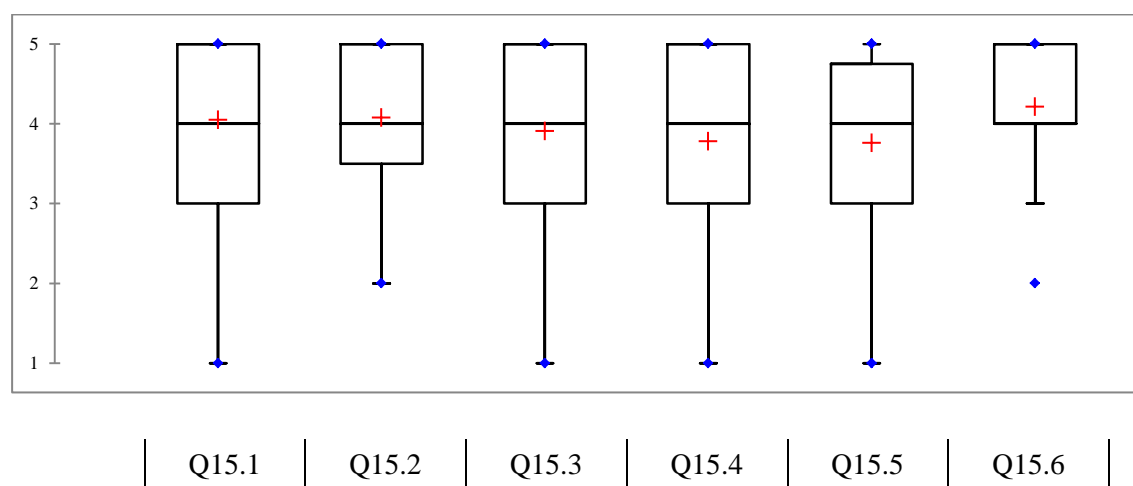


Figura 22 | Q15 – Oportunidades potenciadas pelas atividades na natureza

Ponderando a experiência e as oportunidades resultantes das atividades realizadas no PACB, os inquiridos demonstram na Questão 16 o interesse em repetir, envolver outros e procurar novos espaços para a realização de atividades na natureza (Quadro 15). De acordo com os dados obtidos (Figura 23), a percentagem de inquiridos que pretende repetir a experiência no PACB é de 95%. Quanto a sensibilizar a família para tomar ou aprofundar contato com o PACB e o PNSC, os dados indicam que 81% e 77% dos inquiridos, respetivamente, gostariam de o fazer. Ainda se indica o interesse de

73% dos inquiridos em realizar atividades na natureza, do âmbito das atividades realizadas no PACB, noutra região de Portugal.

Quadro 15 | Q16 – Atitudes pós atividade no PACB

Questão	Gostaria de:
16.1	Repetir a experiência de visitar e realizar atividades no PACB?
16.2	Levar a família a conhecer o PACB?
16.3	Levar a família a conhecer o PNSC?
16.4	Realizar atividades na natureza noutra região de Portugal?

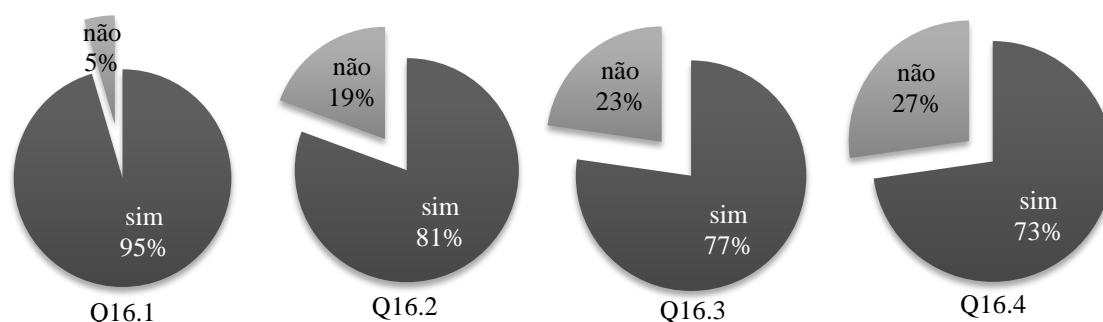


Figura 23 | Q16 – Distribuição dos dados da Questão 16

Quanto à Questão 17 (RA), os inquiridos foram convidados a expressar por palavras suas a experiência que tinham vivido, complementando a interpretação do questionário após as questões anteriores. Sendo uma questão implementada apenas para o levantamento de palavras/conceitos mais relevantes pela frequência com que foram referidos, não se consideram relevantes para a análise objetiva; no entanto, considera-se importante transcrever algumas pela pertinência em relação ao que mais surpreendeu os inquiridos durante as atividades realizadas no PACB:

“O contato com a natureza.”

“Não estava à espera que as atividades fossem tão fixes e radicais.”

“Acampar, conhecer pessoas, fazer amigos.”

“O desporto na natureza, a convivência com os amigos, gostava de fazer mais vezes.”

“Adorei e tornava a repetir.”

“Aprende-se a saber conviver melhor com outras pessoas e a conhecer a natureza.”

“Fixe, gostei.”

“Os desportos radicais e os jogos de equipa.”

“Tornava a frequentar as atividades pois aprende-se muita coisa.”

“Aprendi a conhecer mais coisas sobre a natureza.”

6.4. SÍNTESE DA ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados apresentados indicam alguns pontos relevantes em termos de análise exploratória. Segundo este ponto de vista, é possível estabelecer uma perspetiva geral sobre a interpretação que os participantes das AEEN no PACB fazem logo após o término das mesmas, sendo essa interpretação feita ao nível do contexto pessoal e social e ao nível do contexto natural.

Em termos de caracterização, os dados obtidos indicam que os elementos da amostra afirmam passar a maior parte do tempo de férias na praia e no campo. Assim, verifica-se que o afastamento às áreas urbanas em tempos de lazer é uma realidade, ainda que a praia possa fazer parte de uma zona urbana¹⁷, mas a perceção do inquirido está mais associada ao espaço físico praia/mar do que ao interior da zona urbanizada. Esta perceção ganha destaque na informação relativa aos locais onde os inquiridos gostariam de passar férias: aí assiste-se a uma clara preferência da praia como local de eleição para o lazer. Porém, se considerarmos o campo e a montanha como áreas naturais por excelência (não considerando desse modo as praias de zonas pouco ou nada urbanizadas), verifica-se que são os locais preferidos para quase metade da amostra. Se também considerarmos que mais de metade dos indivíduos da amostra identificam que passam a maior parte das férias com a família direta, torna-se evidente a potencial influência que estes poderão ter nos hábitos de lazer das famílias. Por outro lado os inquiridos assinalam os desportos coletivos e os desportos na natureza como as atividades mais regularmente praticadas nas férias, o que demonstra o papel da natureza nas atividades de lazer.

¹⁷ Na metodologia adotada na criação do questionário não foi deliberadamente tida em conta a distinção entre praias em zonas de elevada urbanização e baixa ou reduzida urbanização, sob pena de contribuir para dificuldades acrescidas de interpretação por questões de terminologia, dada a faixa etária da amostra.

O balanço final destas observações revela o quão pertinente e necessária é a criação de estudos que permitam caracterizar a fundo estas relações e a forma como as atividades são promovidas, realizadas, e quais as influências que os participantes partilham no seu meio familiar.

Em termos da análise ao nível do contexto pessoal e social, os dados revelam que os inquiridos encaram as atividades na natureza como oportunidades de desenvolvimento e ganho de competências. Ainda que os ganhos mais evidenciados sejam o fomento de novas amizades e o estímulo do trabalho de equipa, todos os outros itens apresentados foram interpretados como sendo significativamente relevantes (com médias próximas do valor 4 – *concordo*), o que se traduz numa consciencialização das atividades na natureza como algo diferenciador e benéfico para o desenvolvimento pessoal e social. Ao mesmo tempo, os inquiridos atribuem características positivas às referidas atividades, demonstrando que estas podem ser oportunidades educativas complementares.

Em termos da análise ao nível do contexto natural, concretamente como consequência das atividades no PACB, os inquiridos confirmam as perspetivas identificadas anteriormente quanto aos benefícios das atividades na natureza. Seja no âmbito da preservação ambiental ou no desenvolvimento de competências, os inquiridos assinalam que consideram muito importante ou extremamente importante, na sua maioria, o contributo das atividades realizadas no PACB. Mas o dado mais relevante para o estudo prende-se com o facto de os inquiridos referirem que a participação nestas atividades é muito importante para desenvolver o gosto pelas mesmas, e para promover o conhecimento de outras áreas naturais em Portugal. Este dado está associado à promoção da procura de atividades de lazer em áreas naturais, fomentando indiretamente a procura turística no âmbito do TN. Na sua maioria, os inquiridos afirmam pretender partilhar as experiências na natureza, decorrentes das atividades no PACB, com a família, promovendo o conhecimento do PNSC e mesmo a procura de outras áreas protegidas. Nesta medida, os inquiridos (jovens em idade escolar, dependentes dos agregados familiares) poderão ser considerados promotores de TN junto de quem lhes é próximo, e de acordo com os benefícios das atividades de exploração na natureza, estes mais facilmente irão incorrer em práticas responsáveis de TN.

Como contributo para estabelecer possíveis relações entre as variáveis em estudo, o autor considerou analisar, do ponto de vista da dependência de ordem estatística, as seguintes relações:

- *Relação A* - Distância do local de residência ao PNSC com:
 - Quantidade de atividades na natureza realizadas nos 12 meses anteriores
 - Vontade de regressar ao PACB
 - Levar a família a conhecer o PACB
 - Levar a família a conhecer o PNSC
 - Realizar atividades na natureza noutra região de Portugal
- *Relação B* - Tipologia da zona de residência (urbana ou rural) com:
 - Aprender a respeitar a natureza e preservar o meio ambiente
 - Gostar de atividades de exploração na natureza e passar mais tempo em áreas naturais
 - Desenvolver aptidões físicas
 - Superar dificuldades através da cooperação e entreajuda
 - Conhecer áreas naturais em Portugal
- *Relação C* - Ano de escolaridade com a perceção dos contributos e oportunidades das AEEN

Após se verificar que a amostra contemplava apenas 67 inquiridos, pressupôs-se condicionar alguns dos testes que, caso contrário, não teriam validade objetiva, dado o número reduzidos de observações. Porém, mesmo considerando algumas adaptações/enquadramentos de variáveis independentes, verificou-se que:

- A *Relação A* é possível ser estudada do ponto de vista estatístico, ainda que seja necessário considerar uma adaptação necessária. Esta adaptação relaciona-se não com a distância objetiva do concelho de residência ao PNSC, mas sim ao critério de o concelho de residência ser Sintra ou Cascais (concelhos nos quais está implementado o PNSC – concelhos interiores) ou ser outro concelho referido (concelhos exteriores);
- A *Relação B* não é possível ser estudada dado que o número de inquiridos que indica habitar em zona rural não é suficientemente representativa, o que poderia induzir erros grosseiros na correta interpretação dos dados;
- A *Relação C* não é possível ser estudada, pelos mesmos motivos da *Relação B*.

Para a análise estatística da *Relação A* considerou-se como H_0 (hipótese nula) a independência entre as variáveis referidas na mesma, e H_a (hipótese de teste) a dependência entre as variáveis. Assim sendo, apresentam-se os resultados da análise da *Relação A* nos Quadro 16 e Quadro 17.

Quadro 16 | Análise estatística da *Relação A* – parte I

	Nenhuma	Entre 1 e 6 vezes	Entre 7 e 12 vezes	Mais de 12 vezes
Concelhos interiores	9	16	12	0
Concelhos exteriores	10	14	4	1

Qui-quadrado (Valor observado)	4,28
Qui-quadrado (Valor tabelado)	7,82
Graus de liberdade	3
<i>p-value</i>	0,23
α	0,05

Verifica-se que o valor do qui-quadrado observado (4,28) é inferior ao qui-quadrado tabelado (7,82), e que o *p-value* (0,23) é superior ao nível de significância (0,05), e portanto não se rejeita a hipótese nula, sendo o risco de rejeitar a hipótese nula quando ela é verdadeira de 23,3%. Determina-se assim que os dados não permitem estabelecer uma relação de dependência entre o concelho de residência do inquirido e o número de vezes em que participou em atividades na natureza.

Quadro 17 | Análise estatística da *Relação A* – parte II

	16.1 Repetir a experiência no PACB		16.2 Levar a família a conhecer o PACB		16.3 Levar a família a conhecer o PNSC		16.4 Realizar atividades na natureza noutra região	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Concelho interior	34	3	31	6	30	7	28	9
Concelho exterior	28	0	22	7	20	8	19	9
Qui-Quadrado (valor observado)	2,38		0,65		0,84		0,49	
Qui-Quadrado (valor tabelado)	3,84		3,84		3,84		3,84	
Grau de liberdade	1		1		1		1	
<i>p-value</i>	0,12		0,42		0,36		0,49	
α	0,05		0,05		0,05		0,05	

Verifica-se que em todos os casos o valor do qui-quadrado observado é inferior ao valor do qui-quadrado tabelado, e que em todos os casos o valor do *p-value* é superior ao nível de significância. Assim, não é possível estabelecer uma relação de dependência entre as variáveis, e em todos os casos não se rejeita a hipótese nula. Esta análise permite sublinhar que a distância de residência ao PNSC não está diretamente associada às perspectivas de visita ao próprio PNSC, ao PACB e a outras áreas naturais, envolvendo a família dos inquiridos.

Dando resposta às hipóteses levantadas na problemática da investigação do presente estudo, os dados apontam no sentido de esclarecer algumas premissas, apesar de outras não terem uma clara interpretação à luz da metodologia implementada. Assim, entende-se que:

- A prática de atividades de exploração na natureza analisadas, ainda que não se configurem todas como turismo¹⁸, promoveu junto dos inquiridos um conjunto de desafios e tarefas que no cômputo final contribuíram para a sensibilização dos mesmos para a importância das consequências, positivas e negativas, e do papel de cada um, através dessas atividades enquanto atividades de âmbito turístico;
- As atividades de exploração na natureza realizadas pelos inquiridos foram interpretadas como desafios dos quais resultaram perceções quanto ao desenvolvimento pessoal e social, que, não sendo específicas dos espaços naturais, foram em grande escala estimuladas pelo contato direto com a natureza;
- Os dados obtidos do instrumento de questionário não permitiram averiguar as atividades realizadas segundo um enquadramento escolar, dado que o período de investigação coincidiu com as férias escolares do verão. Ainda assim, mesmo não contemplando as características da educação não formal, as atividades analisadas não deixam de ser educativas do ponto de vista da experiência de contato com o património natural (fauna, flora, geomorfologia, entre outros) num contexto diferente

¹⁸ De acordo com a metodologia, a amostra envolveu também indivíduos que se deslocaram do seu ambiente regular (casa/escola/ATL) para o PACB e deste de volta ao ambiente regular, durante um dia de atividades, o que representa excursionismo e não turismo, dado que não houve pernoita.

do que se vive numa sala de aula, e portanto é possível estabelecer uma relação de complementaridade educativa.

- No final das atividades, uma grande percentagem dos inquiridos referiu mostrar vontade de estimular a família a visitar o PNSC e outras áreas naturais em Portugal, e esta sensibilização pode contribuir para a partilha de experiências que se traduzem na procura de formas mais responsáveis de turismo;
- O âmbito deste estudo, focado no PNSC, apresenta uma realidade específica de acordo com o seu enquadramento regional, que nos termos da metodologia implementada, não pode ser generalizada no contexto da RNAP. Este método não aborda questões de currículos escolares e sua adaptação à experiência turística e vice-versa; porém, fica registado nos dados o interesse de uma grande percentagem dos inquiridos em realizar mais atividades de exploração na natureza e conhecer melhor o PNSC, que pode ser interpretado como uma oportunidade educativa relevante para as escolas.

7. CONCLUSÃO

“A oportunidade de criar experiências e percepções favoráveis para os alunos em visitas de estudo [...] pode resultar em visitas por parte dos amigos e famílias, um aumento na repetição de visitas posteriormente, passa-palavra positivo e até uma potencial migração dos estudantes para os destinos.”

(Ritchie, 2003: 256)

O turismo é uma atividade económica bastante diversificada e heterogénea. Na sua génese, o turismo tinha um propósito educativo, associando as viagens às aprendizagens. Atualmente, essa característica não desapareceu, antes pelo contrário: os novos paradigmas em turismo, o nível de informação do turista e a procura de subjetividade e sentido na experiência turística aproximam cada vez mais o turismo da educação. Por outro lado, se considerarmos a tendência cada vez mais reforçada da procura de experiências turísticas em espaços naturais, verifica-se que a associação entre turismo, natureza e educação é consequência direta dos fenómenos sociais e alterações nos tempos de lazer. O TNR pressupõe que o turista é o agente principal, tanto na promoção da preservação dos espaços naturais, como na realização de experiências educativas com significado.

Porém, a disponibilidade de dados sobre a relação entre turismo, natureza e educação é muito reduzida, dificultando a caracterização de um tipo concreto de turismo, o turismo educativo em áreas protegidas. Existem diversos estudos que demonstram os benefícios das atividades de exploração na natureza no crescimento pessoal e social nos indivíduos em idade escolar. No entanto, o enquadramento destas atividades no contexto de atividades turísticas não é alvo de estudos, o que revela uma lacuna numa tipologia de turismo, também ela pouco estudada: o turismo escolar. Proceder a uma análise exploratória da forma como as atividades de exploração na natureza são encaradas pelas crianças e jovens em idade escolar, no contexto de uma

área protegida, é um primeiro passo para conduzir uma investigação do potencial turístico e angariar dados para sustentar decisões estratégicas.

A relação entre TNR e educação pode envolver mais abordagens do que a simples atribuição de responsabilidade ativa ao turista que visita uma área natural (protegida ou não) na experiência de contato e preservação da mesma. Promover atividades de exploração na natureza, enquadradas em atividades escolares, é uma abordagem que encontra na sinergia entre o TN e a educação uma forma de fomentar práticas responsáveis de turismo. Além disso, o contacto com a natureza nas atividades de exploração raramente se traduz numa atitude passiva; antes, as atividades pressupõem o envolvimento dos participantes em desafios que estimulam o desenvolvimento de competências e capacidades complementares às que são estimuladas em contextos formais de ensino.

Esta investigação permitiu abordar a questão do turismo educativo, numa vertente escolar, em áreas protegidas. A partir da definição de indicadores sobre a perspetiva das AEEN realizadas no PACB, em pleno PNSC, obteve-se um conjunto de dados que permitiu estabelecer algumas conclusões relativas ao potencial dessas mesmas atividades, no âmbito do TNR. Estabeleceu-se uma base de investigação para o presente estudo que relacionava três dimensões – turismo, natureza e educação – ainda que a especificidade da análise tivesse exigido uma metodologia adequada que incluiu criar um instrumento de inquérito de raiz. As referências bibliográficas alusivas às temáticas em estudo são claras em sustentar que o turismo educativo necessita de mais investigação e dados sólidos. Os dados obtidos apresentam uma primeira análise, superficial e contextual, de como as dimensões se relacionam concretamente nas atividades de exploração na natureza no PACB. Mesmo que esta investigação seja assumida como um passo embrionário no sentido de estudar o turismo escolar em áreas protegidas, os dados obtidos permitem tirar ilações importantes que justificam a importância em dar continuidade a estudos deste tipo.

No estudo foram definidas variáveis associadas diretamente com a interpretação das atividades de exploração na natureza, tanto no âmbito educativo (pessoal e social), como no âmbito turístico, no sentido de interpretar potenciais sensibilidades quanto à mudança de hábitos turísticos. Através de uma análise exploratória foi possível compreender como os participantes encaram as atividades e como interpretam os seus

resultados. Porém, não foi possível caracterizar, da forma inicialmente pretendida, os recursos e programas educativos do PACB, e estabelecer critérios para a sua implementação ao nível da população escolar, porque os dados disponibilizados pelo PACB referentes à sua gestão, área de influência geográfica e enquadramento curricular são escassos, generalistas ou inexistentes¹⁹.

Verifica-se, de acordo com os dados obtidos na investigação, que os participantes nas AEEN no PACB consideram haver benefícios decorrentes das mesmas. Estes benefícios, apesar de não terem sido abordados em profundidade nem em extensão, demonstram a necessidade de interpretar estas atividades, quer segundo uma perspetiva turística, quer educativa, para melhor compreender o potencial educativo dos centros de atividades em áreas protegidas em território nacional, considerando o PACB como estudo de caso.

Com o propósito de averiguar a associação entre as perspetivas das atividades de exploração na natureza e o fomento de práticas de TNR, o estudo não o concretiza objetivamente. Tal facto apenas se poderia verificar num estudo mais aprofundado, que avaliasse mais detalhadamente os hábitos de procura de TN antes da atividade e depois da atividade, realçando possíveis mudanças consequentes das atividades no PACB. Ainda assim, o presente estudo assinala que os inquiridos pretendem levar as respetivas famílias a conhecer o PNSC, o que revela, numa primeira instância, o interesse em motivar as famílias a conhecer o património natural. Este indicador permite extrapolar não uma consequência direta, mas uma possível tendência, que necessita de uma análise mais extensa e aprofundada.

Finalmente, conclui-se que não existe uma relação de dependência direta entre a distância do concelho de residência dos inquiridos ao PNSC e as motivações para que estes fomentem junto dos familiares a procura de espaços naturais como espaços de lazer, como consequência da experiência no PACB. Revela-se, assim, que o maior ou menor afastamento em relação ao PNSC não interfere nas perspetivas finais dos inquiridos.

¹⁹ Considera-se pertinente referir que a gestão do PACB não é alvo da análise do presente estudo, mas a existência de dados concretos sobre a mesma permitiria torná-lo mais rico e rigoroso do ponto de vista da relação entre o turismo e a educação não formal.

7.1. LIMITAÇÕES E DESENVOLVIMENTOS FUTUROS

O estudo levado a cabo para compreender a relação entre turismo, natureza e educação revelou-se suficiente para retratar, tão detalhadamente quanto possível, o quadro atual sobre as perspetivas dos jovens que realizam AEEN no PNSC. No entanto, a metodologia adotada foi alvo de sucessivas adaptações, para que servisse da melhor forma esse propósito, tendo em conta limitações que surgiam da parte dos diversos intervenientes, mas a amostra resultante provou não ser suficiente para estabelecer e comprovar relações com maior grau de exigência. Importa referir que a existência de uma maior amostra iria revelar, certamente, relações entre as variáveis definidas que de outra forma não puderam ser analisadas.

Considera-se também que surgiram limitações de linguagem decorrentes da necessidade de garantir a compreensão do questionário por parte dos inquiridos e que estas se traduziram em possíveis sobreposições de conceitos, simplificação de linguagem ou indefinição de ideias. Estas foram consideradas, e no âmbito da criação de um instrumento de investigação que pretende lançar bases para futuras investigações, aceitou-se como inevitável.

A faixa etária associada à amostra é caracterizada, muitas vezes, por comportamentos de insatisfação, desinteresse, rebeldia, irresponsabilidade. No âmbito do presente trabalho, foi considerada a hipótese de que a resposta ao questionário nem sempre seria honesta e interessada por parte do inquirido, mas de acordo com a metodologia o autor não teria forma de averiguar a sinceridade e veracidade das respostas. Posto isto, e o facto que isso acaba por ser transversal a todas as investigações por questionário, pressupõe-se que as respostas foram elaboradas de boa-fé, refletindo a realidade e opinião franca de cada inquirido.

Por fim, considera-se de extrema importância continuar o trabalho iniciado pelo presente estudo, com o objetivo de compreender o real potencial educativo que um centro de AEEN possui, quer para o turismo, quer para a educação. Estas duas vertentes de desenvolvimento social, associadas ao usufruto responsável das áreas naturais, podem caracterizar uma mais-valia para o turismo em Portugal para uma prática e acesso aos espaços naturais mais responsável e refletir-se ainda positivamente no bem-estar das populações.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Akama, J.S., 1996. Western environmental values and nature-based tourism in Kenya. *Tourism Management*, 17, pp.567–574.
- Allison, P. & Thorburn, M., 2011. Values in Adventure Education. Em *Adventure Education: An Introduction*. pp. 206–218.
- Angelkova, T. et al., 2012. Sustainability and Competitiveness of Tourism. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 44, pp.221–227.
- Archer, B., Cooper, C. & Ruhanen, L., 2001. The positive and negative impacts of tourism. Em *Global Tourism*. Elsevier, pp. 79–102.
- Arnegger, J., Woltering, M. & Job, H., 2010. Toward a product-based typology for nature-based tourism: a conceptual framework. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(7), pp.915–928.
- Ballantyne, R. & Packer, J., 2002. Nature-based Excursions: School Students' Perceptions of Learning in Natural Environments. *International Research in Geographical and Environmental Education*, 11(3), pp.218–236.
- Ballantyne, R. & Packer, J., 2005. Promoting environmentally sustainable attitudes and behaviour through free-choice learning experiences: what is the state of the game? *Environmental Education Research*, 11(3), pp.281–295.
- Ballantyne, R. & Packer, J., 2011. Using tourism free choice learning experiences to promote environmentally sustainable behaviour: the role of post-visit 'action resources'. *Environmental Education Research*, 17(2), pp.201–215.
- Ballantyne, R., Packer, J. & Falk, J., 2011. Visitors' learning for environmental sustainability: Testing short- and long-term impacts of wildlife tourism experiences using structural equation modelling. *Tourism Management*, 32(6), pp.1243–1252.
- Ballantyne, R., Packer, J. & Sutherland, L. a., 2011. Visitors' memories of wildlife tourism: Implications for the design of powerful interpretive experiences. *Tourism Management*, 32(4), pp.770–779.
- Baltazar, L. & Martins, C., 2005. Atlas do Parque Natural de Sintra-Cascais. ICNF
- Berno, T. & Bricker, K., 2001. Sustainable Tourism Development: The Long Road From Theory to Practice. *International Journal of Economic Development*, 3, pp.1–18.
- Berry, S. & Ladkin, A., 1997. Sustainable tourism: a regional perspective. *Tourism Management*, 18(7), pp.433–440.

- Brodsky-Porges, E., 1981. The grand tour travel as an educational device 1600–1800. *Annals of Tourism Research*, 8, pp.171–186.
- Buckley, R., 2000. Neat trends: current issues in nature, eco- and adventure tourism. *International Journal of Tourism Research*, 2(6), pp.437–444.
- Buhalis, D., 2001. The tourism phenomenon: the new tourist and consumer. Em S. Wahab & C. P. Cooper, eds. *Tourism in the age of globalisation*. London: Routledge, pp. 69–96.
- Câmara Municipal de Cascais, 2015. Cascais Ambiente. Disponível em: <http://www.cm-cascais.pt/empresa-municipal/cascais-ambiente> [Acedido a 1 de Outubro, 2015].
- Cooper, C., 2003. *Classic Reviews in Tourism* C. Cooper, ed., Clevedon: Channel View Publications.
- Coria, J. & Calfucura, E., 2012. Ecotourism and the development of indigenous communities: The good, the bad, and the ugly. *Ecological Economics*, 73, pp.47–55.
- D’Amato, L.G. & Krasny, M.E., 2011. Outdoor Adventure Education: Applying Transformative Learning Theory to Understanding Instrumental Learning and Personal Growth in Environmental Education. *The Journal of Environmental Education*, 42(4), pp.237–254.
- Dolnicar, S., Crouch, G.I. & Long, P., 2008. Environment-friendly Tourists: What Do We Really Know About Them? *Journal of Sustainable Tourism*, 16(2), pp.197–210.
- Eagles, P.F.J., McCool, S.F. & Haynes, C.D., 2002. *Sustainable Tourism in Protected Areas* A. Phillips, ed., Cambridge: IUCN, Gland, Switzerland, and Cambridge, UK, the United Nations Environment Programme and the World Tourism Organization.
- Falk, J.H. et al., 2012. Travel and Learning: A Neglected Tourism Research Area. *Annals of Tourism Research*, 39(2), pp.908–927.
- Fredman, P., Wall-Reinius, S. & Grundén, A., 2012. The Nature of Nature in Nature-based Tourism. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 12(4), pp.289–309.
- Gustafsson, P.E. et al., 2012. Effects of an outdoor education intervention on the mental health of schoolchildren. *Journal of Adventure Education & Outdoor Learning*, 12(1), pp.63–79.
- Higgins, P., 2009. Into the Big Wide World: Sustainable Experiential Education for the 21st Century. *Journal of Experiential Education*, 32(1), pp.44–60.


- Hughes, K., Packer, J. & Ballantyne, R., 2011. Using post-visit action resources to support family conservation learning following a wildlife tourism experience. *Environmental Education Research*, 17(3), pp.307–328.
- Hunter, C., 1997. Sustainable tourism as an adaptive paradigm. *Annals of Tourism Research*, 24(4), pp.850–867.
- ICNF, 2015a. Classificação do PNSC. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnsc/class-carac> [Acedido a 1 de Outubro, 2015].
- ICNF, 2015b. Missão do ICNF. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/icnf> [Acedido a 1 de Outubro, 2015].
- INE, 2013. *Estatísticas do Turismo 2012*, Lisboa.
- IUCN, UNEP & WWF, 1980. *World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development*, Cambridge.
- Jiménez, A.D. & Ramos, P.S., 2008. *Economics, Management and Strategy* A. D. Jiménez & P. S. Ramos, eds., New York: Nova Science Publisher.
- Kalinowski, K.M., Weiler, B. & Hall, C.M., 1992. *Special Interest Tourism* B. Weiler & C. M. Hall, eds., John Wiley & Sons, Ltd.
- Kerala Tourism & ICRT India, 2008. The Kerala Declaration on Responsible Tourism. Disponível em: <http://www.responsibletourism2008.org/keraladeclaration.php>. [Acedido a 1 de Outubro, 2015].
- Laranjo, J.M., 2011. *A Gestão do Turismo de Natureza na Rede Nacional de Áreas Protegidas*. Lisboa.
- Liu, W. et al., 2012. Drivers and socioeconomic impacts of tourism participation in protected areas. *PloS One*, 7(4), p.e35420.
- Lopes, T., 2013. *Contributos para a qualidade dos serviços de animação turística nos Açores*. ESHTe.
- Lugg, A. & Slattery, D., 2003. Use of national parks for outdoor environmental education: An Australian case study. *Journal of Adventure Education & Outdoor Learning*, 3(1), pp.77–92.
- McKercher, B., 1993a. Some Fundamental Truths About Tourism: Understanding Tourism's Social and Environmental Impacts. *Journal of Sustainable Tourism*, 1(1), pp.6–16.
- McKercher, B., 1993b. The unrecognized threat to tourism. *Tourism Management*, 14, pp.131–136.
- Mehmetoglu, M., 2004. A Typology of Tourists from a Different Angle. *International Journal of Hospitality & Tourism Administration*, 5(3), pp.69–90.

- Mehmetoglu, M., 2007a. Nature-Based Tourism: A Contrast to Everyday Life. *Journal of Ecotourism*, 6(2), pp.111–126.
- Mehmetoglu, M., 2007b. Typologising nature-based tourists by activity—Theoretical and practical implications. *Tourism Management*, 28(3), pp.651–660.
- MEI, 2007. *Plano Estratégico Nacional Do Turismo*, Lisboa.
- Morag, O. & Tal, T., 2012. Assessing Learning in the Outdoors with the Field Trip in Natural Environments (FiNE) Framework. *International Journal of Science Education*, 34(5), pp.745–777.
- Mowforth, M. & Munt, I., 1998. *Tourism and sustainability: New tourism in the Third World*, London: Routledge.
- Nyaupane, G.P., Morais, D.B. & Graefe, A.R., 2004. Nature tourism constraints: A cross-activity comparison. *Annals of Tourism Research*, 31, pp.540–555.
- OCDE, 2001. *Cities and Regions in the New Learning Economy*, OECD Publishing.
- Packer, J. & Ballantyne, R., 2004. Is Educational Leisure A Contradiction in Terms? Exploring the Synergy of Education and Entertainment. *Annals of Leisure Research*, 7(1), pp.54–71.
- Page, S.J. & Dowling, R.S., 2002. *Ecotourism*, Harlow: Pearson Education.
- Palhares, J., 2009. Reflexões sobre o não-escolar na escola e para além dela. *Revista Portuguesa de Educação*, 22(2), pp.53–84.
- Passarelli, A., Hall, E. & Anderson, M., 2010. A Strengths-Based Approach to Outdoor and Adventure Education: Possibilities for Personal Growth. *Journal of Experiential Education*, 33(2), pp.120–135.
- Pfueller, S.L., Lee, D. & Laing, J., 2011. Tourism partnerships in protected areas: exploring contributions to sustainability. *Environmental Management*, 48(4), pp.734–49.
- Rickinson, M. et al., 2004. *A review of research on outdoor learning*, Shrewsbury.
- Ritchie, B.W., 2003. *Managing educational tourism*, Clevedon: Channel View Publications.
- Salerno, F. et al., 2013. Multiple Carrying Capacities from a management-oriented perspective to operationalize sustainable tourism in protected areas. *Journal of Environmental Management*, 128, pp.116–25.
- Sancho, A., 1998. *Introducción al Turismo* Organización Mundial del Turismo, ed., Madrid.

- Sandell, K. & Öhman, J., 2010. Educational potentials of encounters with nature: reflections from a Swedish outdoor perspective. *Environmental Education Research*, 16(1), pp.113–132.
- Sharpley, R., 2000. Tourism and Sustainable Development: Exploring the Theoretical Divide. *Journal of Sustainable Tourism*, 8(1), pp.1–19.
- Silva, F., 2013a. Revisão crítica ao produto turismo de (na) natureza em Portugal. *Revista da UIIPS*, 1.
- Silva, F., 2013b. *Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores*. Universidade de Lisboa.
- THR, 2006. *10 Produtos estratégicos para o desenvolvimento turístico de Portugal - Turismo de Natureza*. Lisboa.
- Towner, J., 1985. The grand tour. *Annals of Tourism Research*, 12, pp.297–333.
- TRTP, 2002. Cape Town Declaration. Cape Town
- TTerra Engenharia e Ambiente, 2011. *Estudo de Impacte Ambiental do Projeto do Pedra Amarela Campo Base*, Parede
- UNTWO, 2013. Tourism Highlights 2013 Edition. Em *Tourism Highlights 2013 Edition*. Madrid
- Valentine, P.S., 1992. Review: Nature-based Tourism. Em B. Weiler & C. M. Hall, eds. *Special Interest Tourism*. London: Belhaven Press, pp. 105–127.
- Vespestad, M.K. & Lindberg, F., 2011. Understanding nature-based tourist experiences: an ontological analysis. *Current Issues in Tourism*, 14(6), pp.563–580.
- WCED, 1987. *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*, Cambridge University Press
- Weaver, D., 2001. *Ecotourism* 1.^a ed. John Wiley & Sons Australia, ed., Sydney.
- Van Winkle, C.M. & Lagay, K., 2012. Learning during tourism: the experience of learning from the tourist's perspective. *Studies in Continuing Education*, 34(3), pp.339–355.
- WTO, 2005. *Tourism's Potential as a Sustainable Development Strategy*. Madrid



9.2. ANEXO II – QUESTIONÁRIO



O presente inquérito destina-se ao estudo das perspetivas dos participantes após a realização de atividades no Pedra Amarela Campo Base, no Parque Natural Sintra-Cascais. Este inquérito foi desenvolvido como parte de uma dissertação no âmbito do Mestrado em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura, da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Todas as respostas são confidenciais e anónimas. Todos os dados recolhidos serão alvo apenas de tratamento estatístico.

1. Idade: _____ anos

3. Ano de escolaridade

3.1. 5º Ano ☐

3.2. 6º Ano ☐

3.3. 7º Ano ☐

3.4. 8º Ano ☐

3.5. 9º Ano ☐

2. Género:

2.1. Masculino ☐

2.2. Feminino ☐

4. Especifique o seu local de residência:

4.1. Concelho: _____

4.2. Indique qual das hipóteses se adequa melhor ao seu local de residência:

4.2.1. Zona urbana ☐

4.2.2. Zona rural ☐

5. Onde *costuma* passar as férias? Assinale as **duas** hipóteses mais relevantes:

5.1. Cidade ☐

5.2. Campo ☐

5.3. Praia ☐

5.4. Montanha ☐

5.5. Em viagem (autocaravanismo) ☐

6. Onde *gostaria de passar* as férias? Assinale as **duas** hipóteses mais relevantes:

6.1. Cidade ☐

6.2. Campo ☐

6.3. Praia ☐

6.4. Montanha ☐

6.5. Em viagem (autocaravanismo) ☐

7. Das seguintes atividades, *indique com que regularidade as pratica* durante as férias, assinalando com uma cruz. Considere a seguinte escala de resposta: **1 – nunca; 2 – raramente; 3 – algumas vezes; 4 – frequentemente; 5 – sempre.**

	1	2	3	4	5
7.1. Passeios culturais nas cidades					
7.2. Visitas a áreas naturais e/ou parques naturais					
7.3. Desportos coletivos (exemplos: futebol, basquetebol, rãguebi, voleibol)					
7.4. Desportos na natureza (exemplos: escalada, BTT, corrida de orientação, canoagem, percursos pedestres)					
7.5. Desportos náuticos (exemplos: surf, bodyboard, windsurf, vela)					
7.6. Concertos e festivais					
7.7. Acampamentos					
7.8. Visitas a parques temáticos e parques de diversões					
7.9. Idas à praia					

8. Com *quem passa mais tempo* durante as férias? Assinale **a** hipótese mais relevante (uma única resposta):

8.1. Família direta (pais, irmãos ou avós) ☐

8.2. Parentes próximos (outros familiares além dos referidos na hipótese anterior) ☐

8.3. Amigos da escola ☐

8.4. Outros amigos ☐

8.5. Sozinho ☐

9. *Quantas vezes* participou em atividades na natureza *nos últimos 12 meses* (passeios ou atividades desportivas, além da atividade realizada no Pedra Amarela Campo Base)?

9.1. Nenhuma ☐ 9.2. Entre 1 e 6 vezes ☐ 9.3. Entre 7 e 12 vezes ☐ 9.4. Mais de 12 vezes ☐

10. *Classifique de 1 a 5*, as seguintes afirmações relacionadas com as **atividades na natureza** (assinale com uma cruz, em que 1 – discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não discordo nem concordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente)

	1	2	3	4	5
10.1. Desenvolvem competências/capacidades diferentes daquelas que são desenvolvidas na escola					
10.2. Estimulam capacidades de comunicação entre as pessoas					
10.3. Valorizam o trabalho de equipa					
10.4. Possibilitam criar novas amizades					
10.5. Contribuem para o desenvolvimento pessoal das pessoas					
10.6. Contribuem para superar medos e obstáculos do quotidiano					
10.7. Permitem compreender melhor as matérias lecionadas na escola e adquirir conhecimentos práticos					

Página 1

96

11. Na sua opinião, *as atividades na natureza são*: (escolha apenas um adjetivo de cada par, assinalando com uma cruz)

11.1.	Divertidas	<input type="checkbox"/>	ou	<input type="checkbox"/>	Aborrecidas
11.2.	Indiferentes	<input type="checkbox"/>	ou	<input type="checkbox"/>	Desafiantes
11.3.	Individuais	<input type="checkbox"/>	ou	<input type="checkbox"/>	Coletivas
11.4.	Antiquadas	<input type="checkbox"/>	ou	<input type="checkbox"/>	Inovadoras
11.5.	Úteis	<input type="checkbox"/>	ou	<input type="checkbox"/>	Desnecessárias
11.6.	Agradáveis	<input type="checkbox"/>	ou	<input type="checkbox"/>	Desagradáveis
11.7.	Lúdicas	<input type="checkbox"/>	ou	<input type="checkbox"/>	Educativas

12. Atribua a cada afirmação os **números de 1 a 5**, de acordo com a sua opinião sobre o **contributo das atividades realizadas no Pedra Amarela Campo Base**. (assinale com uma cruz, em que 1 – nada importante; 2 – pouco importante; 3 – importante; 4 – muito importante 5 – extremamente importante)

	1	2	3	4	5
12.1. Aprender a respeitar a natureza e preservar o meio ambiente					
12.2. Gostar de atividades de exploração na natureza e passar mais tempo em áreas naturais					
12.3. Desenvolver aptidões físicas					
12.4. Superar dificuldades através da cooperação e entajuda					
12.5. Conhecer áreas naturais em Portugal					

13. Indique se **antes** de ir ao Pedra Amarela Campo Base *já tinha*: (assinale com uma cruz)

13.1. Realizado atividades na natureza	a) Sim <input type="checkbox"/>	b) Não <input type="checkbox"/>
13.2. Passado um dia com amigos na natureza	a) Sim <input type="checkbox"/>	b) Não <input type="checkbox"/>
13.3. Feito passeios com os pais/família na natureza	a) Sim <input type="checkbox"/>	b) Não <input type="checkbox"/>
13.4. Praticado desportos de aventura em áreas naturais	a) Sim <input type="checkbox"/>	b) Não <input type="checkbox"/>
13.5. Conhecimento do Pedra Amarela Campo Base	a) Sim <input type="checkbox"/>	b) Não <input type="checkbox"/>

14. Indique se **depois** de ir ao Pedra Amarela Campo Base *ficou com vontade de*: (assinale com uma cruz)

14.1. Fazer mais atividades na natureza	a) Sim <input type="checkbox"/>	b) Não <input type="checkbox"/>
14.2. Explorar áreas naturais com amigos	a) Sim <input type="checkbox"/>	b) Não <input type="checkbox"/>
14.3. Pedir aos pais/família para passar mais tempo na natureza	a) Sim <input type="checkbox"/>	b) Não <input type="checkbox"/>
14.4. Praticar mais desporto aventura	a) Sim <input type="checkbox"/>	b) Não <input type="checkbox"/>
14.5. Conhecer melhor o Pedra Amarela Campo Base e o Parque Natural Sintra-Cascais	a) Sim <input type="checkbox"/>	b) Não <input type="checkbox"/>

15. Atribua a cada afirmação os **números de 1 a 5**, de acordo com a sua opinião sobre **as atividades na natureza enquanto oportunidades para**: (assinale com uma cruz em que 1 – nada importante; 2 – pouco importante; 3 – importante; 4 – muito importante 5 – extremamente importante)

	1	2	3	4	5
15.1. Sair da escola					
15.2. Aprender coisas novas fora da sala de aula					
15.3. Praticar desporto e desenvolver capacidades físicas					
15.4. Conhecer o mundo natural (paisagem, fauna e flora)					
15.5. Crescer enquanto pessoa					
15.6. Experimentar novos desafios com os amigos					

16. Gostaria de: (assinale com uma cruz)

16.1. Repetir a experiência de visitar e realizar atividades no Pedra Amarela Campo Base?	a) Sim <input type="checkbox"/>	b) Não <input type="checkbox"/>
16.2. Levar a família a conhecer o Pedra Amarela Campo Base?	a) Sim <input type="checkbox"/>	b) Não <input type="checkbox"/>
16.3. Levar a família a conhecer o Parque Natural Sintra-Cascais?	a) Sim <input type="checkbox"/>	b) Não <input type="checkbox"/>
16.4. Realizar atividades na natureza noutra região de Portugal?	a) Sim <input type="checkbox"/>	b) Não <input type="checkbox"/>

17. Escreva, de forma resumida, o que o(a) surpreendeu mais durante as atividades que realizou no Pedra Amarela Campo Base:

Página 2 **Obrigado pela sua colaboração.**

